

\_\_\_\_\_. The Aerospace Industry. Prospects for Strategic Co-operation among the IBSA Countries. *In: Trade Policy Report*. Joanesburgo: The South Africa Institute of International Affairs, n.13. 2006c.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. Dois Anos de Política Externa de Lula. *In: Meridiano 47*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 52\53, nov. \dez. 2004.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI. *In: ALTEMANI, Henrique, e LESSA, Antônio Carlos (eds.). Relações Internacionais do Brasil*. Temas e Agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUTHALL, Roger (Ed.). *South Africa's Role in Conflict Resolution and Peacemaking in Africa*. Cape Town: Nelson Mandela Foundation, 2006.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Dois Anos de "Presença Externa". Uma Reflexão Sobre a Política Externa do Governo Lula. *In: Cena Internacional*. Brasília: Universidade de Brasília e Fundação Alexandre de Gusmão, ano 6, n. 2, dez. 2004.

VAZ, Alcides Costa. Brazil: Global and Regional Security Perspectives and Cooperation within IBSA. *In: VAZ, Alcides Costa. Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

VISENTINI, Paulo G. F. O G-3 e o G-20. O Brasil e as Novas Coalizões Internacionais. *In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. Relações Internacionais do Brasil*. Temas e Agendas. Volume 2. São Paulo: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2006.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, Analúcia Danilevich. As Bases do IBAS: O Desenvolvimento e a Inserção Internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul. *In: IBAS. O Brasil no Mundo que Vem Aí*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

## SEGURANÇA REGIONAL, INSTITUIÇÕES DE DEFESA E CAPACIDADES MILITARES NOS PAÍSES DO FÓRUM IBAS: ÍNDIA, ÁFRICA DO SUL E BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA

Marco Cepik<sup>1</sup>

**Sumário:** 1. Introdução; 2. Distribuição de Poder Global e Complexos Regionais de Segurança; 3. As Bases Institucionais da Segurança Nacional no IBAS; 3.1. Estruturas Organizacionais e Doutrina; 3.2. Forças Paramilitares e Serviços de Inteligência; 4. Capacidades Militares dos Países do IBAS; 4.1. Efetivos e Reservas; 4.2. Distribuição do Pessoal Ativo por Ramo das Forças Armadas; 4.3. Componente Terrestre das Forças Armadas dos Países do IBAS; 4.4. Componente Naval das Forças Armadas dos Países do IBAS; 4.5. Componente Aéreo das Forças Armadas dos Países do IBAS; 5. Considerações Finais; 6. Referências; 7. Anexos – Inventário dos Meios Militares dos Países do IBAS.

### 1 INTRODUÇÃO

Em março de 2005, os Ministros de Relações Exteriores de Índia, África do Sul e Brasil divulgaram o Comunicado Ministerial da Cidade do Cabo, reiterando as disposições do Plano de Ação de 2004 para o aprofundamento e consolidação do IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Pesquisador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e do Centro de Estudos de Governo (CEGOV), ambos na UFRGS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq [<http://lattes.cnpq.br/3923697331385475>]. E-mail: marco.cepik@ufrgs.br.

<sup>2</sup> Uma versão resumida deste trabalho foi publicada em 2009, com um título distinto: CEPIK, Marco. "Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, Brasil e África do Sul". *In: LIMA, Maria Regina Soares & HIRST, Monica*

Naquele plano, na seção sobre a área de defesa e segurança nacional, os ministros dos três países concordaram em iniciar exercícios e treinamento conjunto para a participação em operações de manutenção da paz, enfatizando a importância do fortalecimento das Nações Unidas e da União Africana na área de prevenção e resolução de conflitos. Também concordaram em cooperar no combate ao tráfico de armas ilegais e narcóticos, bem como no trânsito marítimo de produtos químicos tóxicos e lixo radioativo nos Oceanos Índico e Atlântico. O plano de ação mencionou ainda possíveis acordos entre as instituições de pesquisa na área de defesa dos três países, sobretudo visando a desenvolver atividades de treinamento em comum. Finalmente, foram analisados a possibilidade e o interesse em construir projetos conjuntos entre as indústrias de material bélico dos três países.

Apesar disso, no entanto, os avanços observados nesta agenda de cooperação de defesa e segurança ao longo dos últimos anos foram bastante modestos em comparação com as demais áreas técnicas de cooperação previstas, ainda que tenham sido positivos.

Como desdobramentos positivos, vale mencionar, em particular, a proposta de criação do Comitê Conjunto de Defesa indo-brasileiro em 2007 e a decisão de designar adidos militares às respectivas embaixadas, um passo necessário para retomar as iniciativas trilaterais lançadas pelos Ministros de Defesa dos três países em Pretória, em fevereiro de 2004. A realização da Primeira Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia em 2007 foi mais um passo em um processo paulatino de construção institucional, assim como o Acordo de Defesa Brasil-África do Sul, assinado na Cidade do Cabo em 2003 e aprovado pelo Senado brasileiro apenas em 2005<sup>3</sup>.

[orgs]. **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2009. p. 63-118. Agradeço as professoras Maria Regina Soares de Lima (IUPERJ) e Mônica Hirst (Universidad Torcuato Di Tella) por autorizarem a republicação do material, agora em sua versão completa e ligeiramente atualizada. Agradeço igualmente ao professor Paulo Visentini pelo seu enorme empenho acadêmico e pessoal no fortalecimento de iniciativas com as do IBAS, ao nosso coordenador do Núcleo, professor Luiz Dario Ribeiro, bem como aos demais colegas do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT-UFRGS). Em especial, destaco o apoio decisivo de Helena Jornada, Luíza Schneider, Fabrício Ávila, José Miguel Martins e Marcelo Leal. Obviamente, todas as opiniões, equívocos e informações constantes nesse texto são de minha inteira responsabilidade.

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que os Comitês Conjuntos de Defesa previstos nos acordos de defesa bilaterais só passaram a funcionar efetivamente após a II Reunião de Cúpula do IBAS, realizada na África do Sul em outubro de 2007.

Mais recentemente, no Comunicado Ministerial de Brasília de setembro de 2009, os Ministros de Relações Exteriores dos três países relataram que o Grupo de Trabalho Conjunto sobre Defesa haviam assinalado:

*um aumento significativo na cooperação trilateral foi observado ao longo do último ano, e foram feitas propostas para os três países organizarem eventos conjuntos nos campos da Ciência e Tecnologia para Defesa, Produção de Material, Operações de Paz e Forças Especiais. Foram planejadas atividades para os campos acima mencionados nos anos de 2009/2010, e houve acordo sobre a troca de informações nas áreas de Pirataria, Contra-terrorismo e Segurança Cibernética. Também acordou-se trocar experiências nas áreas de Doutrina de Emprego Conjunto de Forças Armadas, Estrutura e Doutrina de Comando e Controle de Forças Armadas e Licitação Centralizada de Material de Defesa. O segundo exercício militar naval do IBAS – IBASMAR II – acontecerá em setembro de 2010, na África do Sul, sendo a Índia o país líder do planejamento<sup>4</sup>.*

Em relação aos projetos de desenvolvimento conjunto de material bélico, cabe destacar o caso do projeto do míssil ar-ar A-Darter, contratado junto à Denel Dynamics pela empresa oficial do Ministério da Defesa da África do Sul, a Armaments Corporation of South Africa Ltd. (ARMSCOR), e pelo Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), representando o Comando da Aeronáutica e o Ministério da Defesa do Brasil. Após a criação de uma subsidiária brasileira da Denel e a assinatura dos contratos em 2006, o projeto do novo míssil entrou em fase de testes em fevereiro de 2009 e as primeiras unidades operacionais devem entrar em serviço em 2015. Somente o governo brasileiro planejou investir mais de US\$ 100 milhões no A-Darter<sup>5</sup>.

Tendo essas particularidades positivas em mente, mas também o avanço geral relativamente pequeno, cabe avaliar neste texto as reais possibilidades de cooperação na área de segurança e defesa entre os três países. Afinal, embora tenha havido um interesse crescente entre os pesquisadores brasileiros em explicar as causas e os impactos preliminares do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul nas áreas de melhor

<sup>4</sup> Cf. 6ª Reunião Ministerial do IBAS – Comunicado de Brasília, 1º de setembro de 2009 (Tradução não oficial). URL: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emissos-pelos-chefes-de-estado-e-de-view>. Acesso em: 15 jul. 2010.

<sup>5</sup> Cf. <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=774>.

desempenho (comércio, investimentos e cooperação técnica), mesmo os mais otimistas em relação aos demais aspectos da agenda trilateral tendem a enfatizar as limitações potenciais do IBAS na área de segurança e defesa<sup>6</sup>. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é avaliar quais são as possibilidades de cooperação em segurança e defesa no âmbito do IBAS.

Para isso, torna-se necessário considerar mais detidamente pelo menos três ordens de fenômenos interligados, analisados nas três seções deste trabalho: I) O contexto regional de segurança para os três países; II) as características institucionais da segurança nacional (defesa, ordem pública e inteligência) em cada um dos três países; e III) a capacidade militar instalada de cada um dos três países.

Isso decorre do fato de a natureza e o alcance da cooperação sul-sul não derivarem apenas dos constrangimentos sistêmicos colocados no âmbito global e regional. Eles dependem também de: 1) decisões políticas, que podem ou não, ser facilitadas pela existência de uma institucionalidade de segurança nacional capaz de processar informações relevantes sobre custos de oportunidade associados aos constrangimentos sistêmicos; e 2) da existência de capacidades estatais complementares (ligadas ao fenômeno bélico) que produzam estruturas de incentivos positivas para a cooperação. Estas possibilidades, avaliadas a partir dos três conjuntos de fatores, constituem o tema das considerações finais do trabalho.

## 2 DISTRIBUIÇÃO DE PODER GLOBAL E COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

A distribuição de poder no sistema internacional durante a guerra fria foi em grande medida determinada pela posse de armamentos termonucleares e pela capacidade de segundo ataque retaliatório a partir de forças estratégicas baseadas na tríade formada pelos SLBMs (*Submarine-Launched Ballistic Missiles*), ICBMs (*Inter-Continental Ballistic Missiles*) e bombardeiros de longo alcance. O colapso da União Soviética resultou em parte da sua incapacidade de sustentar em longo prazo os esforços logísticos de sustentação da paridade estratégica com os Estados Unidos.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, LIMA (2005:55) e OLIVEIRA, ONUKI e OLIVEIRA (2006:25). Uma avaliação preliminar sobre as perspectivas e dificuldades da cooperação trilateral em matéria de segurança também foi feita por ROCHA (2006:03-14). Para uma avaliação sobre as possibilidades de cooperação mais focada em acordos bilaterais e na área de Operações de Paz (ONU), ver: DINIZ (2006:279-310). Para uma contextualização do posicionamento diplomático indiano e suas vicissitudes, cf. VIZENTINI (2007: 93-96).

Segundo Lieber e Press (2006), a construção de um escudo antimíssil, o desenvolvimento tecnológico sustentado das capacidades nucleares americanas, a vulnerabilidade e o tamanho reduzido dos arsenais chineses e a obsolescência acelerada das outrora enormes capacidades russas seriam evidências de que os Estados Unidos aproximam-se de uma condição de primazia nuclear ainda nesta década. Portanto, se durante a primeira década após o final da guerra fria o tema central em torno da questão nuclear foi a proliferação horizontal de armas de destruição em massa (*Weapons of Mass Destruction – WMD*) e seus regimes de controle, na década atual, o desafio central seria explicar as causas, descrever os mecanismos e analisar as implicações normativas da possível obtenção da primazia nuclear por parte dos Estados Unidos<sup>7</sup>.

Ainda que não seja possível desenvolver o ponto aqui, vale registrar a hipótese de que, mesmo que os Estados Unidos viessem a obter de fato tal primazia, ela não seria suficiente para garantir uma distribuição unipolar de poder entre as várias unidades que compõem o sistema internacional, mantendo-se a atual distribuição global de poder, de tipo multipolar desequilibrada. Neste tipo de distribuição de poder característico do período pós-guerra fria, os Estados Unidos seguem sendo a única grande potência que também é um hegêmona regional, a qual tenta impedir a formação de uma aliança contrabalançante e/ou o aparecimento de outro hegêmona regional na Europa ou na Ásia<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Primazia nuclear aqui se refere à capacidade de desarmar por meios diplomáticos e/ou militares as demais potências termonucleares com capacidade de segundo ataque antes que elas pudessem lançar mão de seus arsenais. O quanto esta condição é factível e quais as suas implicações para a distribuição de poder no nível global do sistema internacional é tema de pesquisa no NERINT. Cf. AVILA (2008), MARTINS (2008) e ÁVILA, CEPIK & MARTINS (2009).

<sup>8</sup> Segundo MEARSHEIMER (2001, 337-347), há no sistema internacional desde 1648, pelo menos quatro tipos de distribuição de poder possíveis entre as grandes potências: a) bipolaridade, quando duas potências de poderio semelhante concentram mais poder do que todas as demais; b) multipolaridade equilibrada, quando um sistema é dominado por três ou mais potências em que o poder é distribuído de maneira semelhante entre elas; c) multipolaridade desequilibrada, quando o sistema é dominado por três – ou mais – grandes potências, uma das quais é um hegêmona regional com potencial para tornar-se um hegêmona global; d) unipolaridade, quando uma única potência concentra tanto poder que as demais não conseguem formar uma coalizão que a contrabalanceie. Para uma breve revisão das abordagens conflitantes sobre a relação entre tipo de polaridade e estabilidade (definida pela ausência de guerra entre as grandes potências), ver DOUGHERTY & PFALTZGRAFF (2001:121-135). É importante ressaltar que para os autores realistas hegemonia significa primazia ou supremacia, força superior dissuasória, sem a conotação gramsciana de uma combinação equilibrada de força e consenso capaz de exercer direção sobre o sistema (ARRIGHI & SILVER, 2001).

Para resumir o argumento, em um contexto de multipolaridade desequilibrada, supõe-se que a busca de uma vantagem ofensiva clara em termos nucleares por parte dos Estados Unidos tende a gerar uma resposta assimétrica por parte da Rússia e da China. A combinação de alguns vetores termonucleares capazes de sobreviver a um primeiro ataque e o uso de armas de energia direcionada utilizadas contra a infraestrutura civil, industrial e de serviços dos Estados Unidos, teriam um potencial dissuasório suficiente para evitar que Washington tentasse desarmar as demais grandes potências. Isto torna pouco provável que a primazia nuclear seja obtida pela via militar ou diplomática; evidencia o quanto a guerra nuclear depende de condições operacionais que remetem à guerra convencional de alta tecnologia e, finalmente, indica a importância das balanças regionais de poder para a configuração da estrutura do sistema internacional contemporâneo.

Do ponto de vista da doutrina militar e das estruturas de comando e controle, a principal consequência da redistribuição de poder em curso no sistema internacional é o fato de que mesmo uma guerra eventual entre as grandes potências dotadas de armas nucleares seria decidida na esfera das operações. Serão os exércitos, forças aéreas, esquadras navais e demais forças armadas que decidirão uma eventual guerra entre as grandes potências. Esta é uma importante contratendência em relação ao pensamento estratégico dominante desde a II Guerra Mundial, de que as armas nucleares seriam as principais fiadoras da paz e também seriam as armas decisivas na eventualidade da guerra entre as potências nucleares.

Do mesmo modo, após o fim da guerra fria, tornou-se dominante nos meios estratégicos a noção de que as forças armadas dos demais países seriam empregadas tipicamente em missões de paz da ONU, com as consequências diretrizes de profissionalização, redução de efetivos e transformação dos projetos e estruturas de força. No entanto, dada a relevância das balanças regionais de poder para as condições logísticas e operacionais de qualquer hipótese de guerra envolvendo as grandes potências termonucleares, a discussão sobre a cooperação entre os países do IBAS na área de segurança nacional precisa partir de uma avaliação sobre o grau de consistência entre as pressões sistêmicas, regionais e domésticas às quais cada um dos três Estados está submetido e as respectivas respostas em termos de desenho institucional e capacidade militar (SAHNI, 2000, p. 4).

Como se poderá ver nas seções II e III, o desenho institucional e as capacidades materiais das três potências regionais analisadas (Índia, África do Sul e Brasil) refletem uma dificuldade comum, doutrinária e institucional, em lidar com as pressões sistêmicas de uma ordem multipolar desequilibrada. Esta realidade comum, entretanto, não deve impedir o

observador de apreciar as diferenças significativas existentes entre estas três potências regionais<sup>9</sup>.

Para analisar a distribuição de poder nas diferentes regiões do Planeta e a dinâmica política entre os principais atores (grandes potências e potências regionais), uma das ferramentas disponíveis é a chamada “teoria dos complexos regionais de segurança”, desenvolvida em sua versão mais recente por Barry Buzan e Ole Wæver em 2003, em seu livro: **Regions and Powers: the structure of International Security**<sup>10</sup>.

Para resumir fortemente o argumento dos autores, trata-se de chamar a atenção sobre a relevância do nível de análise regional para os problemas de segurança presentes no sistema internacional contemporâneo. Por definição, regiões seriam compostas por *clusters* geograficamente delimitados de unidades inseridas em um sistema maior de Estados, de alcance global desde o processo de descolonização do século XX. Ou, nos termos dos próprios autores: um complexo regional de segurança seria formado “*por um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independentes umas das outras*” (BUZAN & WÆVER, 2003:44). Como as regiões não são atores *per se*, sua função analítica é mediar a passagem da análise da polaridade global no sistema à análise do comportamento dos Estados, levando em conta a diferenciação política entre as regiões<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Pressões sistêmicas, segundo WALTZ (1979, 1993 e 2000), são as pressões decorrentes da estrutura do sistema internacional, especialmente a anarquia e a distribuição desigual de poder entre os Estados. Temas ‘globais’ de segurança, por sua vez, seriam aqueles, que as grandes potências tendem a impor como tais, ou aqueles – mais raros – que criam constelações de interesses de natureza não territorial. São exemplos de temas ‘globais’ em pelo menos um dos sentidos mencionados o terrorismo internacional, o crime organizado, o aquecimento global da biosfera e a ação das corporações globais e movimentos sociais. Cf. GILPIN (2001, 341-361).

<sup>10</sup> Longe de ser uma teoria propriamente dita, a abordagem dos complexos regionais de segurança constitui um modelo descritivo útil para organizar sinteticamente os dados disponíveis sobre a distribuição de poder e os relacionamentos dinâmicos entre os países de uma determinada região. Sua utilidade decorre do fato de conceber as regiões a partir de critérios geográficos de pertencimento exclusivo a uma ou outra região e de definir as fronteiras de cada complexo regional a partir da densidade das dinâmicas de segurança existentes entre os Estados da região. Cf. BUZAN & WÆVER (2003:40-82).

<sup>11</sup> Discordo da classificação de BUZAN & WÆVER (2003, 30-37) sobre os polos de poder durante e após a guerra fria, baseada na diferenciação entre superpotências e grandes potências. Também não considero viável operacionalmente o conceito de potência média. Ao longo deste trabalho, considerarei como grandes po-

A estrutura essencial de um dado complexo regional de segurança é conformada por três tipos de relações: 1) a distribuição de poder entre os Estados da região (polaridade regional); 2) os padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes (polarização); 3) as relações de poder com atores externos à região, especialmente as grandes potências. Além desses, dois elementos adicionais definem a estrutura de um complexo regional de segurança: 4) a fronteira de exclusão que permite diferenciar um complexo (RSC) de outro, considerando pertencimentos exclusivos de cada país a um ou outro complexo; 5) a anarquia, o que significa que, em princípio, um RSC deve ser composto por duas ou mais unidades autônomas.

Segundo Buzan & Wæver (2003:445-446), existiriam onze complexos regionais de segurança no começo do século XXI: América do Norte, América do Sul, Europa, Pós-URSS, Oriente Médio, Sul da Ásia, Leste Asiático, África Ocidental, África Central, Chifre da África e África Austral. No caso da África subsaariana, onde a posição dos autores parece nitidamente inconsistente, seria mais acurado falar de um único complexo regional de segurança dividido em três subcomplexos (Chifre, Ocidental e Austral). Com isso se têm oito complexos regionais relevantes para a balança global de poder e segurança nas primeiras décadas do século XXI.

Do ponto de vista da distribuição de poder, os complexos regionais de segurança são classificados por Buzan & Wæver (2003:55) em dois tipos principais: “padrão” e “centrados”. Nas regiões consideradas padrão, a multipolaridade é definida principalmente pela presença de mais de uma potência regional (casos do Oriente Médio, América do Sul, Sul da Ásia, Chifre da África e África Austral). Já os complexos “centrados” poderiam ser de dois tipos: unipolares, centrados em uma grande potência (América do Norte e pós-URSS), ou quando a região tende a se tornar um ator em função de seu elevado grau de institucionalização (União Europeia).

Apesar de reivindicar maior acuidade descritiva, esta tipologia é menos clara (no sentido de mutuamente excludente) e exaustiva do que uma perspectiva estritamente realista sobre a balança de poder regional (unipolar, bipolar e multipolar). Adjetivos relevantes para uma melhor especificação de subtipos seriam os pares simetria/assimetria de forças, relativo ao *quantum* de poder absoluto cada país tem *vis-à-vis* os demais e equilíbrio/desequilíbrio na balança de poder regional ou global, relativo ao potencial para a formação de coalizão contrabalançante.

tências os Estados com as maiores forças armadas do mundo e capacidade termo-nuclear de segundo ataque. Considerarei como potências regionais (polos de poder) os Estados com as maiores forças convencionais em uma balança regional, com capacidade de dissuadir e/ou defender-se militarmente contra qualquer dos outros Estados na região tomados individualmente.

Do ponto de vista do grau de polarização (padrões de amizade-inimizade), Buzan & Wæver (2003:55) dividem os complexos regionais em três tipos: ‘formações conflituais’, regimes de segurança e comunidades de segurança. Na verdade, considerando que se trata de uma variável de tipo ordinal com função monotônica crescente, uma maneira menos carregada normativamente de se descrever estes graus de polarização seria considerá-los simplesmente como baixo, médio e alto. Obviamente, resta o problema mais geral e crítico de se definir indicadores que permitissem atribuir tais valores a casos específicos. Provisoriamente, serão tomados aqui o número de guerras interestatais, o número de guerras civis, o número de disputas diplomáticas militarizadas e a taxa de homicídios por cem mil habitantes como indicadores do grau de polarização de uma região em um dado período de tempo<sup>12</sup>.

Na tabela 1, se pode visualizar uma síntese da situação atual das três regiões aqui consideradas.

**Tabela 1 – Segurança no Sul da Ásia, África Austral e América do Sul**

	Sul da Ásia	África Austral	América do Sul
<b>Princípio de Ordem</b>	Anarquia	Anarquia	Anarquia
<b>Distribuição de Poder</b>	Bipolar	Unipolar	Multipolar
<b>Grau de Polarização [1991-2007]</b>	Alto	Médio	Baixo
<b>Dinâmicas de segurança mais importantes</b>	Inter-regionais: acesso a petróleo e energia; terrorismo, balança regional Ásia Central e Oriente Médio. Regionais: centralidade do confronto Índia-Paquistão (Caxemira, Armas Nucleares e Terrorismo), tensões Índia-Bangladesh (migrantes). SAARC e convenção antiterrorista. Domésticas: separatismos e conflitos políticos no Paquistão (Waziristão, Baluchistão e Sind); milhas e violência na Índia	Inter-regionais: segurança energética; imigração clandestina; balança de poder, terrorismo e instabilidade nos demais sub-complexos da África subsaariana; Regionais: Consequências das guerras civis em Angola, RDC, Ruanda e Burundi; riscos associados ao colapso do Zimbábue; SADC e resolução de conflitos; Domésticas: epidemia de AIDS; corrupção, crime organizado, tráfico de	Inter-regionais: associações ao narcotráfico; participação em Operações de Paz ONU; Regionais / Domésticas: conflito armado na Colômbia; gastos de defesa do Chile e Venezuela; tensão separatista na Bolívia; narcotráfico, tráfico de armas; contrabando; corrupção, crime organizado, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro;

<sup>12</sup> Por disputas interestatais militarizadas (MID), entende-se aqui o “uso ou a ameaça crível de uso da força em uma barganha entre dois ou mais Estados”. Cf. MARES (2001:16).

	(Naxalitas, Meitei etc.) guerra civil no Sri Lanka (LTTE tâmil).	peças e lavagem de dinheiro; criminalidade violenta na África do Sul;	
<b>Relações de Poder com Atores Externos à Região</b>	Aliança Índia-Estados Unidos-Japão versus Paquistão-China e Rússia; relações comerciais e militares da Índia com Rússia e Israel e acordos de segurança e comércio com ASEAN.	Fracasso da ONU na região; penetração chinesa na região; resistência da África do Sul ao AFRICOM dos EUA;	Penetração dos Estados Unidos ( <i>hegemon</i> regional) e disputa sobre a agenda da integração entre as alternativas da ALCA, da Revolução Bolivariana (ALBA) e da proposta da UNASUR; barganha diplomática com União Europeia; crescimento da importância comercial da China para a região.
<b>Direção Provável de Mudança</b>	Baixa institucionalização da segurança na região; busca indiana por supremacia regional e <i>status</i> de grande potência, em fraquecimento relativo do Paquistão; risco de guerra nuclear elevado; tendência à formação de um supercomplexo de segurança asiático.	Papel crescente das três potências regionais sub-saarianas (África do Sul, Nigéria e Etiópia) nos subcomplexos da região. Crescimento acelerado das capacidades estatais de Angola depois de 2002. Possível institucionalização da resolução de conflitos via União Africana, NEPAD e SADC.	Maior cooperação de segurança na Amazônia (OTCA E SIVAM) e no MERCOSUL, especialmente contra o crime organizado e violento; institucionalização da UNASUR;
<b>País onde se disputam as fronteiras da região</b>	Afganistão	República Democrática do Congo (RDC)	Colômbia

Enquanto o princípio de ordem anárquico e a baixa diferenciação funcional entre as unidades (Estados) indicam que as regiões apresentam configurações consistentes com o nível global de análise do sistema internacional, a distribuição de poder nas balanças regionais indica que há uma variação maior nas regiões em relação a este terceiro atributo da estrutura do sistema internacional (WALTZ, 1979:97). A mesma variação significativa ocorre em relação às demais características destacadas nas linhas da tabela 1. Passaremos agora à análise dos três complexos regionais de segurança.

No caso do *sul da Ásia*, as capacidades militares da Índia e do Paquistão definem até hoje uma distribuição regional de poder bipolar. Trata-se, entretanto, de uma bipolaridade cada vez mais assimétrica, como se poderá ver na seção III.

As dinâmicas mais importantes de segurança nesta região são inter-regionais. Afinal, desde o final da guerra fria e do início do processo de acelerado crescimento econômico indiano, a questão crucial para o governo de Delhi é a busca por supremacia regional e por um *status* de grande potência. A sustentação logística desta busca passa pela resolução de uma equação energética muito mais problemática do que a de qualquer outra grande potência ou potência regional. Para compatibilizar estes objetivos, a Índia procura manter relações comerciais com a Rússia na área de material bélico, evitar uma disputa direta com a China, negociar acordos com os países da ASEAN e barganhar uma aliança com os Estados Unidos (tornada emblemática pelo Acordo Nuclear assinado em 2006) e o Japão visando a contrabalançar a China e o Paquistão. Além disso, a agenda da Guerra Global Contra o Terrorismo (GWAT) do governo Bush permitiu ao governo indiano lidar com uma ameaça real à sua segurança nacional e influenciar a distribuição de poder nas balanças regionais da Ásia Central e do Oriente Médio que são relevantes para o desiderato de satisfação das necessidades energéticas indianas<sup>13</sup>.

No plano regional propriamente dito (subcontinente indiano), apesar do enfraquecimento relativo do Paquistão, as três guerras travadas com este país (1947, 1965 e 1971) e as inúmeras disputas militarizadas até 2005 indicam a continuidade da diáde indo-paquistanesa como a fonte das principais tensões na região. Mesmo com as recentes medidas de confiança mútua e os crescentes problemas internos que o forçam a negociar, o Paquistão continua a ameaçar a Índia por meio de inúmeros fatores: a) pressão militar direta na linha de controle na Caxemira; b) desenvolvimento de armas nucleares e vetores de entrega; e, por fim, c) guerra subterrânea mobilizando grupos islâmicos radicais e apoiando as guerrilhas maoístas (Naxalitas) que atuam no nordeste e leste da Índia. Por sua vez, a Índia também pressiona o Paquistão colocando em alerta suas for-

<sup>13</sup> Tudo isso tem sido feito, como observa Vizentini (2007:95), sem que Delhi abandone iniciativas diplomáticas de cooperação Sul-Sul. Tais iniciativas são compatíveis com a identidade política da Índia desde a independência, bem como com a orientação de centro-esquerda do atual governo de coalizão entre o Partido do Congresso, o Partido Comunista (CPM) e outros aliados. Em meados de 2008 os partidos de esquerda, liderados pelo Partido Comunista indiano (CPM), resolveram retirar seu apoio ao governo. Além disso, nas eleições gerais de 2009, os partidos de esquerda formaram uma coalizão própria (*Third Front*), contra a coalizão do governo (UPA), tendo uma de suas maiores derrotas nas urnas. Não obstante, considera-se aqui a orientação do governo indiano como sendo de centro-esquerda. Além disso, a questão aqui é justamente entender os limites dessas iniciativas tendo em vista o interesse estratégico do país e os imperativos de uma balança de poder altamente complexa e demandante como a asiática.

ças armadas, desenvolvendo armas termonucleares, apoiando o governo Kharzai no Afeganistão e os grupos insurgentes e/ou separatistas no Sind, Baluchistão e Waziristão.

Neste sentido, as principais fontes domésticas de tensão na região do sul da Ásia são inseparáveis da guerra subterrânea como ferramenta de política externa. O governo Singh na Índia, por exemplo, admitiu que a ameaça terrorista representada pelos grupos da Caxemira (Lashkar-e-Taibyya, Jesh-e-Mohammadi, Jamiat-e-Islami etc.) deixou de ser a principal preocupação de segurança do governo diante da ação crescente de outros grupos insurgentes, sobretudo os naxalitas, mas também grupos separatistas menores no Punjab (*sikhs* e islâmicos) e nos estados do extremo leste indiano (Sikkim, Assam, Nagaland, Manipur, Tripura, Arunachal-Pradesh e Mizoram)<sup>14</sup>.

O fracasso das negociações de paz com a Frente Unida de Libertação do Assam (ULFA), por exemplo, pode ser um indicativo de que as bases desse grupo no vizinho reino do Butão continuam recebendo suprimentos externos via Mianmar e Bangladesh. Bangladesh é outro país em que as dinâmicas de segurança domésticas e regionais são inseparáveis. Além de escaramuças de fronteira entre as forças constabulares indiana e bengalesa, contenciosos em torno da questão da utilização da água do rio Ganges e tensões decorrentes do fluxo crescente de imigrantes ilegais de Bangladesh na Índia, o governo chefiado por Fakhruddin Ahmed entre 2007 e 2009 foi incapaz de conter os grupos que participaram dos ataques terroristas no centro financeiro e tecnológico de Hyderabad em 2007<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> A guerrilha naxalita é o braço armado do Partido Comunista da Índia-Maoísta (CPI-Maoist). A guerrilha conta com cerca de 9.000 efetivos armados, 40.000 militantes organizados e atua em mais de 160 distritos nos estados de Orissa, Chattisgarh, Jharkhand, Andhra Pradesh, Bihar, Maharashtra, Karnataka e Bengala Ocidental, além de linhas de suprimento exteriores via o Nepal. As estimativas mais pessimistas indicam que os naxalitas teriam liberdade de movimento em mais de 10 milhões de hectares de florestas e campos do interior da Índia, a partir dos quais eles começaram a atacar a infraestrutura de abastecimento de cidades, alvos governamentais e mesmo empresas multinacionais. Cf. SINGH (2005: 224-235) e IISS (2007: 305).

<sup>15</sup> Um ponto de tensão da região resolvido recentemente foi o caso do Sri Lanka. Desde 2002, havia uma trégua entre o governo do Sri Lanka e a guerrilha dos Tigres da Libertação do Tamil Eelam (LTTE). Iniciada em 2002 e reforçada desde o tsunami de 2005, esta trégua permitia que a Índia se mantivesse afastada do conflito desde a intervenção fracassada de 1987. Em 2006, o acordo foi quebrado e as hostilidades recomeçaram. Em 2009, no entanto, o presidente do Sri Lanka Mahinda Rajapaksa anunciou a derrota militar do LTTE, confirmada pelo movimento. Para os indianos, essa resolução foi muito bem-vinda, uma vez que, em

Enfim, desde a ameaça de guerra nuclear e a mais alta incidência de atentados terroristas fora do Iraque, até os conflitos por recursos naturais escassos e choques sociais violentos nos principais países, a região do sul da Ásia é altamente conflitiva. O enfraquecimento relativo do Paquistão, a baixa institucionalização da SAARC (*South Asian Association for Regional Cooperation*) em temas de segurança e a busca indiana por supremacia constituem as principais tendências neste complexo regional de segurança. A eventual mudança de *status* da Índia implicaria a formação de algo que Buzan & Wæver (2003:172-182) chamaram de super-complexo de segurança asiático, tornando inseparáveis as dinâmicas de segurança no Leste Asiático, no Subcontinente Indiano, na Ásia Central e no Oriente Médio. O Afeganistão, tradicional insulador destas dinâmicas regionais de segurança nas quatro regiões, encontra-se desde 2001 numa posição de destaque para se observar se esta alteração nas fronteiras da região serão efetivamente transpostas.

Por sua vez, o subcomplexo regional de segurança da *África Austral* é unipolar do ponto de vista da distribuição de poder. Em 2001, a África do Sul respondia por 35% do PIB de toda a África subsaariana, 52% do investimento externo direto recebido e 31% dos gastos militares registrados (JANE'S, 2004:09).

Embora o balanço militar regional indique que Angola tenha um número de tanques maior do que a África do Sul (300 MBTs angolanos para 167 sul-africanos), um número de aeronaves de combate também maior (90 *versus* 45) e, sobretudo, forças armadas mais numerosas (107 mil *versus* 56 mil), a qualidade dos equipamentos, experiência operacional, organização e doutrina militar da África do Sul garantem ao país a posição de único polo de poder na região. Note-se, entretanto, que a rápida evolução das capacidades angolanas desde o fim da guerra civil (2002) e o protagonismo angolano em questões regionais importantes como as sucessivas crises na República Democrática do Congo (RDC) são fatores a serem observados e que indicam uma transição quase completa em direção a uma configuração bipolar da região austral da África.

Do ponto de vista do grau de polarização, a região pode ser classificada em um nível intermediário de conflitividade em comparação com o sul da Ásia e a América do Sul. Desde o fim do *apartheid* em 1994 e da guerra civil angolana em 2002, a tendência na região tem sido a de diminuição dos conflitos. Entretanto, a admissão da República Democrática do Congo na SADC (*Southern African Development Community*) em 1997 e o

um cenário de recrudescimento da violência, a Índia não conseguiria se manter afastada por muito tempo.

envio de tropas sul-africanas para o Lesotho (1998) marcaram um aumento dos vínculos entre as dinâmicas de segurança da África austral e central<sup>16</sup>.

Dada a baixa integração tradicionalmente existente entre os sub-complexos de segurança da África subsaariana, o envolvimento da África do Sul pós-*apartheid* na tentativa de resolução de conflitos no Lesotho, RDC, Burundi, Somália, Sudão e, em menor grau, na Costa do Marfim e na Libéria, parecem indicar um aumento na densidade dos laços entre estas regiões. Outro indicador é a maior cooperação entre África do Sul e Nigéria, duas das três potências regionais africanas (a Etiópia é a terceira). Apesar desse maior protagonismo dos Estados mais poderosos, é preciso reconhecer que as principais ameaças à segurança dos Estados e indivíduos na África subsaariana não são geradas por disputas interestatais militarizadas, mas, sim, por fatores domésticos e não militares<sup>17</sup>.

Na África austral, as principais ameaças à segurança da África do Sul estão ligadas à necessidade de conquistar e manter uma estabilidade regional subsaariana mais ampla e um ambiente macro-econômico favorável à atração de investimentos. Também são vulnerabilidades bastante evidentes do país a imigração clandestina (entre três e cinco milhões de pessoas vivendo ilegalmente em um país com taxas de desemprego aberto de 25,5% em 2006), a grande dependência energética, a escassez de água, a pandemia de HIV-AIDS (21,5% dos sul-africanos entre 15 e 49 anos infectados, 60% dos efetivos das forças armadas), as altas taxas de crimes violentos contra as pessoas e o patrimônio (0,5 homicídio para cada 1.000 habitantes, ou um total de 21.995 assassinatos em 2006), o crime organizado e a corrupção. Um problema que cada vez mais preocupa os gover-

<sup>16</sup> Entre 1994 e 2002 o Congo-Kinshasa (atual *République Démocratique du Congo* – RDC) esteve envolvido em uma guerra civil que envolveu tropas regulares e milícias armadas de nove países. Nas várias fases do conflito, desde a derrubada de Mobutu Sese Seko e a chegada ao poder de Laurent-Désiré Kabila em 1997, passando pela rebelião armada contra Kabila (assassinado em 2001), apoiada por Ruanda e Uganda e combatida com o apoio de tropas do Zimbábue, Angola, Namíbia, Chade e Sudão, até as sucessivas violações de acordos de paz entre 1999 e 2006, estima-se que quatro milhões de pessoas tenham morrido. Mesmo depois da eleição de Joseph Kabila em 2006, a ONU teme que mais de mil pessoas continuem morrendo todos os dias em decorrência dos conflitos, das péssimas condições de vida dos mais de 1,6 milhão de deslocados e refugiados no leste do país, da lenta desmobilização das milícias nas regiões de Ituri e Kivu, bem como em função da atuação de máfias e da extração ilegal de minerais como coltan, cassiterita e diamantes. Cf. IISS (2007:255).

<sup>17</sup> Para uma avaliação militar de algumas guerras interestatais (Etiópia-Somália em 1977, Chade-Líbia em 1988 e Etiópia-Eritreia em 1999) e guerras civis (Sudão, RDC e Serra Leoa) e as respectivas implicações para o desenho de forças de paz africanas, ver KRUYSS (2004).

nos na região é a situação do Zimbábue. Desde a década de 90 enfrentando dificuldades econômicas e embargos internacionais, o país apresenta cada vez mais problemas de saúde pública, provimento de bens, manutenção da moeda, violência etc. No entanto, estes problemas por sua vez não refletem uma mudança no governo. Apesar do governo de coalizão criado em 2008, a instabilidade política permanece e a situação da população piora paulatinamente<sup>18</sup>. Isso reflete-se em milhares de emigrantes em direção aos países vizinhos – em 2003 já se estimava em mais de três milhões o número de imigrantes ilegais vivendo nas províncias de Limpopo, Mpumalanga e North West. Na mesma época, entravam 100.000 pessoas em Botsuana vindas do Zimbábue todos os meses, das quais cerca de 2.500 eram deportadas por mês.

Do ponto de vista da relação com as grandes potências, apesar da forte oposição do governo Mbeki à guerra do Iraque em 2003, as relações entre Pretória e Washington são respeitadas, robustas do ponto de vista comercial e não têm piorado desde então. Entretanto, a decisão dos Estados Unidos de criar um comando militar conjunto específico para a África (Africom) gerou uma tensão renovada em função da ênfase estadunidense em contraterrorismo e segurança energética e da recusa sul-africana a permitir a instalação de bases norte-americanas nos países da SADC. Por outro lado, desde o reconhecimento diplomático da República Popular da China em 1997 e, principalmente, depois da aceleração dos investimentos e compras chinesas na África a partir de 2005, Pequim tem se tornado um ator da maior relevância na agenda de segurança da África subsaariana de um modo geral e da África austral em particular. A evolução deste complexo regional de segurança tende a ser determinada por esta nova realidade de relativa estabilização dos conflitos civis, pelos resultados da penetração chinesa no continente e pelos esforços tardios dos Estados Unidos para

<sup>18</sup> Em março de 2008, eleições gerais foram realizadas no Zimbábue, cujo resultado apontou um segundo turno entre Robert Mugabe do ZANU-PF e Morgan Tsvangirai, do Movement for Democratic Change (MDC). O MDC, no entanto, contestou os resultados, acusando o governo de fraude eleitoral. Cinco dias antes do segundo turno, Morgan Tsvangirai renunciou à disputa alegando que partidários do MDC estavam sendo perseguidos e agredidos. Posteriormente, Tsvangirai retornou e novas eleições se realizaram, nas quais o MDC se tornou o partido majoritário no Parlamento. O conflito se manteve latente até que em setembro de 2008, com muita pressão externa, os partidos concordaram em um governo de coalizão, presidido por Mugabe mas com Tsvangirai como Primeiro-Ministro, além de uma divisão dos ministérios entre os partidos. A tensão permanece, entretanto, e a paralisia decisória e governamental parece continuar imperando no país. Concomitantemente, a situação econômica do país piorava, tendo a taxa de inflação atingido números inacreditáveis. (Cf. <http://www.guardian.co.uk/world/2008/jul/18/zimbabwe>). A situação melhorou um pouco desde o final de 2009, mas continua incerto o futuro do país.



conter esta presença. Outra tendência que se verifica é que, ao contrário da Índia e da SAARC, no caso da África subsaariana há uma tendência de maior institucionalização da agenda de segurança e desenvolvimento, com alternativas robustas patrocinadas pela África do Sul. Dentre outras, vale mencionar a própria União Africana (AU), a SADC e a NEPAD (*New Partnership for the Development*).

A institucionalização da resolução de conflitos, o nível de polarização neste complexo regional de segurança e uma maior densidade nas interações entre as três sub-regiões austral, ocidental e do chifre africano parecem depender da evolução do quadro na República Democrática do Congo (RDC). Afinal, o conflito da RDC foi o nervo exposto da África subsaariana na última década e sua superação epitomiza a nova fase que o continente começa a viver.

Finalmente, a América do Sul caracteriza-se por ser multipolar em termos da distribuição regional de poder. Brasil, Argentina, Chile, Peru e Colômbia, embora desiguais entre si, constituem um *cluster* de países com capacidades de defesa mais equilibrados do que o representado por África do Sul e os países da SADC, ou por Índia e Paquistão, quando comparados com os demais países do subcontinente indiano.

Por outro lado, a América do Sul constitui um dos complexos regionais de segurança menos polarizados do sistema internacional contemporâneo, sobretudo na região do Cone Sul, nas relações entre Brasil, Chile, Uruguai e Argentina. Menos polarizado, contudo, não quer dizer pacífico. Como destaca David Mares (2001: 28-51), houve dezesseis disputas interestatais militarizadas na América Latina entre 1991 e 1998, sendo que uma delas (Peru-Equador em 1995) foi uma guerra e outras dez envolveram algum uso da força (resultando em menos de mil mortos em combate). Além disso, destaca o mesmo autor, a atual distribuição de poder entre os países da região (e mesmo a existência de muitos desses países) resultou de guerras convencionais bastante violentas ao longo do século XIX. Hoje em dia, a persistência do conflito armado na Colômbia, as tensões separatistas na Bolívia, a polêmica em torno dos gastos militares chilenos e venezuelanos, assim como os acordos bilaterais assinados entre alguns países da região e os Estados Unidos são temas presentes na agenda regional de segurança<sup>19</sup>.

As fontes de insegurança na região também são domésticas (desigualdades sociais muito acentuadas) e/ou estão ligadas às redes interna-

<sup>19</sup> No ano de 2009, a presença norte-americana voltou a ser objeto de polêmica entre os países da região, após a assinatura de acordo de cooperação militar entre a Colômbia e os Estados Unidos, o qual permitiria a utilização de sete bases colombianas pelo Southern Command (SOUTHCOM).

cionais paraestatais que controlam redes de narcotráfico, contrabando e lavagem de dinheiro. Em países como o Brasil, Colômbia e Venezuela, as taxas de homicídio *per capita* são muito elevadas, e o número absoluto de assassinatos é maior do que o de muitos países em guerra. Na Colômbia, por exemplo, o número médio de homicídios entre 1998 e 2000 foi de 26.539 pessoas. Na Venezuela, este mesmo número foi de oito mil pessoas, enquanto no Brasil o número de homicídios quase chegou a 30 mil pessoas em 2005. Derrotar o crime organizado e reduzir as mortes violentas são os dois imperativos que definem o nível de conflitividade da região neste momento<sup>20</sup>.

A dinâmica de segurança regional na América do Sul também é definida pelos interesses dos Estados Unidos, pois, embora Washington não tenha condições de simplesmente impor à região a agenda do combate global ao terrorismo, por outro lado, tenta manter sua condição de *hegemon* regional. Por sua vez, embora a China tenha um papel crescente na balança comercial e na cooperação tecnológica com a região, seu grau de penetração no continente não se compara com sua influência atual na África. A direção provável de mudança neste complexo regional de segurança aponta para uma crescente institucionalização dos processos de resolução de controvérsias por meio de uma multiplicidade de organizações, tais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Mercosul, Comunidade Andina (CAN) e, como desafio principal, a União da América do Sul (Unasul). Pela complexidade do seu conflito interno, pela importância que tem o país para os Estados Unidos e pela transição que começa a ocorrer em seu sistema político, a Colômbia é o lugar da América do Sul onde se definem as fronteiras desse complexo regional de segurança nos próximos anos. (BUZAN & WÆVER, 2003:327-331)

Como se pode ver, a dinâmica de segurança nas três regiões é bastante distinta no que diz respeito ao nível de conflito (polarização) e o perfil das ameaças com que cada país participante do IBAS tem que lidar. Neste sentido, o diagnóstico preliminar dessa primeira seção pode ser formulado nos termos da hipótese desenvolvida por Diniz (2006:02) sobre a viabilidade das alianças entre potências regionais, a qual estipula basicamente que “a quantidade de recursos de poder que uma potência regional pode alo-

<sup>20</sup> Segundo o IBGE, “o total de causas externas (que, além de homicídios, inclui também acidentes, suicídios e outras causas não naturais) provocou no país cerca de 2 milhões de mortes de 1980 a 2000. (...) Em 82,2% dos casos (1,7 milhões (sic)), as vítimas foram homens. Na distribuição dos tipos de causas externas, os homicídios vêm aumentando sua participação, enquanto a dos acidentes de trânsito vem caindo. Entre 1991 e 2000, a proporção de mortes por acidentes de transporte, no total de causas externas, caiu 10,4%, passando a 25% do total, enquanto a de homicídios cresceu 27,2% e chegou a 38,3% do total”. Cf. <http://www.ibge.gov.br>.

car para uma aliança com outra potência regional localizada em uma região diferente depende do grau de polarização da balança de poder na região onde a potência regional está localizada". Quanto mais polarizada a região, menos recursos podem ser alocados na aliança inter-regional.

A breve sistematização da situação de segurança nas três regiões realizada nesta seção indica que a Índia pode alocar menos recursos para o aprofundamento da cooperação de segurança e defesa no IBAS do que a África do Sul e o Brasil. Nas próximas seções, se poderá verificar se este constrangimento sistêmico é reforçado ou atenuado pelas características institucionais e pela preparação militar dos três países.

### 3 AS BASES INSTITUCIONAIS DA SEGURANÇA NACIONAL NO IBAS

A combinação dos dois tipos de instituições democráticas explica por que, no caso da Índia, por exemplo, o número de partidos representados no parlamento é muito superior ao que seria de se esperar diante de instituições majoritárias puras no plano eleitoral. Ou, no caso da África do Sul, ajuda a entender como a presença de um estado unitário e mesmo o controle de amplas maiorias parlamentares pelo presidente não garante consistência entre as preferências do governo e a política de defesa concreta. Nesta etapa da pesquisa, não será possível considerar sistematicamente o grau de consistência entre cada instituição da área de segurança nacional e o perfil predominante do sistema político do país em questão. Mas a hipótese sobre a especificidade do setor de segurança (incluindo defesa, ordem pública interna e inteligência), combinada com a presença de efeitos de difusão das tecnologias de gestão de defesa, coloca a necessidade de uma descrição mais detalhada do setor em cada país. Esta descrição é a tarefa da próxima subseção.

**Tabela 2 – Características Institucionais dos Três Países**

País	Ano da Constituição em Vigor	Sistema de Governo	Congresso [Câmaras e Nº de Cadeiras]	Sistema eleitoral [Parlamento]	Número de Partidos com representação Parlamentar [2004]	Mandato do chefe de governo	Estrutura governo
Brasil	1988	República Presidencial	Congresso Bicameral: Senado (81) e Câmara de Deputados (513)	Representação Proporcional (Câmara) e Majoritária (Senado).	19	4 anos + uma reeleição imediata; voto popular.	Federal e descentralizado (26 estados e 01 Distrito Federal)

Índia	1950	República Parlamentar	Congresso Bicameral (Sansad): Conselho de Estados (Rajya Sabha – 250) e Assembleia do Povo (Lok Sabha – 545)	Majoritário (FPTP), eleição indireta da Câmara Alta pelas Assembleias estaduais e territoriais.	37	5 anos + reeleições indefinidas dependendo da maioria parlamentar.	Federal e descentralizado (28 estados e 07 territórios da União)
África do Sul	1994	República Presidencial	Bicameral: Conselho Nacional das Províncias (90) e Assembleia Nacional (400)	Representação Proporcional para a Assembleia Nacional, eleição indireta da Câmara Alta pelas Assembleias Provinciais.	16	5 anos + uma reeleição imediata; eleição indireta pela Assembleia Nacional	Unitário e descentralizado (09 províncias)

Fontes: [www.ifes.org](http://www.ifes.org) / [www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org) / [www.freedomhouse.org](http://www.freedomhouse.org).

#### 3.1 Estruturas Organizacionais e Doutrina

A segurança nacional na Índia possui uma base institucional mais frágil do que sugerem o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) e o poderio militar do país. Por um lado, o aparato de defesa indiano é vasto e bastante complexo, com diversas esferas de decisão e estruturas de implementação de políticas e programas. Estas esferas vêm sofrendo constantes transformações nas últimas décadas, especialmente depois dos testes nucleares de 1998 e da confrontação de Kargil em 1999<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Em maio de 1999, poucos meses depois da declaração de confiança mútua emitida em Lahore pelos primeiros-ministros do Paquistão e da Índia, o governo indiano descobriu que forças irregulares e tropas de infantaria ligeira do Paquistão vinham se infiltrando na parte da Caxemira controlada pela Índia (Jammu-Kashmir), atravessando a Linha de Controle (LOC) no setor de Kargil. Estas forças tentavam interromper a principal estrada que liga Srinagar a Leh (a capital da região de Ladakh na Caxemira), além de ameaçarem o *glacier* de Siachen controlado pela Índia. Depois de mais de um mês de combates com artilharia, infantaria e ataques aéreos da Força Aérea Indiana (IAF) contra as forças paquistanesas, a Índia retomou o território em julho daquele mesmo ano com pesadas perdas de tropas e equipamentos. A campanha de Kargil fora determinada pelo chefe do estado-maior do exército, general Pervez Musharraf. O mesmo general que em outubro de 1999 deu um golpe militar e derrubou o governo do Primeiro Ministro Nawaz Sharif, a quem acusava de ter sido corrompido pela pressão internacional e se retirado de Kargil. Cf. RAJAIN (2005:48-59) e SIDHU (2000:142-145). Ver

Por outro lado, o grande problema deste conjunto de organizações e procedimentos na área de segurança nacional é justamente a falta de coordenação das diversas agências e setores da burocracia entre si e destas com os órgãos de decisão mais centrais. Estes, por sua vez, são muito dependentes da acoplagem problemática entre um sistema parlamentarista de governo e uma estrutura federativa que concede cada vez mais poderes para partidos e interesses de base regional, o que dificulta sobremaneira a elaboração de uma doutrina de defesa indiana explícita e coerente. Segundo George Tanham (1992), a cultura estratégica da Índia sempre foi assistemática, com um grande hiato entre a política externa e as demandas corporativas das Forças Armadas. As tentativas de modernização do Estado indiano nunca produziram incentivos para a burocracia civil pensar em coordenação com as estruturas militares.

Em termos constitucionais, o presidente, além de ser o comandante-em-chefe das Forças Armadas, é o responsável final pela doutrina militar e pela decisão sobre o uso da força. Entretanto, a praxe indiana mostra claramente que o presidente tende a não se envolver na formulação e/ou na execução das políticas de defesa. Uma exceção recente neste perfil ocorreu recentemente durante a presidência de Abdulah Kalam, frequentemente consultado nas áreas de desenvolvimento nuclear, tecnologia de mísseis e temas de defesa devido à sua ligação com o programa nuclear indiano desde 1962 (JANE'S, 2004:03)

O Ministério da Defesa Indiano existe desde 1947, tendo passado por várias alterações graduais até obter sua atual configuração. Segundo o relatório anual do ministério relativo ao ano fiscal de 2008-2009, o Ministério da Defesa é composto basicamente por quatro departamentos, a saber: Departamento de Defesa, Departamento de Produção em Defesa, Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento em Defesa e, desde 2004, o Departamento de Ex-Combatentes<sup>22</sup>. A principal função desse Ministério é formular as diretrizes políticas do governo em tudo o que é referente à defesa nacional. Além disso, o Ministério é responsável por comunicar as decisões do governo a todas as estruturas militares da Índia para sua operacionalização<sup>23</sup>.

também SAHNI (2000:18-22) para uma descrição das condições operacionais de batalha no *glacier* de Siachen e na cadeia de montanhas de Saltoro, com altitudes de até 22 mil pés, ventos de até 300 km/hora e temperaturas de -40°C no inverno.

<sup>22</sup> Em 2004, o Departamento de Produção em Defesa e Fornecimento de Material Bélico passou a ser denominado Departamento de Produção em Defesa, cf. GOVERNMENT OF INDIA (2009:12).

<sup>23</sup> Para uma descrição mais detalhada dos órgãos do Ministério da Defesa naquele país, ver: GOVERNMENT OF INDIA. (2009). *Ministry of Defence Annual Report*. New Delhi. Páginas 11-20.

Cada um dos departamentos mencionados possui uma dinâmica e função específica. O Departamento de Defesa lida com o Estado-Maior Integrado de Defesa e outras organizações de comando e controle, assim como é responsável pelo orçamento, elaboração da política de defesa, relação com o parlamento e cooperação internacional em matéria de defesa. O Departamento de Produção em Defesa é responsável pelo planejamento e controle das compras e/ou da produção industrial para o setor de defesa, onde atua por meio de quarenta fábricas e empresas de serviços, além de planejar e propor a nacionalização (“indigenização”) do material bélico. Já o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento em Defesa (DRDO) emprega cerca de 28.000 funcionários (dos quais mais de sete mil são engenheiros e cientistas) e é liderado por um secretário que é também o principal consultor científico do Raksha Mantri (ministro da defesa em hindi). Sua função é assessorar o governo em todos os aspectos científicos da produção e logística militar. Há grande rivalidade entre os dois departamentos.

Cada um destes departamentos possui uma organização complexa e pesada em seu interior. Há um grande número de comitês com funções superpostas e baixa delimitação jurisdicional. Embora institucionalizado e compatível com o sistema democrático da Índia, o Ministério da Defesa indiano tem demonstrado reiteradamente sua dificuldade em gerir crises e produzir respostas integradas e efetivas, coordenando os vários componentes de defesa entre eles e com os demais órgãos da área de segurança nacional. Isso ficou evidente na crise de Kargil e durante a elevação do nível de alerta das forças armadas da Índia e do Paquistão em 2002, 2005 e 2007, na sequência de exercícios militares e/ou importantes atentados terroristas como os de Mumbai. Além disso, o Ministério da Defesa tem uma composição mista onde predominam civis, frequentemente com pouca experiência na área. Assim como no Brasil, existe tensão entre os militares e a burocracia civil na área de defesa, segurança e ordem pública (KAPILA, 2000).

Essa dificuldade organizacional se torna mais evidente quando se analisa o processo decisório e de formulação da política de defesa indiana. Nos altos escalões do governo, existe um controle bastante rígido dos civis com respeito aos militares nas decisões sobre defesa, o que é desejável do ponto de vista da democracia, mas não se reflete necessariamente nos escalões inferiores da implementação de políticas e programas.

O Comitê para Assuntos Políticos (CCPA) do Gabinete Ministerial da União, chefiado pelo primeiro-ministro, é quem define formalmente a estratégia e a política de defesa indiana. No cotidiano da defesa india-

na, o ministro da defesa, geralmente um civil, recebe recomendações dos comandantes das Forças Armadas, toma as decisões cabíveis e, sempre que o tema for julgado importante, remete à consulta do Comitê de Assuntos Políticos do Gabinete. Em matéria orçamentária e, portanto, em relação a quase tudo, o Ministério das Finanças possui um representante direto com poder de veto sobre o que é proposto pelas Forças Armadas e pela burocracia civil do Ministério da Defesa (TANHAM, 1992)<sup>24</sup>.

Para tentar corrigir esses problemas de coordenação institucional e de tomada de decisão, foram tomadas algumas medidas. Dentre elas, destaca-se a sugestão do Relatório do Grupo de Ministros em Segurança Nacional, que recomendou a criação do cargo de Chefe do Estado-Maior Integrado de Defesa. O novo cargo deveria clarificar a linha de comando e resolver disputas jurisdicionais sobre a missão das forças e agências de defesa, promovendo integração entre as forças singulares e substituindo estruturas consultivas frouxas existentes – como, por exemplo, o Comitê dos Chefes de Estado-maior das Forças Armadas singulares e o *staff* de planejamento de defesa. Até 2009, no entanto, esse cargo ainda não havia sido criado e a linha de comando e autoridade entre o ministro da defesa e os comandantes das forças singulares continuava pouco clara – apesar da criação de uma estrutura interina chamada de Estado Maior Integrado de Defesa, a qual já foi descrita por um ex-comandante como sendo um corpo altamente eficiente sem uma cabeça capaz de integrar planejamento, doutrina, projetos de força e operações (JANE'S, 2004b, 98)<sup>25</sup>.

Fica claro, dessa maneira, que há um hiato entre a política de defesa, formulada primordialmente pelos civis, e o que acontece no âmbito das três forças armadas. Devido à burocracia excessiva e à falta de coordenação entre as diversas agências, tanto do ponto de vista organizacional quanto doutrinário, o centro de gravidade da defesa nacional indiana ainda é constituído pelas Forças Armadas singulares e suas preferências corporativas.

O Exército da Índia estrutura-se a partir de um Estado-maior do Exército que conta com um extenso quadro de militares e altos funcionários civis. O chefe do Estado-maior exerce autoridade direta sobre seis comandos centrais, sendo cinco operacionais ou geográficos e um comando responsável pelo treinamento. O Exército conta ainda com unidades de forças especiais (*special forces*) para a guerra irregular, um regi-

mento estratégico de foguetes (“AGNI Missile Group”) e uma nova divisão de artilharia (41ª) sediada em Pune (Maharashtra). A doutrina de emprego do Exército é chamada de “ofensiva-defensiva”, basicamente tendo uma forte ênfase preventiva e contra-força e buscando a decisão no campo de batalha por meio de manobras ofensivas capazes de produzir choque e fogo em quantidade suficiente para impedir que o inimigo assuma qualquer iniciativa (HOYT, 2000).

A Força Aérea Indiana (IAF) também é comandada pelo chefe do Estado-maior da Força Aérea e possui seis comandos com responsabilidades sobre áreas geográficas definidas, além de dois comandos funcionais (treinamento e manutenção). A IAF possui algo entre trinta e quarenta esquadrões de combate e é a quarta maior força aérea do mundo. Seus componentes principais são constituídos por uma força de caças, uma frota de transporte, helicópteros e uma frota de aviões de transporte. Os diversos componentes e problemas dessa força serão analisados na seção III, mas é importante destacar três aspectos do ponto de vista doutrinário e organizacional. Em primeiro lugar, a IAF historicamente sofre da escassez de pilotos treinados e de altas taxas de perda de aeronaves em acidentes. Entre 1990 e 2003 apenas, a IAF perdeu mais de 100 pilotos e 273 caças (quase 19 esquadrões). Por isso um dos principais desafios da IAF nessa década foi a substituição dos caças MiG 21, além da compra de simuladores e de uma pletera de *upgrades* e novas aeronaves de combate. Em segundo lugar, a entrada em serviço dos novos aviões SU-30MKI e Mirage 2000, juntamente com novos aviões de reabastecimento e de controle e alerta avançado, indicam uma mudança doutrinária importante, igualmente mais ofensiva e baseada na preempção e na retaliação a longas distâncias. Finalmente, é importante mencionar as ambições da IAF para estabelecer um Comando Aeroespacial que colocasse sob controle operacional da força aérea a maioria dos vetores e ogivas nucleares, ambições que não se concretizaram até agora e que alimentam uma forte rivalidade com o exército<sup>26</sup>.

No caso da Marinha Indiana (IN), o comandante da força conta com um estado-maior central e mais três comandos regionais (ocidental, oriental e do sul), sediados respectivamente em Mumbai, Vishakhapatnam e Cochin. A marinha indiana é dividida em duas frotas (ocidental e oriental), enquanto o treinamento é responsabilidade do comando sul. O comando das ilhas de Andaman e Nicobar, estabelecido em 2001, é o primeiro comando conjunto das forças armadas indianas e foi chefiado

<sup>24</sup> No âmbito do gabinete ministerial, também é relevante o Comitê para Assuntos de Segurança (CCS), de onde saíram os principais estudos no começo dessa década com recomendações sobre mudanças organizacionais na área de defesa e inteligência.

<sup>25</sup> Cf. <http://pib.nic.in/archieve/lreng/lyr2001/rmay2001/23052001/r2305200110.html>.

<sup>26</sup> Para maiores informações, acessar o sitio da força aérea indiana. Disponível em: <http://indianairforce.nic.in/>. Acesso em: 31 out. 2009.

pela primeira vez por um oficial general do exército em 2004. Além de forças de superfície, submarinos e aviação naval que a colocam em quinto lugar em tamanho dentre as marinhas de guerra do mundo, a IN conta ainda com uma força de fuzileiros navais especializados em operações especiais e contraterrorismo. Do ponto de vista doutrinário e do projeto de força desenhado pelo estado-maior, a marinha indiana pretende se tornar uma força de águas azuis capaz não apenas de projetar poder, mas também de negar o comando do mar para forças hostis em todo o Oceano Índico, ou mesmo além (Mar da China Meridional e Golfo Pérsico). Esta marinha ideal seria organizada em dois grupos de batalha vertebrados por porta-aviões, submarinos de propulsão nuclear, além de bombardeiros e caças de ataque aeronaval. No entanto, além da rivalidade com as demais forças de correntes das disputas por orçamento, prestígio e missões/jurisdições, a marinha indiana caracteriza-se ainda por contar com estaleiros e bases navais com excesso de pessoal administrativo e de regulação burocrática, além de significativos déficits em termos de equipamentos e instalações de manutenção, treinamento e construção (HOYT, 2000).

Além do Ministério da Defesa e das Forças Armadas singulares, a análise institucional no caso indiano demanda ainda um comentário sobre o Conselho de Segurança Nacional (NSC), criado depois dos testes nucleares de 1998.

O NSC nasceu com o duplo objetivo de, por um lado, integrar as novas capacidades estratégicas do país com as forças convencionais e, pelo outro lado, melhorar a coordenação entre a política de defesa, a política externa e as políticas de provimento de ordem pública. O conselho é formado por seis membros principais (Primeiro-Ministro, Ministro do Interior, Ministro da Defesa, Ministro das Relações Exteriores, Ministro das Finanças e o Vice-Chefe da Comissão de Planejamento), sendo que outros ministros atendem quando necessário. O Conselho de Segurança Nacional da Índia conta com muitos assessores e uma estrutura de formulação e debate de políticas de segurança nacional em três camadas, formada por um Grupo de Políticas Estratégicas e por uma Junta Assessora em Segurança Nacional. Em seus primeiros anos, o conselho foi avaliado como tendo pouca efetividade na gestão integrada de crises. Isso decorre em parte de um déficit de legitimidade, tendo em vista o fato de ter sido criado por decreto e não por meio de legislação aprovada pelo parlamento (BABU, 2003).

Para completar as modificações institucionais decorrentes da nova realidade nuclear da Índia, em 2003 foi criada uma Autoridade de Comando Nuclear (*Nuclear Command Authority* – NCA), composta por

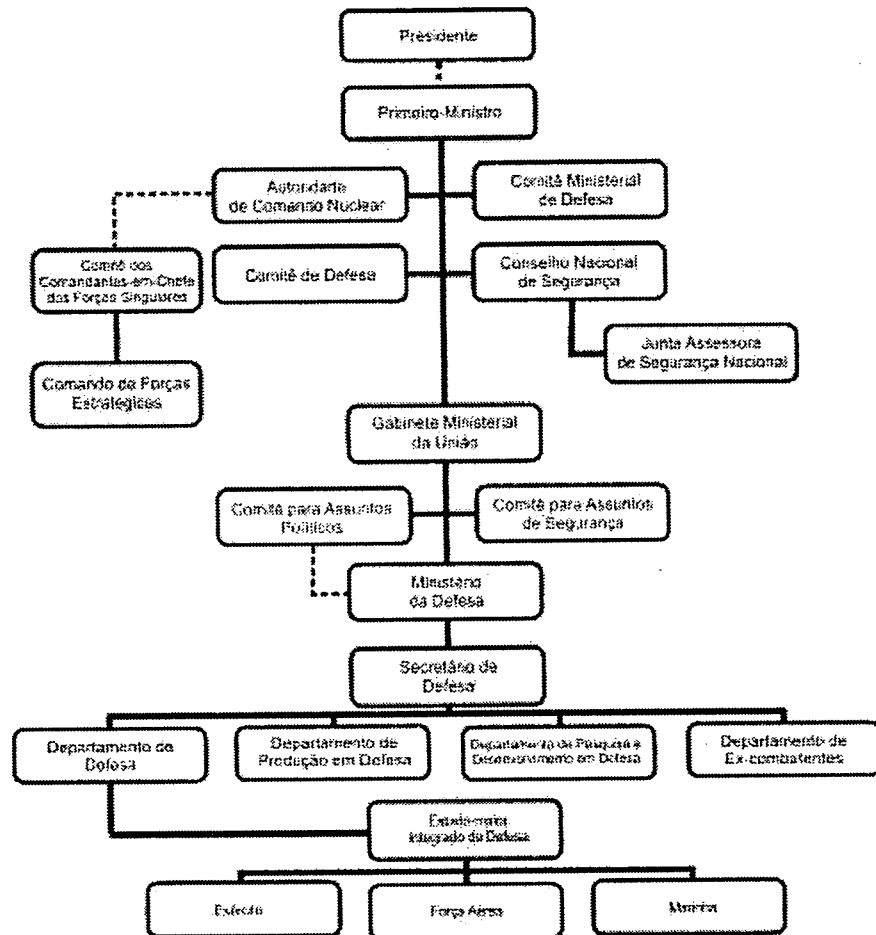
um Conselho Político e por um Conselho Executivo. Embora os dois órgãos possam fazer recomendações sobre o uso das armas nucleares, a decisão final é exclusivamente do primeiro-ministro. O Comitê de Assuntos de Segurança (CCS) do Gabinete de Ministros da União, por sua vez, criou em 2004 a figura de um comandante-em-chefe do Comando de Forças Estratégicas (SFC) para controlar o arsenal nuclear e reportar-se ao Comitê de Comandantes-em-chefe das Forças Singulares e ao Primeiro-Ministro<sup>27</sup>.

O governo indiano anunciou também em 2003 uma doutrina nuclear de oito pontos, dentre os quais se destacam os pontos 2 (postura de não fazer uso de armas nucleares em primeiro lugar, ou *'no first use'*), 3 (caso atacada com armas nucleares a Índia retaliará massivamente contra as cidades do agressor) e 5 (compromisso de não usar armas nucleares contra estados não nucleares, a menos que o território ou as forças indianas sejam atacados com armas químicas e/ou biológicas). Além de consideráveis inconsistências entre alguns dos oito pontos da doutrina esboçada, a questão da sustentabilidade da postura de *'no first use'* tem implicações diretas para a avaliação dos limites institucionais da cooperação trilateral na área de defesa e segurança.

Além disso, há o fato de o NSC indiano não ter sido capaz de criar uma doutrina nuclear integrada às capacidades convencionais e à postura diplomática indiana. Não existe uma doutrina formal integrada para as forças armadas convencionais da Índia, o que dificulta a integração com as novas capacidades estratégicas do país. Isso ajuda a entender também por que não foi possível criar o cargo de chefe do estado-maior integrado de defesa. O poder de agenda corporativo das agências e forças singulares no caso indiano, combinado com os esforços convencionais e nucleares para alcançar o *status* de grande potência produz fortes desincentivos à cooperação de escopo mais amplo e formal no contexto trilateral do IBAS. A figura 1 resume a institucionalidade de segurança da Índia como explicitada aqui.

<sup>27</sup> Para uma visão mais detalhada das estruturas de comando e controle divididas entre a liderança política, os comandantes das forças singulares e a burocracia nuclear do DRDO, ver o capítulo 12 (*"India's Evolving Nuclear Weapon Systems and Structure"*) do anuário editado por Jasbir SINGH (2005:211-220). Cf. também SIDHU (2000:150-157).

Figura 1 – Institucionalidade de Defesa na Índia



No caso da **África do Sul**, as transformações na distribuição do poder mundial decorrentes do final da guerra fria foram acompanhadas por transformações internas ainda mais profundas, as quais, por sua vez, produziram os impactos regionais discutidos na seção anterior. Estas transformações internas, decorrentes do fim do regime do *apartheid* e da transição para a democracia, modificaram a própria concepção acerca da segurança nacional, a institucionalidade de defesa no governo sul-africano, bem como, a estrutura, missão e composição das forças armadas do país.

Do ponto de vista conceitual e doutrinário, desde a Constituição de 1996 a África do Sul adotou definições de ameaça e princípios orientadores mais próximos da noção de segurança humana. Esta ênfase era compatível com os novos desideratos de igualdade de direitos e respeito aos indivíduos ao final de um período de longo regime ditatorial. Além disso, a ideia de segurança humana no contexto sul-africano favorecia também o esforço de melhorar a prestação de serviços para todos os cidadãos do país, sobretudo nas áreas de bem-estar e segurança, respeitadas as suas diferenças de cor, etnia, língua, religião e opiniões. A tradução dos princípios constitucionais em prática administrativa foi guiada desde então por dois princípios complementares. Na esfera da segurança e da defesa, o Livro Branco da Defesa de 1996 e suas diversas especificações e revisões posteriores (culminando com a publicação das estratégias de defesa nacional para os períodos 2007-2009 e 2009-2011) orientou a construção de uma capacidade estatal dissuasória baseada em forças convencionais e em esforços diplomáticos para estabilizar e resolver conflitos na região. Na área administrativa, o novo *Bill of Rights* da Constituição sul-africana engendrou uma diretriz comum a toda a administração pública do país, o princípio *Batho Pele* (as “pessoas primeiro” em língua Sotho). Este foi um princípio reitor da melhoria dos serviços públicos para a maioria da população negra da África do Sul, mas também caracterizou várias iniciativas e políticas de ações afirmativas e de reconfiguração da própria composição demográfica dos órgãos públicos, inclusive as forças armadas.

Neste contexto, talvez o ponto mais importante a destacar seja o fato de que as atuais Forças de Defesa Nacional da África do Sul (SANDF) foram constituídas no processo de transição para a democracia tendo como base um processo de integração extremamente complexo entre as Forças Armadas da África do Sul (SADF), as forças regulares de quatro dos “bantustões” criados pelo regime segregacionista (Transkei, Venda, Bophuthatswana e Ciskei), além das guerrilhas dos três principais partidos políticos não *afrikaans*, o Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso Pan-Africanista (PAC) e o Partido da Liberdade Inkhata (IFP). Das três forças irregulares a mais importante para a definição do perfil atual da SANDF foi o braço armado do ANC, conhecido como *Umkhonto we Sizwe* (“lança da nação”). Com algumas dificuldades de treinamento, integração, distribuição de patentes e outras, o fato é que o governo da África do Sul conseguiu montar um quadro de oficiais multirracial e suficientemente coeso para manter a SANDF em condições operacionais em um período de demandas crescentes na região como um todo.

Durante o primeiro período do Governo de Unidade Nacional sob a presidência de Nelson Mandela, e mesmo após a promulgação da nova Constituição em 1996, alguns elementos do oficialato envolvidos na repressão durante o regime anterior ainda resistiram ao novo desenho institucional que acompanhava as mudanças políticas. Entretanto, o imenso prestígio internacional do presidente Mandela, combinado com os penosos trabalhos da Comissão de Verdade e Reconciliação dirigida pelo bispo Desmond Tutu, além do processo de discussão resultante do Livro Branco da Defesa (1996) e também do próprio resultado das eleições gerais de 1999, foram fatores que ajudaram a consolidar as mudanças até um ponto em que se pode dizer que a SANDF é hoje institucionalizada e vigora o controle civil sobre os militares na África do Sul<sup>28</sup>.

De acordo com a nova Constituição da África do Sul, o Presidente da República é o Chefe de Estado e o Chefe do Governo, exercendo o comando sobre as forças armadas por meio da estrutura hierárquica do gabinete de ministros e do Departamento de Defesa. É importante notar que o desenho constitucional sul-africano dá grande ênfase ao parlamento como arena de recrutamento dos ministros e como instância de formulação e controle das políticas públicas. Além disso, é importante destacar que o país conta com uma sociedade civil organizada muito robusta, parte da qual foi muito influente na definição doutrinária dos principais conceitos adotados na reforma da segurança nacional sul-africana pelo menos até 2002. A

<sup>28</sup> Em 1999 o então vice-presidente Thabo Mbeki foi eleito para seu primeiro mandato de cinco anos para a presidência. O ANC quase obteve uma maioria de 2/3 na Assembleia Nacional e obteve maioria de 2/3 em sete das nove Assembleias Provinciais. Em 2004, o ANC conquistou 70% dos votos para a Assembleia Nacional (279 das 400 cadeiras), além de vencer por larga maioria em todas as nove províncias. O presidente Mbeki foi eleito pelas duas casas do Congresso para um segundo mandato presidencial (2004-2009). Contudo, Mbeki não chegou a terminar seu segundo mandato. O Partido Democrático (atualmente renomeado para Aliança Democrática) de Tony Leon consolidou-se como o principal partido de oposição na Assembleia Nacional (50 cadeiras) e nas províncias mais urbanizadas como Gauteng (onde ficam Johannesburg e Pretória) e Western Cape (onde fica Cape Town). Depois das eleições de 2004, as principais fontes de preocupação em relação à democracia na África do Sul não são mais a de um risco de volta ao regime do *Apartheid*, mas, sim, dos impactos de um controle tão extenso do ANC sobre o sistema político do país. A crise envolvendo a demissão do vice-presidente Jacob Zuma e a determinação de Thabo Mbeki em não tentar mudar a Constituição para concorrer a um terceiro mandato reforçaram as credenciais democráticas do novo regime sul-africano nos últimos dois anos. Cf. ALENCE (2004: 78-92). Nas eleições parlamentares de 2009 o ANC obteve 65,90% dos votos, contra 16,66% da Aliança Democrática e 7,42% do Congresso do Povo (COPE), o novo partido que surgiu de dissidentes do ANC.

partir desse ano, com a promulgação de um novo *Defence Act*, o marco legal sul-africano institucionalizou mais o processo de revisão doutrinária e a adequação do desenho da força à nova realidade regional do engajamento sul-africano na resolução de conflitos em todo o continente<sup>29</sup>.

De maneira geral, Len Le Roux (2004:105-106) apontou três fatores principais que forçaram a uma adaptação da política de defesa da África do Sul a uma agenda mais tradicional de segurança. Em primeiro lugar, o processo de integração entre as sete forças armadas mencionadas anteriormente envolveu também a desmobilização e a perda de quadros com experiência operacional. Um segundo fator foi a elevação das taxas de crimes violentos ao longo da década, o que manteve mais de três mil efetivos da SANDF em missões internas de provimento de lei e ordem. Em terceiro lugar, a crescente participação das forças armadas da África do Sul em operações de paz em todo o continente passou a exigir permanentemente cerca de três mil efetivos deslocados somente na República Democrática do Congo e em Burundi, sem falar nas tropas previstas para as missões no Sudão e na Somália. Com o apoio decisivo de Pretória para a assinatura do Tratado de Defesa Mútua da SADC e a criação de uma Força de Pronto Emprego da União Africana, a tendência é a de que cresçam as exigências de melhoria na capacidade de projeção de força da SANDF. E isto, paradoxalmente, tenderá a forçar sua doutrina de emprego a se tornar menos ofensiva em função da necessidade de contar com sistemas de reserva e forças constabulares mais desenvolvidas<sup>30</sup>.

Na verdade, com a melhoria da situação orçamentária e a recuperação da capacidade de investimento do Estado sul-africano a tendência

<sup>29</sup> Os principais conceitos de segurança humana e de defesa não ofensiva adotados no White Paper de 1996 e no Defence Review de 1998 assumiam como premissa que o fim da conscrição e a redução acelerada do engajamento das forças armadas em operações de manutenção de lei e ordem traduzir-se-iam em uma estrutura de forças enxuta (50 mil militares e civis) e altamente profissionalizada para a defesa do território contra ameaças convencionais cada vez mais remotas. Como se poderá ver na seção 3, isso levou a uma subestimação do problema das reservas, tema que somente no *Strategic Business Plan 2007-2009* começa realmente a ser equacionado. Cf. SOUTH AFRICA (2007:13). Para uma análise das implicações das guerras convencionais e civis recentes na África para o projeto de força e as estruturas de comando e controle da SANDF, ver KRUY (2004).

<sup>30</sup> Vale lembrar que o deslocamento de um efetivo de três mil soldados implica pelo menos o triplo de tropas para manter este nível de prontidão (rotação, treinamento, emergências etc.). E isto a um custo de mais de US\$ 155 milhões em 2004. Somente as Missões de Paz já impediriam a vigência completa das noções de segurança humana e defesa sem projeção de força. Cf. JORDAAN & ESTERHUYSE (2004).

dos últimos anos tem sido a de uma expansão das capacidades estatais na área de segurança nacional. Em termos institucionais, vale lembrar que os órgãos mais importantes no sistema de segurança sul-africano são o Conselho de Segurança Nacional, o Ministério da Defesa e dos Veteranos Militares, o Ministério da Polícia (antigo Ministério da Segurança) e o Ministério da Segurança Estatal (antigo Ministério dos Serviços de Inteligência) (comentários adicionais na seção II.2).

O Conselho de Segurança Nacional (NSC) foi estabelecido em 2000 e é diretamente ligado à presidência da República. O Conselho é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Ministros da Polícia, Defesa, Segurança Estatal, Relações Exteriores, Interior (*Home Affairs*), Finanças e Justiça. Outros ministros também podem ser convocados se necessário. O CSN é convocado pelo presidente para assegurar uma resposta rápida, coordenada e eficaz a assuntos e eventos de caráter urgente e/ou que tenham um impacto relevante na segurança do país. Além disso, cabe ao CSN o desenvolvimento de políticas nacionais de segurança em geral, a indicação para o presidente sobre possíveis ameaças ao país, a aprovação de planos e programas relativos a tais ameaças, a monitoração destes planos e a coordenação com outros governos em situação de crise (JANE'S, 2004).

O Ministro da Defesa é necessariamente um político indicado pelo presidente entre os membros da Assembleia Nacional e constitui um elo-chave na cadeia de comando. No Departamento de Defesa, os civis são responsáveis pelo Secretariado de Defesa e os militares pelo apoio ao comandante-em-chefe da SANDF (*Chief of the Defence Force*) e ao Comandante de Operações Conjuntas (*Chief of Joint Operations*). O Secretário de Defesa é o principal gestor público no Departamento, responsável pelas finanças, planejamento e relação política como o Congresso. Subordinados ao Comandante da SANDF encontram-se o Comandante de Operações Conjuntas, o Comandante de Suporte Conjunto, o Comandante do Exército, da Marinha, da Força Aérea, do Serviço Militar de Saúde e da Divisão de Inteligência de Defesa. O Inspetor Geral das forças armadas é responsável por realizar auditorias e zelar pelo cumprimento de planos, ordens e a legislação<sup>31</sup>.

O exército sul-africano é composto por dois componentes diversos: uma força regular de tempo integral e uma força de cidadãos (*Citizen Force*), sendo esta última seu contingente de reserva, o qual se tornou totalmente voluntário em 2003 e que anteriormente era formado por

conscritos com treinamento regular por doze anos após o período de alistamento. A força regular profissional é organizada em torno de duas brigadas combatentes, uma, permanente e totalmente mecanizada (43ª) e outra, *part-time* (46ª), motorizada, sendo que ambas recebem elementos especializados (batalhões e unidades menores) conforme a necessidade. Este desenho organizacional por tipos de formação (*formation types*) é um conceito empregado pela SANDF para suas forças de terra, ar e mar. No caso das unidades terrestres, estas formações de artilharia, infantaria, blindados, engenharia, inteligência e outras são organizadas em nível de batalhão ou regimentos (caso das forças especiais) e são subordinadas ao comandante do exército. Além das unidades móveis, o exército conta ainda com cinco forças-tarefa regionais (com os respectivos quartéis-generais localizados em Pretória, Pietersburg, Durban, Port Elizabeth e Cape Town). Embora o exército da África do Sul seja considerado altamente proficiente em manobra, fogo e choque, contando com equipamento moderno e larga experiência operacional, sua doutrina de emprego prevê a utilização de suporte aéreo e artilharia de longa distância. Como não há uma aviação do exército, a SANDF tem feito grandes esforços para melhorar o desempenho conjunto entre a força aérea e o exército.

A Força Aérea (SAAF) é considerada a mais eficaz da África subsaariana, mesmo com as restrições orçamentárias ao longo da década de 90. Em termos absolutos, no entanto, a obsolescência de seus principais sistemas e a perda de muitos pilotos treinados afetaram muitas de suas capacidades. Em 2003, a SAAF contava com apenas 22 pilotos de combate e frota inteira estava voando apenas 12 mil horas, contra 60 mil previstas. Desde então a situação melhorou, mas na medida em que a África do Sul assumia papéis mais destacados no provimento de segurança na região ficam evidentes algumas deficiências, tais como a necessidade de contar com algum vetor de interdição de longo alcance, mais aeronaves não tripuladas (UAVs) e aeronaves de patrulha marítima de longo alcance. Por outro lado, o país conta com excelente capacidade de suporte ao combate terrestre a partir de helicópteros de ataque (16º esquadrão de Roivalks). Do ponto de vista organizacional, a SAAF é altamente centralizada, com divisões no estado-maior responsáveis pelo comando aéreo, desenvolvimento operacional, preparação da força, desenvolvimento, suporte etc. Do ponto de vista das missões finalísticas, é importante destacar o posto de comando do sul, perto de Cape Town, a partir de onde a SAAF coordena com a marinha todas as suas operações de suporte às operações navais, e também os dois centros de controle do tráfego aéreo e defesa aérea, localizados respectivamente em Pretória e na base aérea de

<sup>31</sup> Para uma descrição mais detalhada do Departamento de Defesa, ver SOUTH AFRICA (2006: 01-09).



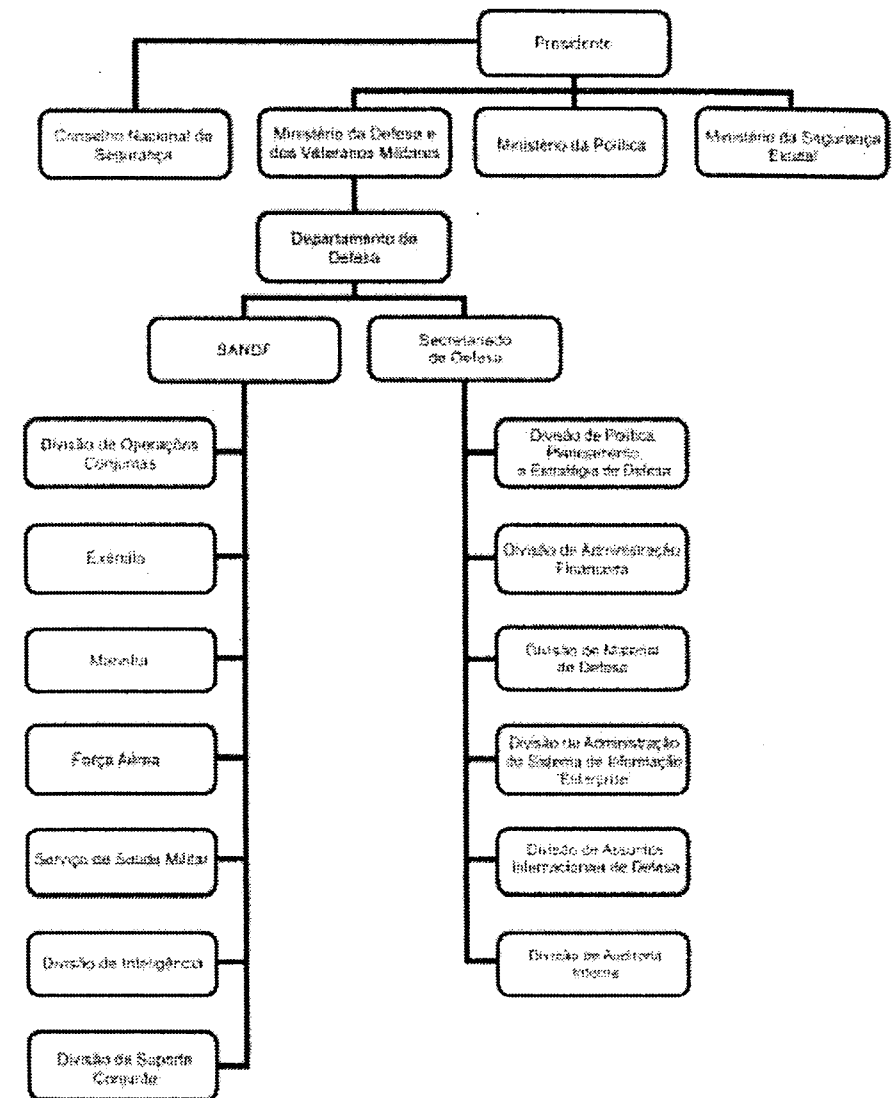
Hoedspruit (Mpumalanga). Além de comandos regionais para a coordenação de operações com o exército e de times móveis de operações aéreas, para deslocamentos fora do território da África do Sul<sup>32</sup>.

A Marinha da África do Sul (SAN) é considerada a única marinha realmente eficaz da África subsaariana. Entretanto, considerando as dimensões do mar territorial, os compromissos regionais crescentes do país e a importância do comércio marítimo para a economia sul-africana (95% das importações e exportações são transportadas pelo mar), as fragilidades da marinha sul-africana tornaram-se bastante evidentes ao final da década de 1990, o que levou o Departamento de Defesa e a Assembleia Nacional a autorizarem um amplo programa de modernização. Como ficará evidente na seção III do trabalho, a aquisição dos novos submarinos, “corvetas” (na verdade destróieres) e outros sistemas não modificará radicalmente o perfil da marinha sul-africana, pois neste momento o país não aspira a ter uma marinha de águas azuis, mas certamente as novas capacidades visam a tornar mais crível a capacidade de defesa dos dois principais portos do país (Durban e Cape Town) e o efetivo patrulhamento das águas territoriais. A fim de dar maior agilidade e apoiar mais efetivamente o Comandante de Operações Conjuntas (*Chief of Joint Operations*), a SAN transferiu a maior parte da frota (incluindo a flotilha de submarinos, a aviação naval e os caça-minas) e das suas estruturas de comando e suporte para a base naval de Simon’s Town, ao sul de Cape Town. Em Pretória permanecem o Comandante da Marinha e o Quartel-General Naval. Mesmo com deficiências e limites claros, a SAN tem uma grande importância para a África do Sul e, assim como aconteceu com o Exército, diversos países da região, tais como Namíbia, Moçambique e Tanzânia, pediram auxílio na patrulha de suas zonas marítimas, em operações de resgate e salvamento, assim como em assistência humanitária e treinamento.

Todo este esforço de modernização, reorganização e redesenho das forças armadas a um novo conjunto de missões esbarra hoje nos problemas que afetam toda a força de trabalho da África do Sul: as altas taxas de incidência HIV-AIDS. Neste contexto, adquire importância destacada a existência de uma estrutura integrada como o Serviço Militar de Saúde (SAMHS), estruturado como uma quarta força singular na SANDF. A figura 2 demonstra a institucionalidade de defesa da África do Sul.

<sup>32</sup> Para um detalhamento maior da estrutura organizacional da SAAF, cf. <http://www.af.mil.za>.

Figura 2 – Institucionalidade de Defesa da África do Sul



Finalmente, no caso do Brasil a criação tardia do Ministério da Defesa em 1999 marca um ponto importante no lento processo de adaptação institucional da área de segurança nacional desde a última transição de regime político em 1985-1988. Na verdade, o próprio projeto de cria-

ção do Ministério da Defesa partiu da Presidência da República e jamais entusiasmou as forças armadas.

Claro que houve variações no grau de controle civil sobre os militares ao longo da transição, mesmo entre governos com a mesma orientação política e econômica. Durante o período Collor, por exemplo, observou-se um afastamento acentuado dos militares do centro de poder estatal. Além da extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), houve algum deslocamento nas posições de poder do Estado-Maior das Forças Armadas e dos demais ministros da área militar. Já durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi possível observar uma atuação muito mais central dos militares, especialmente do Exército, em várias áreas de políticas públicas. E esta tendência de preservação de um alto grau de autonomia decisória dos comandos das forças singulares sobre os temas que estas consideravam afetos às respectivas áreas se manteve desde então, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique e ao longo da presidência Lula<sup>33</sup>.

A estrutura do Ministério da Defesa no Brasil contempla cinco grandes divisões: a Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI); o Estado-Maior de Defesa (EMD); a Secretaria de Estudos e de Cooperação (SEC); a Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM); e a Secretaria de Organização Institucional (SEORI). A Escola Superior de Guerra também faz parte da estrutura do Ministério da Defesa, mas como órgão externo subordinado. Predominam os militares, mesmo em funções gerenciais que na África do Sul ou na Índia tendem a ser ocupadas por civis. No caso brasileiro, os poucos civis ocupam posições ditas de "enclave", na SEORI ou no Gabinete do Ministro (FUCCILLE, 2003)<sup>34</sup>.

Entre as principais funções desse Ministério podem-se mencionar as operações militares, a formulação da política e estratégia militar e a política de aviação civil, sendo que a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) é ligada ao Ministério da Defesa. Ainda conectados ao Ministério da Defesa encontram-se o Conselho Militar de Defesa e outras estruturas de assessoria e consultoria. É difícil a comparação institucional, pois o caso brasileiro apresenta o mesmo tipo de opacidade e falta de explicitação de uma doutrina militar como é o caso indiano, mas sem as amplas capacidades e meios bélicos indianos, os quais permitem a um observador deduzir coisas importantes sobre a política *de facto*, independentemente de existir ou não uma política declaratória.

<sup>33</sup> Para uma posição bastante pessimista a respeito das relações civis-militares no Brasil, ver o artigo recente de ZAVERUCHA (2007).

<sup>34</sup> Para informações detalhadas sobre a estrutura do Ministério da Defesa do Brasil acessar o sítio: [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br).

É como se, do ponto de vista institucional, o Brasil fosse uma combinação da excessiva autonomia corporativa indiana, com a escassez de meios e as tensões adaptativas encontradas na transição sul-africana. Esse cenário é ainda agravado por algumas dificuldades específicas típicas do debate brasileiro sobre segurança nacional, tais como uma percepção altamente otimista sobre o entorno regional atual e futuro, a ausência de forças constabulares de qualquer tipo e uma recusa persistente a se tentar explicitar mais os termos da política de defesa e da doutrina de emprego da força militar (PROENÇA JR. & DINIZ, 1998). Por outro lado, é preciso reconhecer que a nova Política de Defesa Nacional (PDN) estabelecida em 2005 representa algum avanço, embora não tenhamos nada como os relatórios anuais de defesa da Índia ou da África do Sul, por meio dos quais se podem monitorar os sucessos e malogros das políticas e conceitos.

Além do Ministério da Defesa, outro órgão importante da estrutura da defesa brasileira é o Conselho de Defesa Nacional (CDN). O CDN é presidido pelo Presidente da República e tem como membros o Vice-presidente, os Presidentes da Câmara e do Senado e os Ministros da Justiça, das Relações Exteriores, da Fazenda, além dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Além disso, se necessário, o Presidente pode convocar outros membros de acordo com a matéria a ser tratada. Segundo a Lei 8.183, por meio da qual foi criado o Conselho, este se reúne a pedido do Presidente da República e tem competência para opinar em situações de declaração de guerra ou celebração de paz, questões de independência nacional e decretação de estado de defesa, de sítio e sobre intervenção federal. O Conselho de Defesa Nacional possui uma Secretaria-Geral para executar as tarefas permanentes ligadas ao exercício das funções do Conselho<sup>35</sup>.

No Brasil, formalmente o Presidente da República é também o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, ainda que exerça um papel menos marcante nesse âmbito de que em outros países da América Latina. Afinal, no caso brasileiro (e em contraste com a África do Sul) o ministro tem pouco poder *vis-à-vis* os comandantes das forças. Cada comandante de força singular mantém *status* administrativo de ministro, e cada força define seu sistema educacional, de saúde e de logística, sem falar de equipamentos, organização e doutrina (EOD).

O Brasil possui também uma longa tradição de alistamento militar obrigatório para toda a população masculina que completa dezoito anos. Contudo, apenas um pequeno percentual dos candidatos é realmente incorporado e recebe treinamento. Estes recrutas servem por um período

<sup>35</sup> Ver Lei Federal 8.183 em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8183.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8183.htm).

mínimo de nove a doze meses, em sua grande maioria no exército. Em termos organizacionais, o exército brasileiro divide-se em sete comandos regionais: Leste (o CML tem quartel-general no Rio de Janeiro e sua área de responsabilidade abrange os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), Sul (o CMS tem seu QG em Porto Alegre, com jurisdição sobre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Nordeste (CMNE, cujo QG fica em Recife e tem área de responsabilidade sobre os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), Sudeste (o CMSE tem seu QG em São Paulo e jurisdição sobre aquele estado), Oeste (o CMO, localizado em Corumbá e área de responsabilidade cobrindo o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul), Planalto (CMP, com QG em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e Goiás) e Amazônia (o CMA sediado em Manaus, responsável pela defesa do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Além dos comandos regionais, o exército brasileiro conta com uma Força de Reação Rápida, sediada no Comando de Operações Terrestres em Brasília para uso em qualquer contingência em qualquer ponto do território nacional.

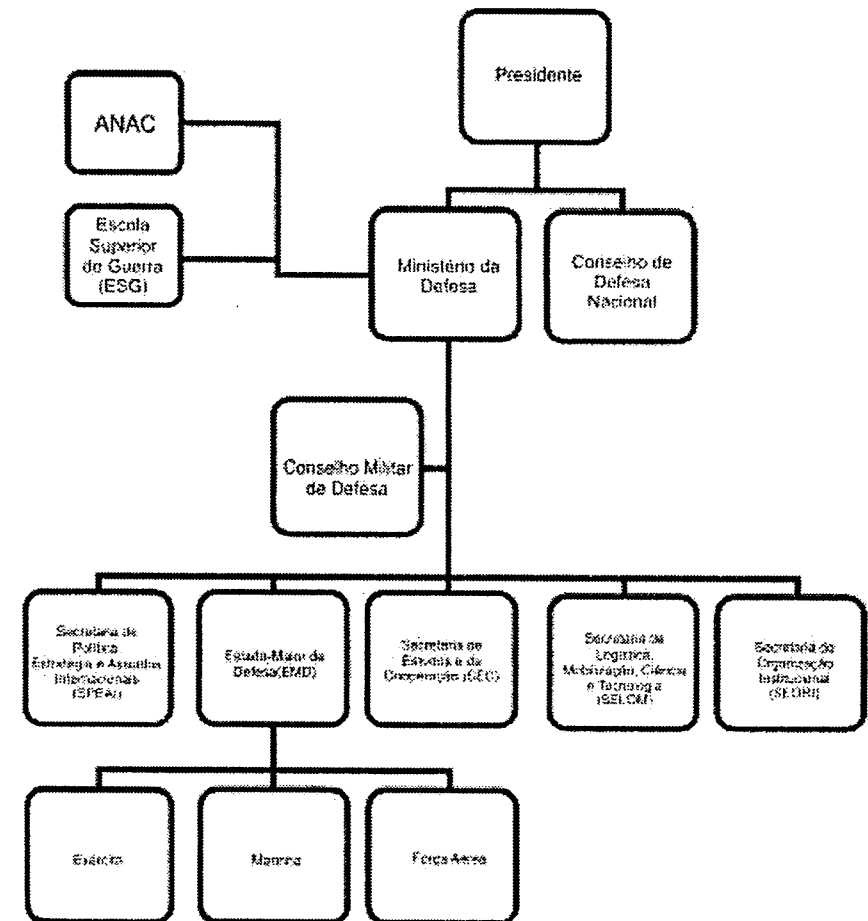
Do ponto de vista das unidades, o exército brasileiro organiza-se em oito divisões, (entre uma e três brigadas em cada divisão). As brigadas são blindadas, mecanizadas, de cavalaria ou de infantaria, selva, aerotransportada, de paraquedistas, operações especiais e de fronteira. Ao todo são 28 brigadas de combate, suplementadas por dois grupos de engenheiros (de tamanho equivalente a uma brigada). Havia em 2005 um total de 84 batalhões de infantaria, 14 regimentos de cavalaria, um regimento de paraquedistas, 12 esquadrões independentes, 04 regimentos de tanques, um esquadrão de reconhecimento blindado, 38 grupos de artilharia, 18 batalhões de engenharia (combate e construção) e mais cinco companhias de engenheiros. Embora estas forças não sejam tão complexas quanto as indianas, certamente indicam uma paleta de recursos bastante diversificada no contexto sul-americano.

A Força Aérea Brasileira (FAB) é a maior da América do Sul, possuindo uma organização bastante complexa. A FAB é dividida entre sete comandos regionais e cinco comandos operacionais, divididos entre três forças diferentes. Assim como no exército, o Comandante da Aviação deve se reportar diretamente ao Ministro da Defesa, que é responsável tanto pela aviação civil, quanto pela militar. Cada um dos comandantes regionais ou operacionais é subordinado ao Comandante da Aviação. A compatibilidade entre as missões de Defesa Aérea e de Controle do Tráfego Aéreo esteve em questão ao longo de 2007 no Brasil em função

da crise nos aeroportos e da sequência de dois grandes acidentes com aviões de passageiros no espaço de um ano.

A organização da Marinha do Brasil obedece à mesma lógica do Exército e da Aeronáutica. Ou seja, formalmente sob a autoridade política do Ministro da Defesa, mas na prática gozando de um alto grau de autonomia na definição de suas políticas e prioridades. Cada um dos comandantes operacionais responde ao Comandante Naval, e têm sob sua responsabilidade os comandantes de: frota, submarinos, força de transporte naval e distritos navais. No Brasil existem oito distritos navais, e flotilhas separadas no Mato Grosso e na Amazônia. (Jane's, 2004)

Figura 3 – Institucionalidade de Defesa do Brasil



Por mais que esta descrição sequencial das principais estruturas organizacionais da defesa nacional nos três países pudesse ser detalhada, a natureza das ameaças regionais à segurança e a combinação de fatores domésticos e internacionais na conformação dessas ameaças obrigam o analista a considerar também as estruturas policiais e de inteligência. Isto será feito brevemente na próxima subseção do trabalho.

### 3.2 Forças Paramilitares e Serviços de Inteligência

No caso da Índia, duas características institucionais chamam a atenção. Em primeiro lugar, o fato de que os serviços de inteligência acumulam enorme poder e operam com grande autonomia no interior do aparelho de Estado sob um regime democrático altamente robusto sob qualquer outra medida. Em segundo lugar, que as forças policiais são controladas pelos governos estaduais, enquanto as guardas de fronteira (forças constabulares) encontram-se sob a autoridade do Ministério do Interior. Com um contingente de 400.000 policiais estaduais e mais 180.000 policiais da força de reserva, os estados individualmente são responsáveis pela sua própria força policial. Não existe, portanto, uma força policial nacional na Índia. Todavia, em caso de necessidade as forças policiais podem se deslocar de um estado ao outro (JANE'S, 2004).

Enquanto os policiais estaduais atuam nos seus respectivos estados, as forças de reserva respondem às ameaças à segurança interna. Existem sete forças terrestres constabulares na Índia subordinadas diretamente ao governo da União. São elas os *Assam Rifles* (AR), que atuam sob o comando operacional do exército na guarda de fronteiras com Bangladesh, Mianmar e China, a *Border Security Force* (BSF), atuando em 6.400km de fronteiras, a *Central Reserve Police Force* (CRPF) com seus 154 batalhões, a *Central Industrial Security Force* (CISF), a *Indo Tibetan Border Police Force* (ITBP), uma *National Security Guard* (NSG) formada por elementos *ad hoc* de outras forças, além do *Special Security Bureau* (SSB) responsável pelo patrulhamento da fronteira com o Nepal. É bom destacar também que a Índia ainda conta com uma Guarda Costeira, força constabular subordinada à marinha do país. Desde 2005, o governo indiano vem tentando racionalizar e modernizar suas forças paramilitares, subordinando as sete organizações à CRPF e colocando-as firmemente sob o controle do Ministério do Interior para fazer frente às guerrilhas e forças terroristas. O crescente peso da política regional na composição ministerial indiana e os interesses corporativos das forças constabulares, paramilitares e policiais têm conseguido impedir que tais planos se consolidem (SINGH, 2005, p. 356-371).

Os serviços de inteligência da Índia passaram por uma reforma após a infiltração dos soldados paquistaneses na área de Kargil em 1999 e a série de grandes atentados terroristas entre 2001 e 2005, mas pouco se sabe ainda sobre a extensão e a efetividade dessas reformas. Na Índia, existem duas agências principais de inteligência: o *Intelligence Bureau* (IB), responsável pela coleta e disseminação de informações sobre ameaças internas e a *Research and Analysis Wing* (RAW), a agência de inteligência externa da Índia responsável por informar o governo e as forças armadas e constabulares sobre ameaças externas. Além de disputas jurisdicionais entre o IB e a RAW, o sistema de inteligência indiano ainda é caracterizado por fortes desconfianças entre os serviços de inteligência militares e a RAW. Até 2007, as duas agências haviam conseguido impedir a parte das reformas previstas que eram voltadas para aumentar a subordinação de todas as agências a um Comitê Conjunto de Inteligência (*Joint Intelligence Committee*), que responderia diretamente ao Conselho de Segurança Nacional.

Tal como proposto pelo Relatório do Grupo de Ministros de 2001, em março de 2002 foi estabelecida uma agência de inteligência de defesa, ou *Defence Intelligence Agency* (DIA), congregando as três seções de inteligência das forças armadas sob uma liderança rotativa. Essa agência possui um mandato para operações encobertas antiterroristas no exterior. Apesar disso, a DIA recebeu várias críticas por ser considerada ineficiente e ineficaz desde seu surgimento. Assim, em 2003 foi criado um Centro Técnico Nacional de Inteligência de Comunicação (NTICC) para prover inteligência de comunicações (COMINT) para a nova agência e também para o *Intelligence Bureau*.

Na África do Sul, além do Ministério da Defesa, também compõem o aparato de segurança nacional o Ministério da Polícia e o Ministério da Segurança Estatal, uma iniciativa institucional inédita e altamente significativa nos contextos de transição para a democracia. O Ministério da Polícia é responsável pelo serviço de polícia do país, o *South African Police Service* (SAPS). O comissário nacional de polícia reporta-se diretamente ao Ministro da Polícia, enquanto os quatro vice-comissários (inteligência criminal, serviços operacionais, recursos humanos e logística) reportam-se ao comissário. O SAPS tem como principais atividades a prevenção de crimes, a resposta operacional e, por fim, os serviços de investigação. O SAPS colabora regionalmente como membro do *Southern African Regional Police Chiefs Co-operation Organisation* (SARPCCO).

No processo de transição democrática, o serviço policial foi um dos setores governamentais que mais sofreu mudanças. Além de herdar funções que antes eram de responsabilidade do exército, como o patru-

lhamento rural e fronteiro, também enfrentou problemas relativos à integração de pessoal. Um dos pontos mais problemáticos ainda hoje reside na corrupção da polícia, situação geralmente relacionada à baixa qualificação do pessoal integrado pós-1994. O problema da corrupção policial aparece também de forma saliente nas análises sobre o caso brasileiro e indiano, embora lá a corrupção seja associada também à falta de clareza jurisdicional e ao peso excessivo da burocracia.

O terceiro ministério relevante para a área de segurança nacional é o Ministério da Segurança Estatal (Ministério dos Serviços de Inteligência até 2009), criado em 1994, através do *National Strategic Intelligence Act*. Este ministério subordina as duas agências de inteligência principais da África do Sul, a *National Intelligence Agency* (NIA) e o *South African Secret Service* (SASS). A Agência Nacional de Inteligência (NIA) tem mandato doméstico e conta, segundo estimativas de 1999, com aproximadamente 2.500 funcionários. Tem como funções coletar, avaliar e analisar inteligência sobre ameaças internas e atuar na área de contra-inteligência. A NIA também apoia os departamentos (ministérios) do governo quanto às investigações internas no próprio governo. Por sua vez, o Serviço Secreto Sul-Africano (SASS), pelo contrário, tem mandato internacional para a coleta de inteligência por todos os meios necessários, respeitando-se os acordos diplomáticos e tratados, e conta com, aproximadamente, 1.500 efetivos. O Ministério também conta com um Comitê Nacional Coordenador da Inteligência (Nicoc) para compatibilizar as informações das agências civis, policiais e militares.

O caso do Brasil destaca-se pelo peso institucional das forças policiais e pela dificuldade de coordenação entre os níveis de governo, mas também entre diferentes ramos das burocracias de segurança nacional.

Os serviços federais de polícia estão ligados ao Ministério da Justiça. São compostos pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal, pela Polícia Ferroviária Federal, pelas Polícias Cíveis Estaduais, pelas Polícias Militares Estaduais, pelas Guardas Cíveis e, mais recentemente, pela Força Nacional de Segurança Pública.

A Polícia Federal (DPF) tem como escopo principal a investigação de infrações penais contra a ordem política e social, tanto da União como dos entes federados. Além disso, cabem a ela “*as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras*”, assim como a prevenção e a repressão do tráfico de ilícitos. A DPF deve “*exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União*”. Mesmo com um mandato legal tão extenso, a PF em princípio não pode e não tem como substituir a necessidade de forças constabulares *per se*, ou mesmo substituir as polícias estaduais em suas missões ostensivas ou investigativas.

A Polícia Rodoviária Federal (DPRF) é responsável pelo controle e administração do tráfego rodoviário nas rodovias federais do Brasil. Sua estrutura é centralizada em Brasília (DF), estendendo-se pelos estados da federação através das superintendências regionais. É interessante notar que o tráfego rodoviário nas rodovias estaduais brasileiras não é feito pela PRF, mas, sim, por uma fração das Polícias Militares estaduais. Ainda em relação ao controle e patrulhamento dos meios de transporte terrestres, o Brasil possui a Polícia Ferroviária Federal (PFF), responsável pelo patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

Em relação à Segurança Pública, o Ministério da Justiça controla a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Ela é responsável pelo controle e administração das iniciativas do governo em relação à Segurança Pública, como execução e planejamento de projetos na área, integração dos órgãos de Segurança Pública e sugestão de projetos de lei, entre outros. Além disso, a ela se reportam as Secretarias Estaduais de Segurança Pública (SSPs). As SSPs são responsáveis pela coordenação de Polícias Cíveis Estaduais, Polícias Militares Estaduais, Sistema Penitenciário estadual e Instituto de Perícias.

As Polícias Militares (PM) estaduais têm como função o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, assim como atividades de defesa civil, através dos Corpos de Bombeiros. As Polícias Cíveis estaduais, por sua vez, são dirigidas por delegados de carreira e exercem, como função, o papel de polícia judiciária no âmbito estatal. Têm como principal atribuição a investigação das infrações, através de inquéritos policiais. As Guardas Cíveis, por fim, são forças de preservação da ordem pública em âmbito municipal. É permitido o porte de arma aos Guardas Cíveis de cidades com mais de 20.000 habitantes.

Recentemente, o governo brasileiro criou a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), constituída em 2004. A FNSP é de responsabilidade da União. Ela consiste em contingentes especificamente treinados das Polícias Militares estaduais dos Estados da Federação que aderirem ao programa. Esse contingente, atualmente de 2.000 efetivos, deve atender às necessidades específicas do país em determinado momento, tais como o agravamento da situação de segurança em algum estado ou situações que demandam um maior policiamento, como recentemente, os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro<sup>36</sup>.

Por fim, o sistema de policiamento brasileiro sempre teve problemas em relação à integração das polícias e a atividades conjuntas e integra-

<sup>36</sup> A participação dos Estados da Federação brasileira na FNSP é voluntária. Ver: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ5759E085ITEMID86468232B9E449C2ABB62CC8D20E4914PTBRNN.htm>. Acesso em: 31 out. 2009.

das desses órgãos. Nesse sentido, o governo brasileiro criou recentemente o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), ligado à Senasp, o qual tem como objetivo integrar as atividades das polícias federais, estaduais e municipais, mantendo a autonomia dos órgãos. Segundo a iniciativa do governo, após a assinatura de um protocolo de intenções pelo governador do Estado, é criado em âmbito estadual um Comitê de Gestão Integrada, que é constituído pelo secretário estadual de segurança pública e por representantes da PF, da PRF, da Polícia Civil e das Guardas Municipais. Esse comitê é responsável pela decisão e coordenação das ações das polícias, principalmente no combate ao crime organizado. As atividades conduzidas pelos comitês estaduais são reportadas a um Comitê Nacional que as analisa e, em caso de sucesso, sugere a sua execução nos demais estados. Segundo o governo, a atividade de prevenção da violência e a condução de tal sistema proporcionarão ao Brasil a obtenção de planos de longo prazo em relação à Segurança Pública<sup>37</sup>.

Finalmente, as atividades de inteligência do Brasil têm como principais órgãos o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) e o Sistema de Inteligência de Defesa (Sinde).

O Sisbin é coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Integram o sistema a Casa Civil da Presidência da República, através do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e os Ministérios da Justiça, Defesa, Relações Exteriores, Fazenda, Trabalho e do Emprego, Saúde, Previdência, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Integração Nacional (CEPIK, 2007).

O Sistema tem como funções a obtenção, a análise e a disseminação da informação necessária à tomada de decisão do Executivo, assim como a salvaguarda de informações confidenciais. A ABIN, criada em 1999 através da Lei 9.883, é, segundo a definição legal, o órgão central desse sistema. Ela é responsável pelo planejamento e pela execução de ações relativas à obtenção de dados para o assessoramento do Presidente da República, pela avaliação das ameaças à ordem constitucional, pela promoção do desenvolvimento dos recursos humanos e da doutrina de inteligência e pela realização de estudos na área. Depois de sua criação em 1999, a hierarquia do sistema sofreu uma mudança institucional, na qual o ABIN passou a ser subordinada ao GSI.

<sup>37</sup> Informações mais detalhadas disponíveis no sítio do SUSP: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE63568CCITEMIDD1783EF6AF7E4797B9DD5B51B215322DPTBRNN.htm>. Acesso em: 31 out. 2009.

Embora o SISP tenha sido estabelecido em 2000 por meio do Decreto Executivo 3.695, até agora seu potencial integrador dos fluxos de informação nas áreas de inteligência criminal, inteligência de segurança (ou interna), contra-inteligência e contra terrorismo foi pouco desenvolvido – este subsistema é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. Já o Sinde foi estabelecido formalmente em junho de 2002, por meio de uma medida administrativa do ministro da Defesa (Portaria 295/MD). Este sistema foi criado para articular os centros de inteligência da Marinha, Exército, Aeronáutica e do Estado-Maior de Defesa com o Ministério da Defesa. Daí por que a coordenação do Sinde cabe ao Departamento de Inteligência Estratégica (DIE) do MD, que também é responsável pela representação do Sinde junto ao Sisbin e ao Congresso Nacional. Estão subordinados ao Ministério de Defesa os serviços de inteligência de cada força, assim como as secretarias e as chefias responsáveis pela inteligência estratégica e operacional. Em geral, o suporte tático às unidades de escalão intermediário é mais precário do que a capacidade central em cada força singular.

De modo geral, os problemas de cooperação interinstitucional e de desenho institucional adequado para lidar com recursos escassos e ameaças persistentes à estabilidade regional existem nos três casos. Naturalmente, tais problemas variam de intensidade de um país para o outro e de uma área para a outra (policial, constabular e inteligência). Do ponto de vista do desenho institucional, nas áreas de polícia e inteligência o caso da África do Sul é o mais promissor e deveria servir de base para a cooperação trilateral. Embora a escala de problemas e de complexidade organizacional seja menor naquele país do que no Brasil, a consistência de algumas soluções sul-africanas talvez servisse para contrabalançar algumas das semelhanças mais problemáticas entre o Brasil e a Índia. No caso das forças constabulares, o caso indiano é complexo e certamente oferece as lições mais ricas do que se poderia (ou não) fazer para a construção de guardas de fronteira e segurança efetivas e legítimas. Seja como for, na próxima seção será possível avançar um pouco mais, introduzindo-se a comparação entre as capacidades como fator adicional para explicar os limites e possibilidades da cooperação.

#### 4 CAPACIDADES MILITARES DOS PAÍSES DO IBAS

As capacidades de defesa de um país são dadas por critérios quantitativos e qualitativos de difícil mensuração. Em termos quantitativos é possível aferir o balanço militar entre dois ou mais Estados por meio da análise comparativa da distribuição de efetivos e sistemas de armas por ramos das forças armadas. No caso, uma avaliação qualitativa

precisaria incluir também estimativas realistas sobre o funcionamento de sistemas de armas, estruturas (C<sup>4</sup>ISR) e setores (suprimentos), as quais só a ocorrência de uma guerra real poderia confirmar ou refutar<sup>38</sup>.

Para reduzir a arbitrariedade das estimativas e permitir uma comparação entre países tão diferentes como os do grupo IBAS, utilizou-se nesta seção do trabalho a noção de composição orgânica das forças armadas, ou seja, a divisão do número de sistemas de armas e outros equipamentos pelo total do efetivo (pessoal militar na ativa). Utilizando-se este critério e analisando os três países comparativamente, esta seção foi dividida em comentários sobre efetivos e reservas (III.1), a distribuição do efetivo por ramo das forças armadas (III.2), o componente terrestre (III.3), o componente naval (III.4) e o componente aéreo (III.5) das forças armadas dos três países.

Com isto se pretende testar a congruência entre as intenções declaradas pela diplomacia e a preparação militar de cada país. Além disso, a composição orgânica de uma força armada permite avaliar a consistência entre a EOD (equipamento, organização e doutrina) de uma força armada, os planos do estado-maior baseados em hipóteses de guerra e as demandas colocadas pelas guerras e disputas militarizadas em que o Estado em questão venha a ser envolvido ou decida envolver-se.

Problemas de incongruência entre as políticas declaratórias e o comportamento efetivo do Estado e, em outro nível de análise, problemas de consistência entre a EOD e as hipóteses de guerra anteriormente existentes caracterizaram a experiência vivida pela Argentina na guerra das Malvinas. Vale lembrar que por vários anos a Argentina havia se preparado para uma guerra contra o Brasil devido aos litígios envolvendo a construção das hidrelétricas de Itaipu e Corpus. A ênfase da preparação militar e da aquisição de equipamento era, portanto, colocada sobre a necessidade de se travar e vencer a batalha aeroterrestre. Assim, quando a Argentina envolveu-se em uma conflagração no Atlântico Sul seus sistemas de armas e sua preparação militar revelaram-se inadequados. O país não dispunha de aviação antinavio de longo alcance e nem de submarinos. Os aviões argentinos conseguiram atacar os navios de guerra britânicos, mas nunca os comboios de suprimentos e tropas.

Um aspecto central e que não será contemplado sistematicamente neste texto para não estendê-lo ainda mais é justamente o da logística. No sentido clausewitziano mais amplo, a logística envolve todos os aspectos que são pré-condições para o combate (PROENÇA JR. & DUARTE, 2005:652). Mesmo a consideração de apenas uma das dimensões em que se pode dividir a logística, a da manutenção das forças combatentes, escapa aos limites do

<sup>38</sup> C<sup>4</sup>ISR refere-se aos sistemas de Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

exercício aqui proposto (PROENÇA JR. & DUARTE, 2005:664-668). Entretanto, é importante reter a noção de que em uma situação de guerra as linhas de suprimentos, sobretudo as externas, podem ser interrompidas, seja por ação diplomática (embargo da ONU, por exemplo), seja pela ação do inimigo. Além disso, em função do que Clausewitz designa como fricção ou atrito, todo o material bélico tem um grande coeficiente de desgaste. Por isso no balanço militar, além do desempenho dos sistemas de armas, importaria avaliar também a capacidade de repô-los. O material exige reparos, peças de reposição, suprimentos e manutenção contínua. A capacidade de defesa depende, portanto, da logística. Na medida do possível os requisitos logísticos serão considerados, ainda que não sistematicamente, na avaliação comparativa das capacidades bélicas dos três países e nas conclusões decorrentes sobre as possibilidades de cooperação.

Outro aspecto que não será avaliado sistematicamente é o dos orçamentos de defesa dos três países. De modo geral, entretanto, é importante observar que o volume e o perfil dos gastos militares dos três países refletem as pressões sistêmicas de segurança, a situação geral das contas públicas do país e a capacidade de pressão dos interesses corporativos das forças armadas, mais do que simplesmente o tamanho do PIB. Além disso, é importante notar que no caso da Índia uma parte significativa dos gastos militares está fora do orçamento de defesa, sobretudo os gastos com pesquisa e desenvolvimento na área nuclear.

Em 2004, o Brasil apresentava um gasto de defesa de 9,7 bilhões de dólares, algo como 35 mil dólares por membro das forças armadas. No mesmo ano, o orçamento de defesa indiano era de 13,3 bilhões de dólares (10,4 mil dólares por membro das forças armadas), enquanto o orçamento sul-africano era de 1,5 bilhão de dólares (28,1 mil dólares por membro das forças armadas). Note-se, no entanto, que o Brasil apresenta o maior nível de comprometimento do orçamento de defesa com o pagamento de soldos, pensões e dívidas (mais de 80% do total), enquanto a Índia e, em menor escala, a África do Sul conseguiam investir uma parcela muito maior do orçamento em treinamento, novas aquisições e manutenção de custos operacionais das forças<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> Cf. Jane's (2004a; 2004b e 2004c). Para uma discussão recente e séria sobre orçamento das forças armadas brasileiras em comparação com os gastos da Índia, África do Sul e Israel, cf. Diniz (2009). Embora aquele autor também procure comparar a razão entre efetivos das Forças Armadas da ativa e os principais equipamentos combatentes, seu foco é a crítica aos elevados gastos com pessoal no caso brasileiro e a limitação que isso produz em relação às possibilidades de elevação do orçamento de defesa. Entretanto, ao não considerar a realidade da guerra contemporânea e como ela afeta as grandes potências e as potências regionais, Diniz chega à impressionante e equivocada conclusão de que "a reconfiguração da capacidade combatente das FFA brasileiras, parece depender fundamental-

#### 4.1 Efetivos e Reservas

O inventário dos efetivos fornece uma primeira aproximação acerca das capacidades de defesa dos países do IBAS. Quatro aspectos devem ser destacados: 1) Apenas a Índia dispõe de forças estratégicas; 2) A África do Sul não dispõe de forças constabulares ou paramilitares. Além disso, como aquele país decidiu eliminar a conscrição e o serviço compulsório na chamada *Citizen Force*, o novo perfil totalmente profissional da SANDF esbarra na ausência de reservas adequadas, forças constabulares e aumento correspondente no tamanho do efetivo policial; 3) Há, portanto, uma clara disparidade de concepções na administração de reservas nos países membros do IBAS, sendo que as reservas brasileiras são relativamente mais elevadas do que as indianas ou sul-africanas; 4) Existem diferenças relevantes no que diz respeito à distribuição dos efetivos por ramo das forças armadas entre os três países, de novo revelando um equilíbrio maior no caso brasileiro<sup>40</sup>.

**Tabela 3 – Efetivos Militares nos Países do IBAS**

	Índia	Brasil	África do Sul
Ativa	1.316.000	287.870	56.334 <sup>1</sup>
Exército	1.100.000 <sup>2</sup>	189.000	41.350
Marinha	55.000 <sup>3</sup>	32.850 <sup>4</sup>	5.801
Força Aérea	161.000	66.020	9.183
Forças estratégicas <sup>5</sup>	6.600 <sup>6</sup>	0	0
Paramilitares	1.300.586 <sup>7</sup>	385.600 <sup>8</sup>	0
Reservistas	1.155.000	1.340.000 <sup>9</sup>	40.237 <sup>10</sup>
Proporção reservas/ativos <sup>11</sup>	0,87	4,65	0,71

**Observações:**

1) Não foram incluídos 12.382 servidores civis. 2) A primeira linha de reservistas, que pode ser convocada prontamente, possui 300.000 homens. 3) O total inclui 7.000 efetivos da aviação naval

*mente de uma reavaliação da quantidade de efetivos. Só tal economia poderá prover os recursos necessários para o volume de investimentos necessários para o reaparelhamento das FFAA. Menos efetivos produzirão uma economia imediata e outra no futuro, com menos gastos com inativos".* (DINIZ, 2009, p. 164)

<sup>40</sup> Vale lembrar que na África do Sul o nome atual da *Citizen Force* é *Defence Reserve Force*, sendo que este componente *part-time* da SANDF se divide administrativamente em *Army Conventional Reserve* (reserva convencional do exército), *Army Territorial Reserve* (ATR, que inclui os chamados *commandos* ou batalhões territoriais), a *Air Force Reserve*, a *Naval Reserve* e a reserva do serviço de saúde das forças armadas (*SAMHS Reserve*). O sistema de *commandos* ou batalhões territoriais constituía no começo da década uma força com mais de 51 mil efetivos empregados no policiamento ostensivo em áreas rurais. A decisão de eliminar todos os batalhões territoriais até 2009 colocou uma forte pressão sobre a polícia (SAPS). Ainda mais que a SANDF decidiu reduzir de 19 para 07 o número de companhias regulares do exército empregadas em missões de controle de fronteiras e prevenção do crime. Cf. capítulo 17 em: [http://www.gcis.gov.za/resource\\_centre/sa\\_info/yearbook/2007/chapter17.pdf](http://www.gcis.gov.za/resource_centre/sa_info/yearbook/2007/chapter17.pdf).

e 1.200 fuzileiros navais. 4) O total inclui 1.300 efetivos da aviação naval e 14.600 fuzileiros navais. 5) Efetivos diretamente alocados na Nuclear Command Authority (NCA) e no Strategic Forces Command (SFC). 6) Estimativa de pessoal de três regimentos segundo o IISS. 7) Os paramilitares indianos possuem a reserva de 987.827 homens. 8) Os paramilitares brasileiros são as polícias militares estaduais. 9) Computados apenas os conscritos, sem incluir os efetivos das polícias militares que são outro tipo de reserva das forças armadas. 10) Até 2009, 128 batalhões da *Territorial Home Defence* serão desmobilizados. 11) Proporção de reservistas em relação ao pessoal da ativa.

Fonte: IISS (2007:314-319; 62-65; 291-293).

A comparação entre as reservas dos membros do IBAS sugere a preparação militar da Índia e da África do Sul para uma guerra de alto nível tecnológico, mas de curta duração. No caso da Índia, quando se compara suas reservas com as da Rússia e da China, que também possuem capacidade termonuclear e podem funcionar aqui como casos-controle, é possível observar que na prática a Índia parece subestimar a extensão do atrito, reforçando a noção de que as forças armadas indianas preferem uma doutrina de emprego fortemente ofensiva.

	Índia	Rússia	China
Total de Pessoal na Ativa	1.316.000	1.027.000	2.255.000
1ª Linha de Reservistas	360.000	2.000.000	10.800.000
2ª Linha de Reservistas	1.155.000	4.700.000	7.700.000
Paramilitares	1.300.586	418.000	1.500.000
Total de Reservas	2.815.586	7.118.000	20.000.000
P1 = proporção de reservistas de 1ª linha em relação ao pessoal ativo	0,27	1,95	4,79
P2 = proporção de reservistas de 2ª linha em relação ao pessoal ativo	0,88	4,58	3,41
P3 = proporção de paramilitares em relação ao pessoal ativo	0,99	0,41	0,67
P4 = proporção do total de reservas (inclui paramilitares) em relação ao pessoal ativo	2,14	6,93	8,87

**Observação sobre paramilitares:**

Paramilitares são tropas em serviço ativo, que cumprem funções policiais ou constabulares, de guarda de fronteira e/ou como tropas territoriais. Na Rússia, Índia e China tais forças dispõem de armas e blindados leves e até de artilharia orgânica. Por isso seu efetivo teve de ser computado no cálculo da reserva total do país.

**Fontes:**

Os dados sobre pessoal ativo, as reservas de primeira e segunda linha da Índia são do IISS (2007). No caso da Índia limitou-se a estabelecer as proporções referidas nas linhas P1, P2 e P3. No caso da China, apenas o dado sobre pessoal ativo é do IISS. Para as reservas de 1ª linha, somamos a reserva estimada pelo IISS (800.000) com os números da milícia primária. O IISS omite-se olímpicamente acerca da milícia chinesa, que se divide em milícia primária e básica. O efetivo da milícia primária, de dez milhões, consta no Livro Branco da Defesa da República Popular da China de 2004. Daí, o resultado obtido para o cálculo das reservas de 1ª linha: a soma da milícia primária com os reservistas do EPL de 1ª categoria. A milícia básica é desprezada para efeitos de formação de unidades combatentes, por não ser treinada para isto e nem haver armas suficientes para equipá-la. Por isso, a segunda linha de reservas do EPL é estimada através do número de conscritos desde 1990. A fixação desse ano-base se deve à idade máxima de reservistas que, na China, é de 35 anos. Considerando a variação do efetivo do EPL no período 1990

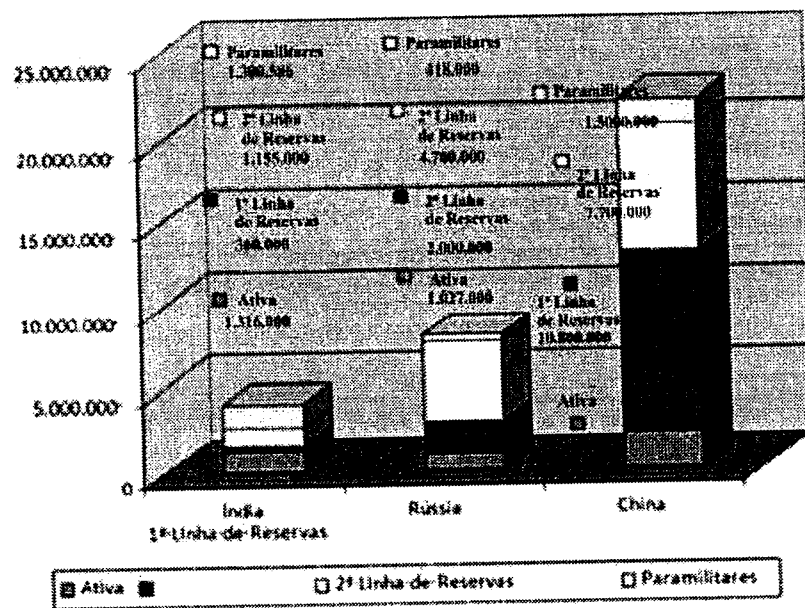


até 2007 e tomando como constante a atual proporção entre reservistas e ativos, se chega então ao número de 7,7 milhões de reservistas de 2ª linha.

Os números sobre pessoal ativo da Rússia e reservas de primeira linha são fornecidos pelo IISS. Todavia, não foi possível aceitar as estimativas daquele instituto sobre as reservas de segunda linha, estabelecidas pelo IISS em vinte milhões. A estimativa é impossível por motivos práticos, tais como a duração do serviço militar na Rússia, o número de conscrições compreendidos no período e a plausibilidade de equipamento nesta quantidade. Por isso o número de reservistas de segunda linha da Rússia foi obtido por processo de cálculo análogo ao empregado para a China e descrito acima. Todavia, considerando-se a idade máxima de 50 anos conforme a legislação russa.

Pelo tamanho e qualidade das reservas pode-se dizer que a Rússia e a China levam em conta a possibilidade de ocorrência de uma guerra convencional com uso intensivo de alta tecnologia. Além disso, os dois países claramente levam em conta também o gigantesco coeficiente de desgaste acarretado pela guerra nuclear. Observe-se que, para uma população na qual existem 7,83 indianos para cada russo, a reserva total russa é 2,5 vezes maior que a indiana. No caso da China, que tem uma população pouco maior que a da Índia, suas reservas excedem em sete vezes as reservas indianas.

**Gráfico 1 – Comparação de Efetivos de Reservistas em Três Estados Nucleares:**



Apesar de possuir forças estratégicas, a Índia não se comporta como um Estado nuclear. Suas reservas são mais compatíveis com o esforço exigido pela guerra local do que a preparação para a guerra com uma grande potência. Considerando que a Índia parece de fato ter armamentos termonucleares e, recentemente, testou um míssil capaz de atingir Pequim, mesmo que sua preparação militar efetiva seja para uma guerra com o Paquistão, o exercício proposto indica uma forte incongruência entre a política declaratória, a doutrina de emprego e a capacidade militar efetiva da Índia.

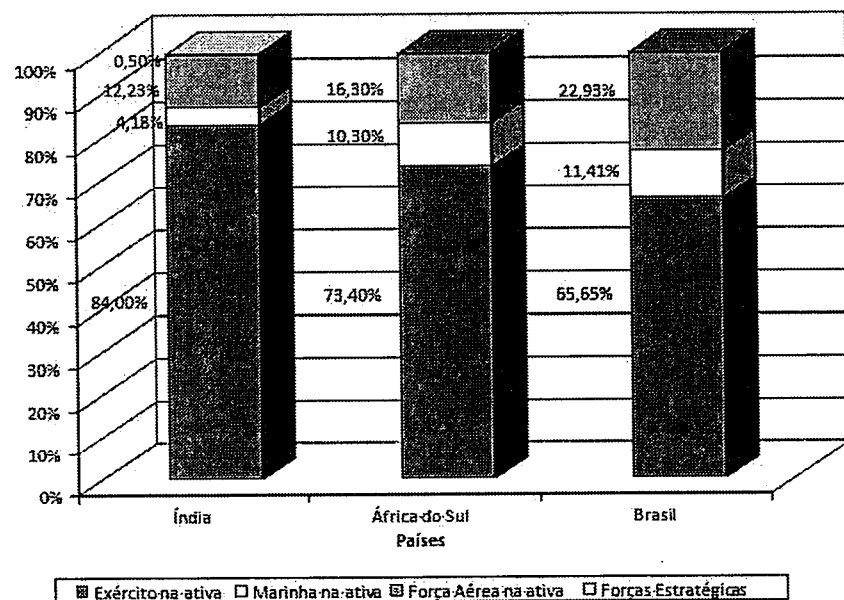
Uma proporção alta de reservistas em relação ao pessoal da ativa indica não apenas uma doutrina de emprego menos ofensiva, mas também constitui medida defensiva crucial em função do crescente aumento na letalidade, velocidade, alcance e precisão dos sistemas de armas ao longo dos últimos cem anos. Neste sentido, dentre os países do IBAS a posição brasileira é a mais adequada.

#### 4.2 Distribuição do Pessoal Ativo por Ramo das Forças Armadas

Outro aspecto que chama a atenção quanto ao efetivo militar nos países do grupo IBAS diz respeito à sua distribuição pelos três ramos das forças armadas. Note-se que, mesmo possuindo uma proporção de área marítima sobre a continental significativamente maior do que a do Brasil e da Índia, a África do Sul tem uma proporção menor de efetivos na sua marinhas. No caso da Índia, vale ainda considerar as ambições do país em todo o Índico. Como estes dois países (Índia e África do Sul) optaram por reduzir reservas em benefício do investimento em tecnologias e sistemas, seria de esperar que o tamanho das respectivas marinhas fosse relativamente maior. O aumento do equipamento na marinha da China e da Rússia, por exemplo, não está sendo acompanhado da redução de pessoal. Sobretudo devido às demandas de pessoal especializado em comunicação e controle da guerra informacional, o efetivo e a composição orgânica aumentam na mesma proporção nestes dois países<sup>41</sup>.

<sup>41</sup> A proporção entre a área marítima reivindicada (km<sup>2</sup>) e a área continental (km<sup>2</sup>) é de 0,4 no caso da Índia. A relação no caso da África do Sul é de 1,48 e no caso do Brasil é de 0,51. Cf. DINIZ (2006:10)

**Gráfico 2 – Pessoal Ativo IBAS: Percentual por ramo das forças armadas**



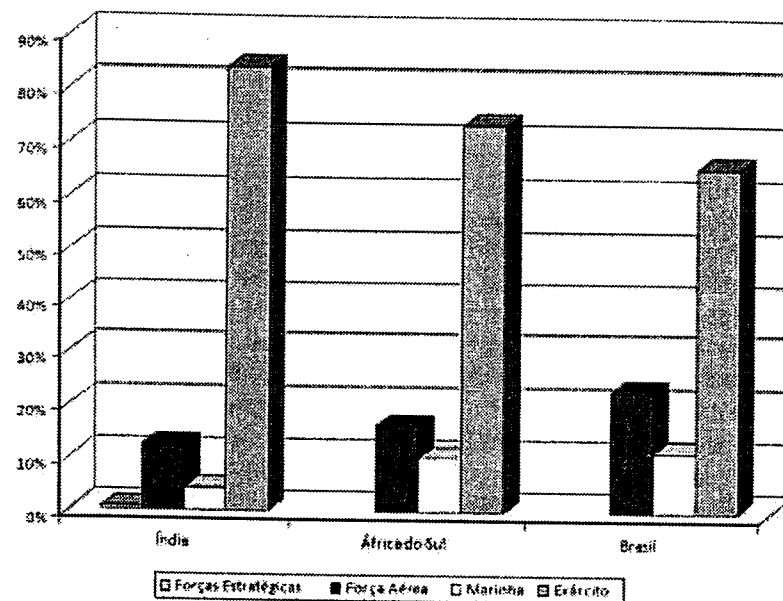
Os gráficos 2 e 3 permitem visualizações diferentes do mesmo fenômeno, incorporando apenas o pessoal do serviço ativo no exército, marinha, aeronáutica e forças estratégicas e excluindo, portanto, os paramilitares e o pessoal das agências de inteligência. Ainda assim, não deixa de chamar a atenção o fato de o único Estado nuclear do IBAS ser o que possui a maior concentração de pessoal (84%) na força terrestre.

A África do Sul possui uma distribuição de efetivo compatível com suas demandas regionais. Desmantelado o regime do *apartheid*, não há perspectiva de ameaça vinda de outro Estado na região. A excelência do pessoal militar e a capacidade instalada em sistemas mantêm o país dentro de uma equação regional ótima de suficiência racional de meios militares. O problema é que as políticas de defesa devem levar em conta a realidade imediata tanto quanto a antecipação de tendências e a preparação para o futuro. A construção de capacidade instalada demanda várias décadas e os sul-africanos apenas agora começam a considerar em seu projeto de força a perspectiva de que as guerras civis e conflitos por recursos naturais escassos venham a engajar de novo as grandes potências na África. Mesmo o forte comprometimento da África do Sul com Operações de Paz ao longo dos últimos anos representou um grande problema logístico e operacional para a SANDF, o que coloca em questão os limi-

tes e riscos da política de desmobilização dos batalhões territoriais, bem como o tamanho das reservas sul-africanas.

Como foi mencionado, o Brasil encontra-se em uma posição mais adequada, pois possui quase cinco reservistas para cada efetivo na ativa e mais de um terço do pessoal ativo serve na marinha e na aeronáutica. O problema do Brasil, em relação aos seus efetivos, não é tanto a sua distribuição, mas, sim, a sua qualidade e nível de prontidão estratégica. Em relação a estes dois atributos as forças armadas brasileiras possuem menos treinamento do que as suas contrapartes do IBAS, e seus sistemas e estruturas passam por processo de rápida obsolescência, com resultados deletérios para a qualidade combatente das tropas<sup>42</sup>.

**Gráfico 3 – Pessoal Ativo IBAS: Distribuição nos Ramos das Forças Armadas**



<sup>42</sup> No caso brasileiro, a obsolescência de navios e de aviões em larga escala exige investimentos de capital e cooperação internacional para além do IBAS, complementando a cooperação Sul-Sul com a cooperação Sul-Norte e Sul-Leste. Além da distribuição de pessoal mais equilibrada, outra vantagem brasileira no IBAS é, apesar da aparente contradição, justamente ter que reconstruir quase todos seus sistemas militares quase que a partir do zero devido ao nível de obsolescência. Com a digitalização e o uso massivo da realidade virtual pela engenharia, o custo dos equipamentos caiu e a possibilidade de nacionalização aumentou em comparação com o século XX. Cf. COHEN (2002:247-251).

Na era digital a força terrestre ativa tende a ser menor do que o padrão encontrado no século XX, até mesmo em função dos novos sistemas de aquisição de alvos e guiagem das armas. Todavia, a operação de sistemas cada vez mais complexos em terra, mar e ar continua exigindo adestramento prolongado, domínio de operações com armas combinadas e profissionalização de grande parte dos efetivos militares. A necessidade de combinar estes dois requisitos (grandes contingentes de reservistas e forças bem treinadas e profissionais) exige soluções organizacionais criativas e modificação no armamento padrão da infantaria. No caso da China, por exemplo, a máxima da Comissão Militar do Partido Comunista Chinês de se ter a “*menor quantidade possível de pessoal em tempos de paz, mas uma grande capacidade de mobilização para os tempos de guerra*” traduziu-se em grandes investimentos em uma vasta gama de sistemas portáteis de alta tecnologia e baixo custo que permitem o máximo de acurácia com o mínimo de treinamento. Aqui se destaca o papel cumprido pelos voluntários da Milícia Primária que, à semelhança da Guarda Nacional dos Estados Unidos, não recebem soldo, não trazem despesas de aquartelamento e alimentação e, treinando apenas duas vezes ao ano, conseguem se manter como uma reserva importante<sup>43</sup>.

No caso do Brasil, a eventual criação de uma milícia ou guarda nacional de cidadãos teria que ser discutida também se tendo em vista a crise na área de segurança pública e a precária definição sobre o perfil e as missões da Força Nacional. De todo modo, esta parece ser uma das poucas maneiras de aumentar o efetivo ao mesmo tempo em que se reequipam as forças armadas. Para isso, seria necessário que os países do IBAS fossem capazes, à semelhança da China, Rússia e Estados Unidos, de produzirem seus próprios sistemas digitais portáteis de armas. Como o Brasil, África do Sul e Índia não produzem tais sistemas e todos os três países precisam expandir seus efetivos e modernizar seus equipamentos e sistemas de armas, a produção de sistemas digitais portáteis poderia ser uma das áreas de cooperação no IBAS.

### 4.3 Componente Terrestre das Forças Armadas dos Países do IBAS

Os números da força terrestre da Índia impressionam qualquer observador, tanto em termos absolutos quanto relativos ao seu principal

<sup>43</sup> Uma diferença importante entre a Milícia do Povo na China e a Guarda Nacional nos Estados Unidos é que no caso chinês a milícia não possui estrutura própria de comando e controle (C<sup>2</sup>), dependendo para tanto das estruturas de C<sup>2</sup> da Força Policial Armada do Povo (PAPF) e do Exército de Libertação Popular (PLA). Cf. <http://www.ngb.army.mil> e <http://english.gov.cn>.

adversário regional, o Paquistão. O exército indiano possui um total de 6.775 blindados contra 2.300 do Paquistão (uma proporção de três para um). Em termos qualitativos, a vantagem é ainda maior. O Paquistão conta com 640 tanques principais de batalha (MBTs) de primeira linha contra 3.992 da Índia. A Índia possui 10.360 peças de artilharia contra 2.890 do Paquistão (3,6 para 1). Também na artilharia sobressai a capacidade indiana, que conta com 500 peças autopropulsadas contra 240 do Paquistão. O Paquistão possui 45 lançadores múltiplos de foguete para 200 da Índia. A Índia possui 3.500 sistemas de mísseis antiaéreos para 1.400 do Paquistão (uma proporção de 2,5 para 1). Mesmo em termos de baixa tecnologia a desvantagem paquistanesa é pronunciada, pois a Índia possui um total 6.700 morteiros para 1.200 do Paquistão<sup>44</sup>.

Certamente o Paquistão tenta compensar assimetricamente esta desvantagem, fazendo uso de sistemas de mísseis portáteis digitalizados para tentar conter uma ofensiva dos blindados indianos, tal como o Hezbollah parece ter feito com Israel em 2006. De modo geral, porém, o balanço militar entre os dois países corrobora a avaliação feita na seção I do trabalho, sobre a assimetria de poder entre as duas potências regionais do Sul da Ásia.

A preparação militar indiana, aliada à fragilidade paquistanesa, é consistente com a política declaratória da Índia que considera, seriamente, a possibilidade de derrotar seu principal adversário através de uma guerra relâmpago preemptiva. Toda a preparação militar indiana está voltada para o Paquistão, não contra a China. A ideia de que as capacidades militares indianas possam ser voltadas contra a China esbarra em uma enorme dificuldade logística, expressa na ausência de aeronaves de transporte, vasos de guerra de suporte e utilitários de todos os gêneros no inventário indiano.

A Índia sobrepuja o Paquistão, e sua força terrestre é enorme em termos absolutos. Entretanto, quando o número de sistemas é dividido

<sup>44</sup> Quase todos os sistemas de mísseis terra-ar (SAM) do Paquistão são móveis. O único sistema fixo é o HQ-2 (CSA-1), equivalente chinês do SA-2 russo, do qual o Paquistão é usuário. Com exceção do Crotale francês, os demais sistemas paquistaneses são portáteis (RBS-70, HN-5, Anza e Stinger, por exemplo). As 1.400 unidades de MANPADS (*man-portable air-defense systems*) que constam no inventário paquistanês asseguram alguma perspectiva de defesa assimétrica, que poderia surpreender o estado-maior indiano e forçar uma escalada rumo ao uso de armas nucleares. Cf. <http://www.globalsecurity.org/military/world/pakistan/army-equipment.htm>.

pelo tamanho dos efetivos, a situação indiana se revela relativamente pior do que a do Brasil e muito pior do que a da África do Sul. Considerando blindados, artilharia, helicópteros e defesa antiaérea (DAA), a Índia só supera seus parceiros do IBAS neste último item, ainda assim no caso da comparação com a África do Sul, somente devido à grande quantidade de canhões antiaéreos que o exército indiano possui (2.339 peças).

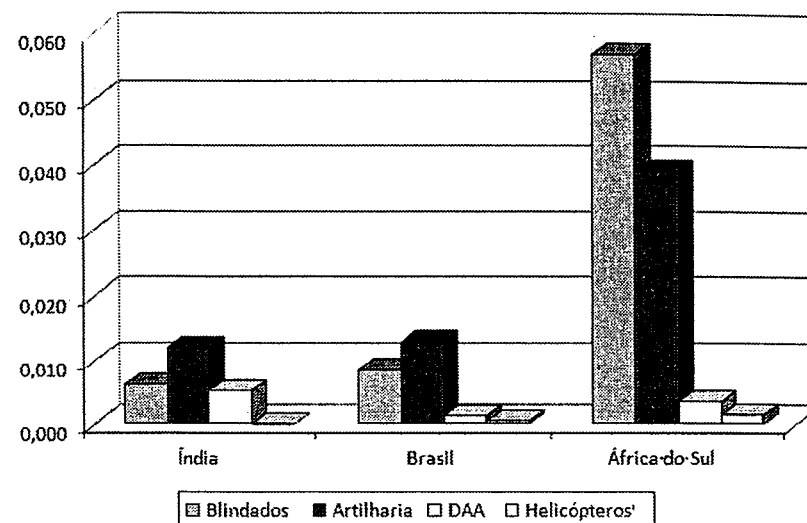
Exércitos: equipamento	Índia	Brasil <sup>1</sup>	África do Sul
Tanques <sup>2</sup>	3.992	331	343
Reconhecimento	200	409	0
VBA (Viaturas Blindadas de Assalto)	1.800	0	1.200
VBTT (Viatura Blindada de Transporte de Tropas)	817	802	810
Veículo Blindado de Reparo <sup>3</sup>	166	0	0
Artilharia <sup>4</sup>	9.150	1.700	1.226
Antitanque	3.000	860	152
Helicópteros	62	79	61
Mísseis antiaéreos	3.530	112	0
DCA (Dispositivo de canhoneio antiaéreo)	2.339	152	76

Fonte: IISS (2007). Índia (314-319); Brasil (62-65) e África do Sul (291-293).

Observações: 1) Inclui o arsenal dos fuzileiros navais 2) Refere-se aos tanques principais de batalha (MBTs). 3) São veículos blindados de combate que consertam blindados. 4) Computadas todas as peças de artilharia: morteiros, canhões, obuseiros, autopropulsados e lançadores de foguetes.

Como se pode ver no gráfico 4, a África do Sul possui a melhor razão equipamento/pessoal dentre os países do IBAS. Devido ao embargo internacional de armas durante o regime do apartheid, a África do Sul acabou desenvolvendo uma indústria própria de blindados e artilharia que hoje posicionam bem o país em termos mundiais, sobretudo devido à excelência de seu carro Rooikat, seu obuseiro G6-52L de 75 km de alcance e seu fuzil calibre 50 NTW-20. Os constrangimentos orçamentários e ajustes do projeto de forças às novas exigências regionais e sistêmicas ainda colocam muitas incertezas, mas até aqui a força terrestre sul-africana manteve um bom equilíbrio quantitativo e qualitativo entre seus efetivos e sistemas.

**Gráfico 4 – Composição Orgânica das Forças Terrestres no IBAS**



A força terrestre do Brasil é bem posicionada em termos da sua composição orgânica, mas a quase totalidade de seus sistemas está no limite da vida útil ou já é claramente obsoleta. Seu único MBT com alguma capacidade efetiva é o Leopard M1, do qual o Brasil possui 87 unidades. Como ficou evidente na Operação de Paz no Haiti, as viaturas blindadas para transporte de tropas (VBTTs) não estão em condições adequadas de emprego, necessitando de atualizações e/ou substituição. Os obuseiros de 105 e 155 mm utilizados pelo Brasil também precisam ser substituídos, pois já excederam sua vida útil. Quanto ao sistema de lançadores múltiplos de foguetes Astros II, com padrão para exportação, o Brasil só dispõe de 16 em seu inventário. O mesmo se dá com as demais peças que podem ser consideradas modernas, tais como o míssil antitanque Milan (apenas 12) ou o Eryx (apenas 18 no inventário).

Apesar das últimas aquisições, talvez em nenhum momento de sua história a força terrestre brasileira tenha ficado em condições de tamanha fragilidade. Como se trata da substituição e reposição de componentes devido ao vencimento da vida útil e completa obsolescência, o Congresso Nacional e a área econômica do governo federal têm demonstrado maior sensibilidade às demandas orçamentárias do Exército Brasileiro. Para a atualização da força terrestre brasileira seria decisiva a cooperação bilateral com a África do Sul.

#### 4.4 Componente Naval das Forças Armadas dos Países do IBAS

Em números absolutos, a marinha indiana é muito maior do que a dos outros dois países do IBAS, sendo também a mais poderosa no Sul da Ásia. Naquela região, o Paquistão, por exemplo, possui apenas seis submarinos e onze vasos de superfície lança-mísseis com capacidade de causar danos mais sérios aos interesses indianos. De resto, o Paquistão possui apenas um destróier, oito fragatas, três navios lança-minas e doze navios auxiliares. Em termos de aviação naval, o Paquistão conta somente com dois aviões PC-3 Orion para guerra antissubmarina (ASW). Com estes meios o Paquistão não conseguiria romper um bloqueio naval indiano. A marinha indiana conta com 16 submarinos, 01 porta-aviões, 08 destróieres, 24 fragatas, 25 corvetas, 14 navios caça-minas e 09 aeronaves de patrulha marítima. Entretanto, como se pode observar na tabela 6 a fragilidade indiana fica evidente na esfera logística. A quantidade de vasos de suporte é muito baixa em relação aos vasos de guerra e submarinos.

**Tabela 6 – Equipamento Selecionado das Forças Navais no IBAS**

Marinha: equipamento	Índia	Brasil	África do Sul
Submarinos <sup>1</sup>	16	5	2
Porta-aviões	1	1	0
Destróieres	8	0	0
Fragatas	24	10	2
Corvetas	25	4	2
Patrulha <sup>2</sup>	19	32	19
Minas <sup>3</sup>	14	6	3
Anfíbios <sup>4</sup>	16	48	16
Suporte <sup>5</sup>	27	31	6
Médico	0	0	2
Aeronaves <sup>6</sup>	182	135	27

Fonte: IISS (2007). Índia (314-319); Brasil (62-65) e África do Sul (291-293).

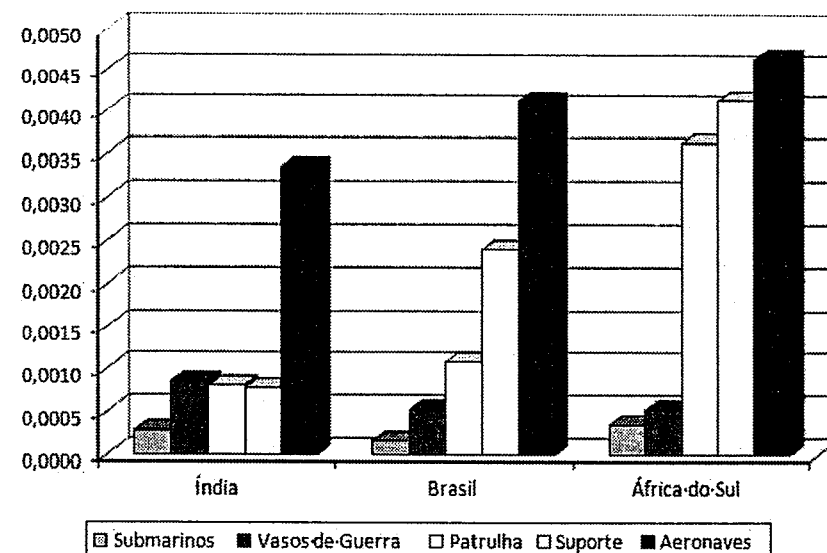
Observações: 1) Os submarinos são convencionais (SSK). 2) Inclui os vasos de patrulha costeira. 3) Refere-se aos navios que colocam ou eliminam minas marítimas. 4) Compreende os vasos que estão ligados aos corpos de fuzileiros navais. 5) São os navios de suporte logístico. 6) Inclui as aeronaves de todos os tipos, de asa rotativa ou fixa.

A despeito de seu projeto de constituir-se em uma marinha de águas azuis, ainda hoje o poder naval indiano limita-se ao seu emprego contra o Paquistão. A despeito de contar com um número de aeronaves modernas de longo alcance, no estado da arte da guerra digital, seu número é proporcionalmente mais baixo do que o dos outros dois países do

IBAS. A marinha indiana, à semelhança da força terrestre, baseia-se em uma doutrina ofensiva e tem de vencer de um golpe só. Afinal, as dificuldades de abastecimento e de reposição de peças e munições fragilizam a capacidade indiana de sustentar uma guerra prolongada, mesmo de baixo perfil, como seria o caso de um bloqueio naval. A quase totalidade de seus navios é importada e seus contratos de nacionalização dos componentes envolvem mais a montagem do que a transferência de tecnologia.

A África do Sul, pelo contrário, possui uma marinha muito pequena, mas tecnologicamente bastante avançada. Seus componentes mais destacados são o submarino convencional Scorpène (209 Type 1400), que poderão ser fabricados sob licença no país, bem como a corveta Merka 200, com características *stealth*. O conceito sul-africano de modernização naval é baseado em alta tecnologia, nacionalização de componentes e produção modular. Em termos navais, a produção modular significa ter um mesmo vaso de superfície cumprindo funções diferentes, com peças intercambiáveis e modelos distintos. Do ponto de vista da composição orgânica, a marinha sul-africana apresenta um bom equilíbrio entre navios de suporte, aeronaves, submarinos e vasos de guerra. O grande limitador da África do Sul é realmente a quantidade limitadíssima de meios navais.

**Gráfico 5 – Composição Orgânica das Forças Navais no IBAS**



A marinha do Brasil, por sua vez, enfrenta o mesmo problema de obsolescência dos equipamentos que o exército brasileiro enfrenta, agravada por dificuldades de manutenção que têm posto fora de serviço navios ainda no prazo de sua via útil. Um complicador adicional é o próprio perfil dos gastos navais brasileiros. O país possui um porta-aviões que é inútil tanto para travar uma guerra local, quanto para defender-se de uma grande potência. Ao mesmo tempo a expectativa de finalmente desenvolver o submarino nuclear tem impedido o país de desenvolver ou atualizar a frota de submarinos diesel-elétricos. A marinha brasileira hoje parece ser incapaz de travar uma batalha aeronaval mesmo contra forças da América do Sul. Além disso, ela carece de cobertura antiaérea para realizar patrulhas antissubmarino (ASW) como componente auxiliar de uma força de coalizão. Carece ainda de navios em quantidade suficiente para realizar patrulha costeira e, por fim, carece de meios aéreos baseados em terra para proteger a produção petrolífera da plataforma continental (PROENÇA JR. & BRIGAGÃO, 2002).

#### 4.5 Componente Aéreo das Forças Armadas dos Países do IBAS

A Índia possui 582 vetores de caça e ataque, contra 327 do Paquistão. Como a força aérea indiana está adquirindo mais 180 aviões Su-30, está superioridade de meios em relação ao Paquistão deve aumentar mais ainda nos próximos anos.

Da força aérea do Paquistão, constam de fato apenas os 87 caças F-16, avião de desempenho análogo ao do MiG-29, dos quais a Índia dispõe de 79 unidades. Entretanto, a maior fragilidade do Paquistão parece decorrer mesmo dos sistemas de comunicação, controle, guerra eletrônica e inteligência. Enquanto as capacidades terrestres ou navais do Paquistão podem causar dificuldades mais ou menos sérias para a Índia em caso de guerra, a assimetria de meios aéreos entre os dois países é tão grande que se pode falar de completa superioridade aérea indiana. Como se sabe, o poder aéreo por si só não define uma guerra. Mas, devido à sua capacidade de interdição, a força aérea dificulta/impossibilita as operações de abastecimento realizadas na terra e no mar quando estas ocorrem sem a devida cobertura.

O perfil da força aérea indiana indica uma doutrina de emprego ofensiva, o que é consistente com o que já foi observado em relação às forças terrestre e naval. Isto se deve a esta enorme superioridade de meios aéreos, mas também decorre da própria composição dessa força aérea. Afinal, cada avião interceptador Su-30 incorpora sistemas de comando e controle passivos e ativos, conseguindo orientar e guiar os sistemas de armas localizados em outras aeronaves. Além disso, a Índia também pos-

sui um sistema muito próximo ao do AWACS (*Airborne Warning and Control System*) original. Trata-se do sistema Phalcon israelense (AEW+C+S) montado sobre o avião russo IL-76. Ao contrário do sistema original que em Israel está montado em um Boeing 707 adaptado para melhorar o desempenho e a autonomia de voo, o sistema indiano está montado em um avião russo cuja principal virtude é pousar e decolar de pistas curtas. Isto tudo indica uma preparação indiana para operar meios aéreos em profundidade no território paquistanês a partir de bases aéreas localizadas na própria Índia. Conjugado com os sistemas de inteligência de sinais, alerta avançado, comando e controle disponíveis em sua aviação naval, a Índia trabalha com a expectativa de obter logo no início de eventuais hostilidades com o Paquistão uma inequívoca capacidade de varredura e controle da totalidade do espaço aéreo paquistanês.

Já que alguns de seus vetores são atacantes nucleares (Jaguar e Mirage 2000) com alta capacidade de penetração e autonomia de voo, a força aérea indiana pode causar preocupações para a própria China. A combinação de vetores de ataque nuclear, mais o sistema Phalcon e a capacidade de tomar bases militares no Himalaia, certamente coloca um problema sério para a força aérea chinesa. Sobretudo se for considerado o fato de que Índia e Paquistão já travaram muitas batalhas aéreas de curta duração e alta intensidade, voltadas para a obtenção de ganhos políticos junto ao respectivo público interno.

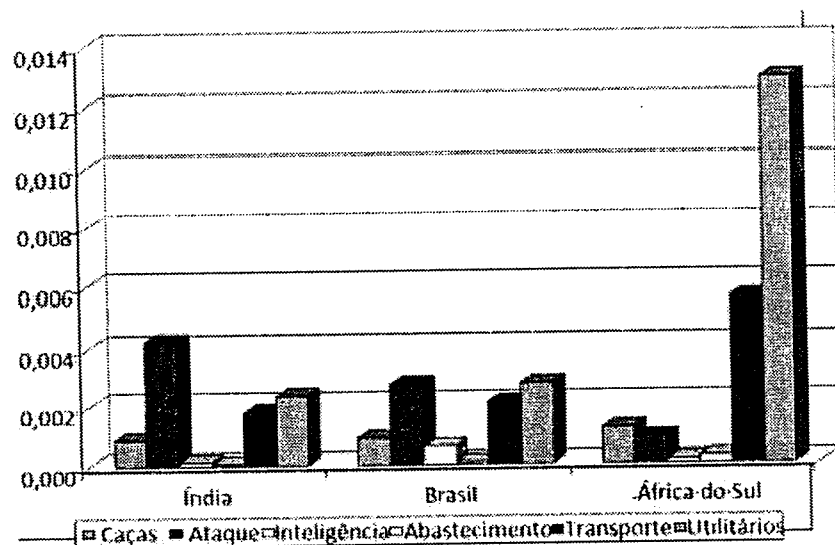
Tendo em vista a enorme superioridade de meios aéreos indianos em relação ao Paquistão, bem como o esforço indiano de acelerar e ampliar muito mais estas vantagens, é razoável supor que a Índia prepara-se, na eventualidade de uma nova guerra, para uma ofensiva terrestre e naval combinada contra o Paquistão, combinada com uma ofensiva aérea contra as bases chinesas situadas ao longo de toda a metade oeste da China.

**Tabela 7 – Equipamento Seleccionado das Forças Aéreas no IBAS**

Força Aérea: equipamento <sup>1</sup>	Índia	Brasil	África do Sul
Caças/Ataque	811	239	19
Reconhecimento	7	12	0
ELINT	9	22	0
AEW	3	5	1
SAR	0	5	0
Treinamento	378	116	55
Abastecimento	6	6	2
Transporte	288	138	51
Utilitários	0	58	12
Fonte: IJSS (2007). Índia (314-319); Brasil (62-65) e África do Sul (291-293).			
Observações: 1) Exclui as aeronaves de asa rotativa (helicópteros).			

Por sua vez, a força aérea da África do Sul possui o Cheetah, uma versão 'indígena' do Mirage III e do Kfir israelense. Como a aeronave chegou ao seu limite de vida útil, está sendo substituída por dois tipos de vetores, o Grippen sueco, uma aeronave de alta tecnologia, e o Hawk inglês, uma aeronave de ataque e menor tecnologia. O Grippen possui um desempenho análogo ao do F-16 e do MiG-29. Já o Hawk possui uma excelente capacidade de empuxo/carga útil, levando a metade de seu peso em armas, sendo também uma boa alternativa para treinamento. Tanto mais que boa parte da sua produção será nacionalizada. Por outro lado, na medida em que se ampliam os papéis da África do Sul em toda a África subsaariana, fica mais evidente também a lacuna representada pela ausência de quaisquer vetores e capacidades da SAAF nas áreas de patrulha marítima de longo alcance, inteligência de sinais e emissões eletrônicas (SIGINT e ELINT) e busca e resgate (SAR).

**Gráfico 6 – Composição Orgânica das Forças Aéreas no IBAS**



Finalmente, no caso do Brasil é importante destacar o desenvolvimento nacional do avião de ataque subsônico AMX, para o qual também são produzidos diversos componentes. O AMX carrega quase quatro toneladas de armas, o que dotou a FAB de uma efetiva capacidade de ataque. O AMX possui uma aviônica avançada, podendo ser equipado com o míssil Darter que será fabricado em conjunto com os sul-africanos. Esse avião é equipado com a principal bomba brasileira (BAFG-920,

equivalente à Mk-84 estadunidense, com 429 kg de tritonal). Com as possibilidades abertas pela digitalização e o uso de sistemas de direcionamento das munições (JDAM) o AMX torna-se uma alternativa de baixa tecnologia durável e com boa relação custo/benefício. O problema da FAB é a ausência de um vetor de alta tecnologia que cumpra funções de superioridade aérea e opere como plataforma de armas para combate além do alcance da visão (*Beyond Visual Range* ou BVR), como interceptador de alta velocidade e longa distância e como vetor antinavio<sup>45</sup>.

Em resumo, como foi possível observar nesta seção 4 do trabalho, quando comparadas segundo o critério da composição orgânica (razão entre sistemas e efetivos) e levando-se em conta alguns critérios qualitativos, as capacidades militares dos três países ficam mais equilibradas do que o mero registro da diferença entre os números absolutos do inventário indiano em contraste com o brasileiro e o sul-africano. Além disso, analisando tais inventários ficou evidente que a África do Sul conta com meios muito limitados para a manutenção da condição de único polo de poder na África subsaariana. As menções à produção industrial ou ao PIB relativo da África do Sul no continente tendem a gerar expectativas exageradas sobre a capacidade (para não entrar no debate sobre a desejabilidade) de a África do Sul exercer uma função de liderança exclusiva em toda a região. Mesmo na África Austral, a África do Sul encontra-se em situação similar à do Brasil na América do Sul, onde a liderança brasileira precisa (pois não ser compartilhada com os vizinhos por razões políticas, militares e econômicas. As escolhas iniciais da África do Sul pós-*apartheid* em termos de agenda de política de defesa e externa foram paulatinamente ajustadas, demonstrando o equívoco de forças armadas com poucas reservas e totalmente profissionais. As seduções da tecnologia de armamentos contemporâneo e uma expectativa linear sobre o funcionamento da guerra contemporânea a partir da experiência da guerra do Golfo (1991) também implicaram, como foi visto nas seções anteriores, uma ênfase doutrinária ofensiva, mais acentuada no caso da Índia, mas igualmente presente ao menos nas expectativas de que capacidades combatentes possam ser criadas sem a presença da massa, do fator humano na preparação para a eventualidade da guerra. Retornarei a este ponto nas considerações finais a seguir, com base nos resultados da pesquisa comparada sobre os meios ou capacidades de defesa.

<sup>45</sup> Uma alternativa para a Força Aérea Brasileira resolver essa lacuna seria justamente estabelecer uma parceria com a África do Sul, Índia e China para, juntamente com os russos, desenvolver o PAK-FA, o caça russo de quinta geração. Cf. <http://www.defesabr.com> e também <http://www.defesenet.com.br>.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se os três contextos regionais, as características institucionais e o perfil comparado das forças armadas dos três países do IBAS, é possível concluir que o aprofundamento da cooperação na área de segurança e defesa nacional será necessariamente cauteloso e bastante circunscrito, sobretudo porque a situação da Índia é muito distinta da situação da África do Sul e do Brasil.

O equipamento, a organização e a doutrina das forças armadas indianas apontam para a preparação para uma guerra ofensiva contra o Paquistão. Por sua vez, Islamabad conta com uma resposta assimétrica ao poderio indiano baseada em três pilares: 1) Guerra irregular e promoção do terrorismo; 2) A expectativa de solidariedade dos 130 milhões de muçulmanos da Índia (13% da população indiana em 2004); 3) Um número indeterminado de ogivas nucleares e vetores de entrega (sobretudo caças F-16 e mísseis balísticos de alcance intermediário Ghauri e Shaheen). Por razões diversas, os três pilares da dissuasão paquistanesa vêm sendo erodidos na mesma velocidade com que se aprofunda a crise do regime político e do próprio Estado paquistanês. A batalha de Kargil demonstrou que a nova realidade nuclear do Sul da Ásia é uma condição insuficiente para a estabilização da região. Por outro lado, desde 2005 mudanças internas no Paquistão e na Índia, além das garantias dadas pelos Estados Unidos e, sobretudo, pela China têm contribuído para um avanço paulatino nas medidas de confiança mútua entre as duas potências regionais cada vez mais assimétricas do Sul da Ásia (RAJAIN, 2005:353-418).

Apesar dessa melhoria relativa, a díade formada por Índia e Paquistão continua sendo uma das mais hostis e instáveis do Planeta. Ao contrário do que ocorreu em outros complexos regionais de segurança onde a percepção de impossibilidade de vitória conduziu à cooperação e integração regional (caso da França e da Alemanha, do Brasil e da Argentina, ou mesmo da África do Sul e os países da chamada Linha de Frente contra o *apartheid*), o crescente poderio indiano e a conduta paquistanesa demonstram que, no caso do Sul da Ásia, existe o risco real de ocorrência de uma guerra que teria consequências sistêmicas, produzindo externalidades negativas para o mundo todo.

Dado este risco, a cooperação possível na área de segurança e defesa no IBAS poderia envolver trocas sistemáticas e regulares de experiências e soluções institucionais encontradas na África subsaariana e na América do Sul para a redução de tensões e resolução de disputas interestatais militarizadas. Um sinal positivo nesta direção parece ser o recente envolvimento da *South Asian Association for Regional Cooperation*

(SAARC) na promoção de um pacto antiterrorista a ser assinado por todos os Estados-membros (Afeganistão, Bangladesh, Bhutão, Índia, Paquistão, Nepal, Sri Lanka e Maldivas). Um maior envolvimento das organizações regionais (Mercosur, SADC e SAARC) em matérias de segurança e defesa poderia facilitar a cooperação bilateral ao assumir para a organização parte dos custos de transação envolvidos na identificação de janelas de oportunidade e, ao mesmo tempo, talvez ajudasse a desarmar algumas crises sociais e institucionais graves com potencial de desestabilização regional, tais como a de Bangladesh ou do Zimbábue<sup>46</sup>.

Neste contexto se inserem aqui também as possibilidades de cooperação trilateral em missões de paz. Um passo incremental importante nesta direção seria a institucionalização de mecanismos para a troca regular de experiências em Operações de Paz, na linha já proposta por Diniz (2006).

Adicionalmente, a cooperação em segurança e defesa nacional no grupo IBAS deveria focar o desenvolvimento e a aquisição de sistemas necessários aos três países. Por cautela diplomática e necessidade logística e operacional, esta cooperação se daria em três níveis distintos, cada um deles implementado por meio de tratados bilaterais.

O primeiro nível de cooperação abarcaria as tecnologias e equipamentos que não seriam vendidos ou transferidos pelos Estados Unidos, mas que, uma vez desenvolvidos por um grande *pool* de países não criariam dificuldades para a relação com os Estados Unidos ou com os demais países nas respectivas regiões. Este seria o caso das parcerias entre os países do IBAS e a Espanha (aviões de transporte), França (submarinos Scorpene), Reino Unido (caça Hawk / corveta MEKO), ou Rússia e China (caça avançado PAK-FA). O caso do caça de quinta geração PAK-FA é uma possibilidade, pois seu custo de sete bilhões de dólares poderia ser rateado entre os três países do IBAS, além da China e da Rússia, com ganhos de tecnologia e sustentabilidade diplomática.

O segundo nível de cooperação também levaria em conta as preocupações de natureza diplomática, mas poderia ser desenvolvido apenas com os recursos e capacidades combinadas dos países do IBAS. Ainda assim, a cautela se impõe porque se trata de tecnologias de uso dual que são decisivas para a aquisição de capacidades civis e militares na era da informação. Este é o caso, por exemplo, da produção de turbinas que

<sup>46</sup> Para uma visão abrangente sobre os relacionamentos de segurança entre o MERCOSUL e a SADC, ver KHANYILE (2003). Para uma análise da evolução diplomática da Ásia e da África e as novas dinâmicas institucionais e políticas da Índia e da África do Sul, ver VIZENTINI (2007).



servem tanto para a Índia nacionalizar sua frota, quanto para a África do Sul assimilar e exportar o Gripen sem restrições ou, ainda, no caso do Brasil, para o desenvolvimento de *upgrades* para o AMX, para o desenvolvimento de mísseis cruzadores baseados em terra e no mar e, finalmente, para o desenvolvimento de um UAV supersônico. A capacidade de produzir turbinas também beneficiaria a indústria civil, a aviação regional e até a produção de grandes aviões de carga e de passageiros (hoje monopólio da Boeing e da Airbus), permitindo à Embraer posicionar-se melhor no mercado global. Outros exemplos seriam os componentes digitais cujos sistemas ativos e passivos servem tanto para rastrear aeronaves *stealth*, quanto, por exemplo, para a gerência do controle do tráfego aéreo civil.

O terceiro nível de cooperação na área de segurança e defesa no IBAS envolveria o que se pode chamar de medidas urgentes, tais como a substituição de blindados e obuseiros cuja vida útil se esgotou e cuja obsolescência limita fortemente a capacidade de defesa de um país. Aqui seriam incluídos projetos bilaterais com a África do Sul para a aquisição do Rooikat e do obuseiro G6-52L, visando-se a substituir, respectivamente, a frota de Cascavéis, Urutus, M-41 e as peças de calibre 105/155 mm constantes no inventário brasileiro. Note-se que a reposição de material bélico brasileiro por meio de encomendas à África do Sul serviria para fortalecer as relações entre os dois países e preparar a cooperação nos outros dois níveis. Aqui valeria destacar alguns projetos cuja pesquisa e desenvolvimento (P&D) poderiam ser levados a cabo pelo Brasil e África do Sul, tais como o do sucedâneo para o fuzil calibre 50 NTW-20 que deve ter sua produção nacionalizada pela IMBEL, ou o aperfeiçoamento de obuseiros para lançar projéteis 203 mm guiados à semelhança do Krasnopol russo ou Excalibur estadunidense. Neste caso, se poderia tomar por base o obuseiro sul-africano G6-52L.

Para além destas oportunidades e necessidades específicas de cooperação na área de defesa entre os países do Fórum IBAS, o mais importante aqui é destacar que se trata de um projeto de cooperação Sul-Sul aberto à cooperação Sul-Leste e Sul-Norte. Somente assim a aquisição de meios e capacidades de defesa não acirrará polarizações ou tenderá a alterar as respectivas balanças regionais, justificando ao fim e ao cabo a própria existência do IBAS.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALDEN, Chris. *Apartheid's Last Stand: The Rise and Fall of the South African Security State*. London: Macmillan, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro, Contraponto / Editora da UFRJ, 2001.

ASHRAF, Tariq. *Doctrinal Reawakening of the Indian Armed Forces*. *Military Review*, v. 84, n. 6, p. 53-62, 2004.

AVILA, Fabricio. *Armas Estratégicas: o fim da Destruição Mútua Assegurada e a distribuição de poder no sistema internacional*. Porto Alegre, UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Projeto de Dissertação de Mestrado, 2007.

\_\_\_\_\_. ; CEPIK, Marco; MARTINS, Jose Miguel Quedi. *Armas Estratégicas e Poder no Sistema Internacional*: O advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades. *Contexto Internacional*, v. 31, p. 49-83, 2009.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert. *Achieving Cooperation Under Anarchy: strategies and institutions*. *World Politics*, v. 38 (1), Oct 1985, 226-254, 1985.

BABU, D. Shyam. *India's National Security Council: Stuck in the Cradle*. *Security Dialogue*, v. 34(2): 215–230, 2004.

BANERJEE, Dipankar. *Dangers of Missile Proliferation in South Asia*. *South Asian Survey*, v. 11, n. 2, p. 219-230, 2004.

BRASIL. *A Constituição de 1988*. Brasília, Senado Federal/CEE-MCT/ESAF-MF, v. VII da Coleção As Constituições Brasileiras, 1999.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Domicio. *Concertação Múltipla: a inserção internacional de segurança do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of International Security*. CEPIK, Marco. *Regional Security and Integration in South America: UNASUR, OSCE, and SCO*. In: KANET, Roger (Org.). *The United States and Europe in a Changing World*. 1. ed. Dordrecht: Republic of Letters, 2009, v. 1, p. 229-251. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003.

CAMPBEIL-ROELOFOSE, Zelia. *South-South co-operation and the security and stability challenges facing the South Atlantic: a Brazilian View*. *Naval Forces*, v. 23, n. 4, p. 54-58, 2002.

CEPIK, Marco. *Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Conseqüências Políticas*. *Security and Defense Studies Review*, v. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. "Political Regime and Intelligence System in Brazil: Structural Change and Democratic Control". In: BRUNEAU, Thomas C. and BORAZ, Steven. [Eds]. *Reforming Intelligence: Obstacles to Democratic Control and Effectiveness*. Austin: University of Texas Press. p. 149-169, 2007.

\_\_\_\_\_. *Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, Brasil e África do Sul*. In: LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica (Org.). *Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. p. 63-118, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Regional Security and Integration in South America: UNASUR, OSCE, and SCO*. In: KANET, Roger (Org.). *The United States and Europe in a Changing World*. Dordrecht: Republic of Letters. p. 229-251, 2009b.

\_\_\_\_\_. [Org.]. *Segurança Internacional: práticas, conceitos, tendências*. São Paulo: Hucitec, 2010.

CHEEMA, Pervaiz Iqbal. *Missile Proliferation and Export Control in South Asia: MTCR and Beyond*. *South Asian Survey*, v.11, n. 2, p. 243-254, 2004.

CHEEMA, Zafar Iqbal. "Pakistan's Nuclear Use Doctrine and Control". In: LAVOY, Peter; SAGAN, Scott; WIRTZ, James [editors]. **Planning the Unthinkable**: how new powers will use nuclear, biological, and chemical weapons. Ithaca-NY, Cornell University Press. p. 158-181, 2000.

CHELLANEY, Brahma. India must engage a failing Nepal. **Far Eastern Economic Review**, v. 168, n. 3, p. 35-38, 2005.

CILLIERS, Jakkie. **The Security Agencies and the South African Constitution**. Pretoria, Institute for Security Studies. Occasional Paper No 3, 1998.

COHEN, Eliot. "Technology and Warfare". In: BAYLIS, John; WIRTZ, James; COHEN, Eliot; GRAY, Colin. [editors]. **Strategy in the Contemporary World: An introduction to Strategic Studies**. Oxford-UK, Oxford University Press. p. 235-253, 2002.

CORDESMAN, Anthony H.; KLEIBER, Martin. **The Asian Conventional Military Balance: Total and Sub-Regional Balances in Northeast Asia, Southeast Asia, and South Asia**. Washington-D.C., CSIS, p. 116, 2006.

CRAWFORD, Neta. **South Africa's New Foreign and Military Policy: Opportunities and Constraints**. Africa Today, 42, n. 1-2, p. 88-121, 1995.

DEGAN, Heather. **The Politics of the New South Africa: Apartheid and After**. Harlow-UK, Pearson Education Limited, 2001.

DINIZ, Eugenio. **Da teoria à análise política: guerra do Iraque ou do reordenamento unipolar? Cena Internacional**, Ano 7, n.2, p. 04-27, 2005.

\_\_\_\_\_. "South Africa, Brazil and India: Cooperating in Defense". In: VAZ, Alcides Costa (Org.). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. p. 279-310, 2006.

\_\_\_\_\_. "Defesa, orçamento e projeto de força". In: CEPIK, Marco [Org.]. **Segurança Internacional: práticas, conceitos, tendências**. São Paulo: HUCITEC. p. 148-166, 2010.

DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert. **Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey**. New York, Longman, 2000.

DUECK, Colin. "New Perspectives on American Grand Strategy: a Review Essay". **International Security**. v. 28, n. 4 (Spring 2004), p. 197-216, 2004.

EDMONDS, Martin; MILLS, Greg [editors]. **South Africa and Naval Power at the Millennium**. Braamfontein, SAIIA/CDISS, 2000.

EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K.; PUTNAM, Robert D. **Double-Edged Diplomacy: International Bargaining and Domestic Politics**. Berkeley: University of California Press, 1993.

FRUHLING, Hugo; TULCHIN, Joseph S.; GOLDING, Heather A. [editors]. **Crime and Violence in Latin America: Citizen Security, Democracy, and the State**. Washington-D.C., Woodrow Wilson Center Press, 2003.

FUCCILLE, Luís Augusto. **A criação do Ministério da Defesa no Brasil: entre o esforço modernizador e a reforma pendente**. Security and Defense Studies Review, fall 2003, p. 01-27, 2003.

\_\_\_\_\_; KUHLMANN, Paulo Loyola. **Ministério da Defesa e direção política. Buenos Aires, Red de seguridad y defensa de América Latina**. Disponível em: <<http://www.resdal.org>>. 2007.

GANGULY, Sumit. **Future uncertain: Indian security policy approaches the millennium**. Journal of International Affairs. v. 51, n. 1, p. 223-238, 1997.

\_\_\_\_\_. **India's Foreign Policy Grows Up**. **World Policy Journal**. v. 20, n. 4, p. 41-47, 2003.

\_\_\_\_\_; SOBELL, Andrew. **India and the United States: Forging a Security Partnership?** **World Policy Journal**. v. 22, n. 2, p. 37-43, 2005.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy**. Princeton-NJ, Princeton University Press, 2001.

GRIECO, Joseph M. "Systemic Sources of Variation in Regional Institutionalization in Western Europe, East Asia, and the Americas". In: MANSFIELD, E.; MILNER, H. [editors]. **The Political Economy of Regionalism**. New York: Columbia University Press, 1997.

GUMARAES, Samuel P. [Org.]. **Estratégias: Índia e Brasil**. Brasília, IPRI, 1996.

HAFTENDON, Helga; KEOHANE, Robert O.; WALLANDER Celeste A. **Imperfect Unions: Security Institutions over Time and Space**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HAMMERSTAD, Anne [editor]. **People, States and Regions: Building a collaborative security regime in South Africa**. Braamfontein. SAIIA, 2005.

\_\_\_\_\_. **South Africa's security engagement in the region: Lessons for IBSA?** Documento de trabalho n.2, Projeto Líderes Regionais e Segurança Internacional, UnB/Ford Foundation, 2005.

HILALI, A. Z. **India's Defence and Security: Intra-regional Dimension**. Pacific Affairs, v. 72, n. 03, p. 449-450, 1999.

\_\_\_\_\_. **Society, State and Security: The Indian Experience**. Pacific Affairs, v. 73, n. 4, p. 611-613, 2001.

HOUGH, M.; DU PLESSIS, A.; KRUYSS, G P H. [editors]. **Selected Official South African Strategic and Security Perceptions (2001-2007)**. Pretoria, Institute of Strategic Studies, 2007.

HOYT, Timothy. **Modernizing the Indian Armed Forces**. Joint Forces Quarterly, n. 25, p. 17-22. <[http://www.dtic.mil/doctrine/jell/jfq\\_pubs/0625.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/jell/jfq_pubs/0625.pdf)>, 2000.

HUBER, John. SHIPAN, Charles. (2002). **Deliberate Discretion? The Institutional Foundations of Bureaucratic Autonomy**. Cambridge-UK, Cambridge University Press.

HUGHES, Tim. **South Africa: the contrarian big African state**. In: CLAPHAM, Christopher; HERBST, Jeffrey; MILLS, Greg [editors]. **Big African States: Angola, Sudan, DRC, Ethiopia, Nigeria, South Africa**. Johannesburg: Wits University Press, 2001.

HUSSAINS, Syed Rifaat. **Missile Race in South Asia**. South Asian Survey. v. 11, n. 2. p. 273-286, 2004.

IISS. **The Military Balance**. London: Routledge, 2007.

IISS. **The Military Balance**. London: Routledge, 2010.

INDIA. Group of Ministers' Report on "Reforming The National Security System". New Delhi. Disponível em: <<http://pib.nic.in/archieve/lreleng/lyr2001/rmay2001/23052001/r2305200110.html>>, 2001.

- INDIA. Ministry of Defence Annual Report 2004-2005. New Delhi. Disponível em: <<http://mod.nic.in/reports/report05.htm>>, 2005.
- INDIA. The Constitution of India 1947. Delhi, Universal Law Publishing. Sixth Edition. [as amended], 2005.
- INDIA. Ministry of Defence Annual Report 2006-2007. New Delhi. Disponível em: <<http://mod.nic.in/reports/report07.htm>>, 2007.
- INDIA. Ministry of Defence Annual Report 2008-2009. New Delhi. Disponível em: <<http://mod.nic.in/reports/AR-eng-2009.pdf>>, 2009.
- JANE'S. **Sentinel Security Assessment: Brazil**. London: Jane's Information Group, 2004a.
- JANE'S. **Sentinel Security Assessment: India**. London: Jane's Information Group, 2004b.
- JANE'S. **Sentinel Security Assessment: South Africa**. London: Jane's Information Group, 2004c.
- JERVIS, Robert. "Cooperation under the security Dilemma". *World Politics*, vol. 30 (2), jan 1978, 167-214, 1978.
- JORDAAN, Evert; ESTERHUYSE, Abel. **South African Defence Since 1994: The influence of non-offensive defence**. *African Security Review* 13(1), p. 59-69, 2004.
- KAPILA, Subash. **India's National Security Council: a critical review**. South Asia Analysis Group. Disponível em: <<http://www.saag.org/default.asp>>, 2000.
- KARAMAT, Jehangir. **Missile Acquisition by Pakistan: military strategic imperatives**. *South Asian Survey*, v.11, n. 2, p. 169-176, 2004.
- KHAN, Zillur R. **Civil-military relations and nuclearization of India and Pakistan**. *World Affairs*, v. 166, n. 1, p. 24-36, 2003.
- KHANYILE, Moses Bongani. **South Africa's security relations with the MERCOSUR countries**. Pretoria, University of Pretoria. Doctoral Thesis in International Politics, 2003.
- KORNEGAY, Francis. The Geopolitics of IBSA: the South African Dimension. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Anais da III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí**. IBAS. Brasília, 2009.
- KRUYIS, George. **Lessons from African Wars: implications for SANDF**. *Strategic Review for Southern Africa*. v. XXVI, n. 01, p. 15-39, 2004.
- KUZWAYO, Jabu. **Developing Mechanisms for Civilian Oversight over the Armed Forces**. *African Security Review*. v. 7, n. 5, 1998.
- LE ROUX, Len. Revisiting the South African Defence Review. *African Security Review* 13(1), p. 105-107, 2004.
- \_\_\_\_\_. The post-apartheid South African military: transforming with the nation. In: RUIPIYA, Martin. [ed.] **Evolutions and Revolutions: A contemporary history of militaries in Southern Africa**. ISS, 2005.
- \_\_\_\_\_. [Ed.]. **South African Army Vision 2020: Security Challenges Shaping the Future South African Army**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2007.
- LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

- LIMA, Maria Regina Soares. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (1): 24-59, 2005.
- MANN, Paul. **Regional Approach Urged To Brace Asian Security**. *Aviation Week & Space Technology*, 154, n. 24, p. 66, 2001.
- MARES, David. **Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining In Latin America**. New York: Columbia University Press, 2001.
- MARTINS, José Miguel Q. **Digitalização e Guerra Local: Como Fatores de Equilíbrio Internacional. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, 2008.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. London: W.W. Norton, 2001.
- MEHTA, Ashok K. **Missiles in South Asia: Search for an operation strategy**. *South Asian Survey*, v.11, n. 2, p. 177-192, 2004.
- MILNER, Helen. **International Theories of Cooperation Among Nations: strengths and weaknesses**. *World Politics*, v. 44 (3), p. 466-496, 1992.
- MURRAY, Douglas J.; VIOTTI, Paul R. **The Defense Politics of Nations: a comparative study**. Baltimore: Johns Hopkins. Third edition, 1994.
- OLIVEIRA, Amâncio; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel. **Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul**. *Contexto Internacional*. vol. 28, n. 2, p. 465-504, 2006.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **Democracia e Defesa Nacional. A criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC**. São Paulo: Manole, 2004.
- PENNINGS, Paul; KEMAN, Hans; KLEINNIJENHUIS, Jan. (2003). **Doing Research in Political Science: comparative methods and statistics**. London: Sage.
- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. 2007.
- PROENÇA JR, Domicio; BRIGAGÃO, Clóvis. **Concertação Múltipla: Inserção Internacional de Segurança do Brasil**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2002.
- \_\_\_\_\_; DINIZ, Eugenio. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília, Editora da UnB, 1998.
- \_\_\_\_\_; DUARTE, Érico. **The Concept of Logistics derived from Clausewitz: All That is Required so That the Fighting Force Can be Taken as a Given**. *The Journal of Strategic Studies*, v. 28, n. 4, p. 645 – 677, 2005.
- QUESTER, George H. **Nuclear Weapons and Indian Security: The Realist Foundations of Strategy**. *Parameters*, v. 33, n.3, p. 154-155, 2003.
- RAJAGOPALAN, Rajesh. **Missile Defence in South Asia: much ado about nothing**. *South Asian Survey*, v.11, n. 2, p 205-217, 2004.
- RAJAIN, Arpit. **Nuclear Deterrence in Southern Asia: China, India and Pakistan**. New Delhi: Sage, 2005.
- RAO, Arati. **Ethnicity, Security, and Separatism in India**. *Journal of International Affairs*, v. 51 (1), p. 283-290, 1997.
- RIVERS, Brendan P. (2003). Brazil goes shopping for arms in South Africa. *Journal of Electronic Defense*. v. 26, n. 9, p. 17.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. **Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas da cooperação em matéria de segurança.** Brasília, UNB/FORD. Documento de Trabalho n. 10, páginas 03-14, 2006.

SAGAN, Scott. "The Origins of Military Doctrine and Command and Control Systems". In: LAVOY, Peter; SAGAN, Scott; WIRTZ, James [editors]. **Planning the Unthinkable: how new powers will use nuclear, biological, and chemical weapons.** Ithaca-NY: Cornell University Press. p. 16-46, 2000.

SAHNI, Varun. **India and Missile Acquisition: Push and Pull Factors.** South Asian Survey, v.11, n. 2, p. 287-299, 2004.

\_\_\_\_\_. **Brazil, India, and South Africa: Three Pathways to Regional (In)security.** Ciudad México-DF, Centro de Investigación y Docencia Económicas. p. 01-39, 2000.

SANTHO, Sehoai. **Lesotho: Lessons and Challenges after SADC Intervention,** 1998. Monograph n. 50, ISS, Franco-South African Dialogue. 2000.

SCHOEMAN, Maxi. South Africa as an emerging middle power. **African Security Review.** v. 9, n. 3, 2000.

SCHWELLER, Randall L. **Deadly Imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest.** New York, Columbia University Press, 1998.

SEEGERS, Annette. **The Military in the Making of Modern South Africa.** London: Tauris Academic Books, 1996.

SEKI, Tomoda. A Japan-India front. **Far Eastern Economic Review,** v. 163, n. 21, p. 38, 2000.

SHUJA, Sharif. **The Realignment of India-U.S. Relations: Strategic Dimensions.** Contemporary Review, v. 287, n. 1677, p. 203-209, 2005.

SIDHU, Waheguru. "India's Nuclear Use Doctrine". In: LAVOY, Peter; SAGAN, Scott; WIRTZ, James [editors]. **Planning the Unthinkable: how new powers will use nuclear, biological, and chemical weapons.** Ithaca-NY, Cornell University Press. p. 125-157, 2000.

\_\_\_\_\_; YUAN, Jing-dong. **China and India: cooperation or conflict?** New Delhi: India Research Press, 2003.

SIDIDQA, Ayesha. **Is Missile Non-Proliferation a Possibility in South Asia?** South Asian Survey. v.11, n. 2, p. 231-242, 2004.

SILVA, Roberto. Projeto Aquiles: Caçadores e Treinadores. Disponível em: [http://www.defesabr.com/MD/Planobrasil/Programasaturno/md\\_projetoaquiles.htm](http://www.defesabr.com/MD/Planobrasil/Programasaturno/md_projetoaquiles.htm).

SINGH, Jasbir. [editor]. **Indian Defense Yearbook 2004.** Dehra Dun: Natraj Publishers, 2005.

SINGH, Jaswant. **Against nuclear apartheid.** Foreign Affairs, v. 77, n. 5, p. 41-52, 1998.

SINGH, Mahendra; VERNEY, Douglas. **Challenges to India's Centralized Parliamentary Federalism.** Publius v. 33, n. 4, p. 1-20, 2003.

SINGH, Pulkit. Indian Defense Budget Rises 7.8%, to \$19B. **Journal of Electronic Defense,** v. 28, n.4, p. 19-20, 2005.

SNOW, Donald M. **Distant Thunder: Patterns of Conflict in the Developing World.** New York: Sharpe Books. [2nd edition], 1997.

\_\_\_\_\_. **National Security for a New Era: Globalization and Geopolitics.** New York: Pearson-Longman, 2004.

SOLOMON, Hussein. [edited]. **Towards a Common Defence and Security Policy in the Southern African Development Community.** Pretoria: AISA, 2004.

SOUTH AFRICA. **White Paper on Defence Industries.** Pretoria, Department of Defence. Disponível em: <<http://www.dod.mil.za>>, 1999.

SOUTH AFRICA. **Constitution of the Republic of South Africa 1996.** Cape Town, Parliament of the Republic of South Africa. [as amended], 2004.

SOUTH AFRICA. **Annual Report – FY 2005-2006.** Pretoria, Department of Defence. Disponível em: <<http://www.dod.mil.za>>, 2006.

SOUTH AFRICA. **The Department of Defence Strategic Business Plan.** Pretoria, Department of Defence. Disponível em: <<http://www.dod.mil.za>>, 2007.

SOUTH AFRICA. **The Department of Defence Strategic Business Plan.** Pretoria, Department of Defence. Disponível em: <<http://www.dod.mil.za>>, 2009.

STEIN, A. A. **Why Nations Cooperate: Circumstance and Choice in International Relations.** Ithaca-NY, Cornell University Press, 1990.

STEMMET, Andre. The South African Regulation of Foreign Military Assistance Act. **RUSI Journal,** v. 145, n. 5, p. 37-42, 2000.

STEYN, Hannes; VAN DER WALT, Richard; VAN LOGGERENBERG, Jan. **Armament and Disarmament: South Africa's Nuclear Weapons Experience.** Pretoria: Network Publishers. 126 pp. ISBN 0620306068, 2003.

TANHAM, George. **India Strategic Thought: An interpretative essay.** Santa Monica-CA, RAND, 1992.

THE ECONOMIST. **Asia: India's nuclear dilemmas.** v. 357, n. 8195, p. 45-46, 2000.

THE ECONOMIST. **South Africa's defence industry.** v. 375, n. 8431, p. 66, 2005.

THE ECONOMIST. **Survey: Indian defence.** v. 375, n. 8427, p. 24, 2005.

VADI, Ismal. Terrorism, Public Policy and Democracy in South Africa. **Strategic Review for Southern Africa.** volume xxix, number 01, may 2007.

VIZENTINI, Paulo. **As Relações Internacionais da Ásia e da África.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

WALL, Robert. **Road to Recovery.** Aviation Week & Space Technology. v.160, n. 27, p. 63-65, 2004.

WALT, Stephen. **The Origins of Alliances.** Ithaca-NY, Cornell University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. "Coalitions". In: CRONIN, Patrick. [editor]. 2015: **Power and Progress.** Washington-D.C., National Defense University Press. Pages 83-114, 1996.

WALTZ, Kenneth M. **Theory of International Politics.** Reading, Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WALTZ, Kenneth N. **The Emerging Structure of International Politics.** International Security, 18 (2), Fall, 322-345, 1993.

\_\_\_\_\_. **Structural Realism after the Cold War.** International Security, 25(1): 5-41, 2000.

WEISSER, Ulrich. **Global strategic trends and their impact on South Africa's security.** Naval Forces. v. 23, n. 4, p. 48-51, 2002.

WINKATES, James. **The transformation of the South African National Defence Force: A good beginning.** *Armed Forces and Society*. v. 26, n. 3, p. 451-472, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. **Ministério da Defesa Brasileiro: um poder virtual.** *Strategic Evaluation*. v. 1 (1). p.23-46, 2007.

ZEGART, Amy. **Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC.** Stanford-CA, Stanford University Press, 2000.

### Lista de Tabelas

Tabela 1 – Segurança Regional: Sul da Ásia, África Austral e América do Sul

Tabela 2 – Características Institucionais dos Três Países

Tabela 3 – Efetivos Militares nos Três Países do IBAS

Tabela 4 – Comparação do Efetivo de Reservistas entre três Estados Nucleares

Tabela 5 – Equipamento Selecionado das Forças Terrestres no IBAS

Tabela 6 – Equipamento Selecionado das Forças Navais no IBAS

Tabela 7 – Equipamento Selecionado das Forças Aéreas no IBAS

Tabela 8 – Índia: Inventário Terrestre

Tabela 9 – Índia: Inventário Aeronáutico

Tabela 10 – Índia: Inventário Naval

Tabela 11 – Brasil: Inventário Terrestre

Tabela 12 – Brasil: Inventário Aeronáutico

Tabela 13 – Brasil: Inventário Naval

Tabela 14 – África do Sul: Inventário Terrestre

Tabela 15 – África do Sul: Inventário Aeronáutico

Tabela 16 – África do Sul: Inventário Naval

### Lista de Figuras

Figura 1 – Institucionalidade de Defesa na Índia

Figura 2 – Institucionalidade de Defesa na África do Sul

Figura 3 – Institucionalidade de Defesa no Brasil

### Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Comparação de Efetivos de Reservistas em Três Estados Nucleares:

Gráfico 2 – Pessoal Ativo IBAS: Percentual por Ramo das Forças Armadas

Gráfico 3 – Pessoal Ativo IBAS: Distribuição nos Ramos das Forças Armadas

Gráfico 4 – Composição Orgânica das Forças Terrestres no IBAS

Gráfico 5 – Composição Orgânica das Forças Navais no IBAS

Gráfico 6 – Composição Orgânica das Forças Aéreas no IBAS

### Glossário

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ABM – Anti-Ballistic Missile. Missil anti-balístico.

ALCM – Air Launched Cruise Missile. Missil de cruzeiro lançado do ar.

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil

ARMSCOR – Armaments Corporation of South África Ltd.

ASAT – Anti-Satellite Weapon. Arma Anti-Satélite.

CDN – Conselho de Defesa Nacional

CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CFE – Conventional Forces in Europe. Forças Convencionais na Europa

COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras

CTA – Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial

DEFCON – Defense Condition. Condição de Defesa. (EUA)

DEW – Direct Energy Weapons. Armas de Energia Direta

DF – Dong Feng. Vento do Oriente. Designação dos mísseis chineses.

DIA – Defence Intelligence Agency. Agência de Inteligência de Defesa (Índia)

DIE – Departamento de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

EMD – Estado-Maior de Defesa

FAB – Força Aérea Brasileira

FNSP – Força Nacional de Segurança Pública

GSI – Gabinete de Segurança Institucional

IB – Intelligence Bureau. Bureau de Inteligência (África do Sul)

IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul

ICBM – Inter-Continental Ballistic Missile. Missil Balístico Intercontinental

IDS – Integrated Defence Staff. Estado-Maior Integrado de Defesa (Índia)

INF – Intermediate-Range and Shorter-Range Nuclear Forces. Forças nucleares de alcance curto ou médio.

JSTARS – Joint Surveillance and Target Attack Radar System. Sistema Conjunto de Radar de Observação e Ataque

LACM – Land Cruise Missile (Acrônimo). Missil de cruzeiro lançado do solo.

MAD – Mutual Assured Destruction. Destruição Mútua Assegurada.

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAC – Nuclear Authority Command. Autoridade de Comando Nuclear

NIA – National Intelligence Agency. Agência Nacional de Inteligência (África do Sul)

NICOC – National Intelligence Coordinating Committee. Comitê Nacional Coordenador da Inteligência (África do Sul)

NMD – National Missile Defense. Sistema Nacional de Defesa Antimísseis.

NSC – National Security Council. Conselho de Segurança Nacional (Índia e África do Sul)

ONU – Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PDN – Política de Defesa Nacional

PF – Polícia Federal

PPF – Polícia Ferroviária Federal

PGM – Precision Guided Ammunition. Munições Guiadas de Precisão.

PM – Polícia Militar

PRF – Polícia Rodoviária Federal

RAKSHA MANTRI – Ministro da Defesa Indiano

RAW – Research and Analysis Wing. Asa de Pesquisa e Análise. (Índia)

RMA – Revolution in the Military Affairs. Revolução nos Assuntos Militares.

SAAF – South African Air Force. Força Aérea da África do Sul

SAN – South Africa Navy. Marinha da África do Sul.

SANAI – South African National Academy for Intelligence

SANDEF – South African Defence Forces. Forças de Defesa da África do Sul.

SAPS – South African Police Service. Serviço de Polícia Sul-Africano

SARPCCO – Southern African Regional Police Chiefs Co-operation Organisation

SASS – South African Secret Service. Serviço Secreto Sul-Africano

SEC – Secretaria de Estudos e de Cooperação

SELOM – Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEORI – Secretaria de Organização Institucional

SINDE – Sistema de Inteligência de Defesa

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia.

SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência

SISP – Subsistema de Inteligência de Segurança Pública

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia.

SLBM – Submarine Launched Ballistic Missile. Missil Balístico Lançado de Submarinos.

SPEAI – Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais

SRF – Secretaria da Receita Federal

SS – Surface-surface. Superfície-superfície.

SSPs – Secretarias Estaduais de Segurança Pública

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

## 7 ANEXOS – INVENTÁRIO DOS MEIOS MILITARES DOS PAÍSES DO IBAS

Tabela 8 – Índia: Inventário Terrestre

ÍNDIA: INVENTÁRIO TERRESTRE				
Tipo	GS	IISS	Jane's	Cordesman
Tanques				
Vijayanta	400	1.008	1.200	n/d <sup>2</sup>
T-55	200	715	700	n/d <sup>2</sup>
T-72 Ajeya	1.700	1.925	1.500	1.925 <sup>1</sup>
T-90	310	330	310	330
Arjun	124	14	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	2.734	3.992	3.710	2.255
Reconhecimento				
BRDM-2	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	100	n/d <sup>2</sup>
Ferret	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	100	n/d <sup>2</sup>
Totais	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	200	n/d <sup>2</sup>
VBA (Viaturas Blindadas de Assalto)				
BMP-1	50	700	700	n/d <sup>2</sup>
BMP-2	1.300	1.000	1.000	1.000
PT-76	90	100	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	1.440	1.800	1.700	1.000
VBTT (Veículo Blindado de Transporte de Tropas)				
Casspir/OT-62	157	317 <sup>3</sup>	150	n/d <sup>2</sup>
BTR-50/60	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	200	n/d <sup>2</sup>
Totais	157	817	350	n/d <sup>2</sup>
VBR (Veículo Blindado de Recuperação)				
WZT-3 <sup>4</sup>	n/d <sup>2</sup>	166	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Artilharia rebocada				
D-30 (122mm)	550	550	550	n/d <sup>2</sup>
M-46 <sup>5</sup> (130mm)	750	1.200	1.200	n/d <sup>2</sup>
Totais	1.300	1.750	1.750	n/d <sup>2</sup>
Artilharia Autopropulsada				
FH-77B <sup>6</sup> (155mm)	410	400	410	n/d <sup>2</sup>
M-46 Catapult <sup>7</sup> (130mm)	50	20	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Abbot (105mm)	50	80	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	510	500	410	n/d <sup>2</sup>
Lançador Múltiplo de Foguetes				
Smerch (300mm)	20	20	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
BM-21 (122mm)	25	150	100	n/d <sup>2</sup>
Pinaka (214mm)	100	30 <sup>8</sup>	54	n/d <sup>2</sup>
Totais	145	200	154	n/d <sup>2</sup>
Morteiros				
81mm	n/d <sup>2</sup>	5.000	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
120mm	n/d <sup>2</sup>	1.500	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
160mm	n/d <sup>2</sup>	20	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	n/d <sup>2</sup>	6.700	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Total de peças de artilharia	1.955	9.150	2.314	n/d <sup>2</sup>
Antitanque				
M-40A1 (106mm)	n/d <sup>2</sup>	3.000 <sup>9</sup>	1.000	n/d <sup>2</sup>

SAM (Mísseis Superfície Ar)				
SA-6	180	180	160	n/d <sup>2</sup>
SA-7 <sup>10</sup>	620	650	620	n/d <sup>2</sup>
SA-8B	50	50	50	n/d <sup>2</sup>
SA-9	400	400	400	n/d <sup>2</sup>
SA-13	n/d <sup>2</sup>	250	250	n/d <sup>2</sup>
SA-16 <sup>11</sup>	500	2.000	2.000	n/d <sup>2</sup>
Totais	1.750	3.530	3.480	n/d <sup>2</sup>
DCA (dispositivo de canhoneio antiaéreo) 20mm	n/d <sup>2</sup>	2.339	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>

Fontes: Global Security, IISS, Cordesman e Jane's.

Notas: 1) Compreende também a quantidade de T-80. 2) Consta no Inventário, quantidade não disponível. 3) Com 500 de tipos tchecos e soviéticos na reserva. 4) WZT (Wóz Zabezpieczenia Technicznego) veículo blindado polonês baseado no chassi do MBT T-91 (T-72), usado para reparar danos causados em batalha ou por minas, assim como, para consertar veículos quebrados durante o combate ou rebocá-los. 5) Existem mais mil unidades, sendo a metade convertida para o calibre 155 mm. 6) Montado sobre caminhões. 7) Obuseiro M-46 sobre chassi de Vijayanta. 8) Em desenvolvimento. 9) Dez por Batalhão Infantaria. 10) Portátil. 11) Portátil.

Tabela 9 – Índia: Inventário Aeronáutico

ÍNDIA: INVENTÁRIO AERONÁUTICO				
Tipo	GS	IISS	Jane's	Cordesman
Caças/Ataque ao Solo				
Su-30	53	50 <sup>1</sup>	50	n/d <sup>2</sup>
Mirage 2000 <sup>2</sup>	53	48	49	n/d <sup>2</sup>
Jaguar	77	100	110	n/d <sup>2</sup>
MiG-27	130	120	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
MiG-23	52	117	79 <sup>3</sup> (BN/MF)	n/d <sup>2</sup>
MiG-21	251	73	381 <sup>4</sup>	n/d <sup>2</sup>
MiG-29	63	74	70	n/d <sup>2</sup>
Totais	679	582	530	n/d <sup>2</sup>
Abastecimento				
IL-78	12	6	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Transporte				
An-32	75	119	80	n/d <sup>2</sup>
Do-228	63	43	43	n/d <sup>2</sup>
IL-76	25	30	28	n/d <sup>2</sup>
HS-748	n/d <sup>2</sup>	40	5	n/d <sup>2</sup>
Boeing-707	n/d <sup>2</sup>	6	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Boeing-737	2	6	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Learjet-29	n/d <sup>2</sup>	2	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	165	246	156	n/d <sup>2</sup>
ELINT (Inteligência Eletrônica)				
Boeing-707	n/d <sup>2</sup>	2	2	n/d <sup>2</sup>
Boeing-737	n/d <sup>2</sup>	2	2	n/d <sup>2</sup>
HS-748 <sup>5</sup>	n/d <sup>2</sup>	5	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Phalcon <sup>6</sup>	n/d <sup>2</sup>	3	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	n/d <sup>2</sup>	12	4	n/d <sup>2</sup>
ECM (Contramedidas Eletrônicas)				
MiG-23BN	n/d <sup>2</sup>	24	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
MiG-21M	n/d <sup>2</sup>	24	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>

PR-57 Canberra	n/d <sup>2</sup>	2	6	n/d <sup>2</sup>
Totais	n/d <sup>2</sup>	50	6	n/d <sup>2</sup>
Patrulha Marítima				
Gulfstream IV SRA	2	2	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Na-32	n/d <sup>2</sup>	3	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Boeing-707	n/d <sup>2</sup>	2	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Learjet-29	2	2	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	4	9	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>

Fontes: Global Security, IISS, Cordesman e Jane's.

Notas: 1) Mais 180 em aquisição. 2) Consta no Inventário, quantidade não disponível. 3) Compreende as versões: BN/MF. 4) Compreende as versões: FL/MF/bis/treino. 5) Similar ao E2-C Hawkeye norte-americano, com custo dez vezes menor. 6) Plataforma Phalcon israelense em IL-75.

Tabela 10 – Índia: Inventário Naval

ÍNDIA: INVENTÁRIO NAVAL				
Tipo <sup>1</sup>	GS	IISS	Jane's	Cordesman
Submarinos				
SSN (Sob Akula-II)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
SSGN Chakra (Sov Charlie-I)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
Project 76 (Ru Amur)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
Project 75 (Fr Scorpene)	n/d2	n/d2	12	n/d2
S 55 Sindhu Ghosh (Sov Kilo)	10	10 <sup>3</sup>	8	n/d2
S 44 Shishumar (Ge T-209/1500)	4	4	3	n/d2
S 20 Kursara (Sov Foxtrot) Vela	2	1	2	n/d2
Totais	16	15	25	n/d2
Porta-aviões				
R 22 Viraat (UK Hermes CVV)	1	1	1	1
Cruzadores				
C Mysore (UK Fiji)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
C Delhi (UK Leander)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
Destróieres				
D Delhi (Project 15)	3	3	3	3
D 51 Rajput (Sov Kashin DDG)	5	5	5	5
D Rana (UK R-class)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
Totais	8	8	8	8
Fragatas				
Krishna (UK Leander)	n/d2	1	n/d2	n/d2
F Shivalik (Project 17)	1	3	n/d2	n/d2
D Talwar (Sov Krivak III DDG)	3	3	2	n/d2
F 20 Godavari (Project 16)	6	3	3	3
F 33 Nilgiri (UK Type 12 Leander)	4	4	4	n/d2
F Brahmaputra (UK Type 41 Leopard)	n/d2	3	1	3
F Talwar (UK Type 12 Whitby)	n/d2	n/d2	n/d2	3
F Khukri (UK Type 14 Blackwood)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
F Ganga (UK Type 2 Hunt)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
Totais	14	17	10	9
Corvetas				
P 28 ASW Corvette (Project 28)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
F Khukri (UK Type 14 Blackwood)	n/d2	4	n/d2	n/d2
Kora	n/d2	6	3	4

P 33 Abhay (Sov Pauk)	4	4	4	
K 40 Veer (Sov Tarantul I)	13	5	12	6
P 49 Khukri	7	n/d2	n/d2	4
Vibhutti (6 mod Veer+2 av)	n/d2	8	n/d2	8
P 50 Sukanya	6	n/d2	n/d2	n/d2
P 68 Arnala (Sov Petya)	n/d2	n/d2	2	n/d2
K 71 Durg (Sov Nanuchka II)	n/d2	n/d2	1	n/d2
K 90 Viyut (Sov Osa II)	n/d2	n/d2	n/d2	8
K 83 Vidyut (Sov Osa I)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
Totais	30	27	22	30
<b>Patrulha</b>				
PSO Sukanya	n/d2	6	n/d2	n/d2
PCF Trinkat	7	6	n/d2	n/d2
PCF XFAC (IL Super Dvora)	7	54	2	n/d2
PCI SDB Mk 2/3	6	n/d2	n/d2	n/d2
MCM	14	n/d2	n/d2	n/d2
new MCMV	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
M 61 Pondicherry (Sov Natya)	12	12	n/d2	n/d2
MSI Mahé (Sov Yevgenya)	2	2	n/d2	n/d2
MSI Bulsar (UK Ham)	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
Totais	48	80	2	n/d2
<b>Anfíbio</b>				
LST(L) Shardul	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
L 20 Magar	2	2	2	n/d2
LSM NEWCON	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
L 22 Kumbhir (Sov Polnocny-C)	5	5	n/d2	n/d2
LCU NEWCON	n/d2	n/d2	n/d2	n/d2
LCU Mk.3 Vasco da Gama	8	6	n/d2	n/d2
Totais	15	13	2	n/d2
<b>Suporte</b>				
AO Jyoti	1	1	1	n/d2
AO Aditya (mod Deepak)	1	1	1	n/d2
AO Deepak	1	1	n/d2	n/d2
AGHS Sandhayak	8	8	n/d2	n/d2
AGHS Makar	4	2	n/d2	n/d2
AGS Ugra (Sov Ugra)	1	n/d2	n/d2	n/d2
AGOR Sagardhwani	1	n/d2	n/d2	n/d2
Nireekshak (Diving Spt)	1	n/d2	n/d2	n/d2
Nicobar (Transport)	2	n/d2	n/d2	n/d2
Matanga (tug)	2	n/d2	n/d2	n/d2
Tarangini (training)	1	n/d2	n/d2	n/d2
Tir (training)	1	1	n/d2	n/d2
AOT5	n/d2	6	6	n/d2
AWT6	n/d2	2	2	n/d2
TRV7	n/d2	1	3	n/d2
Totais	24	23	13	n/d2

Fontes: Global Security, IISS, Cordesman e Jane's.

Notas: 1) Nos parênteses está o nome antigo do vaso. 2) Consta no Inventário, quantidade não disponível. 3) Um submarino possui o míssil tático SS-NX-27 Club-S. 4) Existem mais dois na reserva. 5) AOT: acrônimo que designa os navios-tanque com capacidade de reabastecimento na água. 6) AWT: acrônimo que designa os navios portadores de água potável. 7) TRV: acrônimo que designa veículo de recuperação de torpedos.

Tabela 11 – Brasil: Inventário Terrestre

BRASIL: INVENTÁRIO TERRESTRE		
Tipo	GS	IISS
<b>Tanques</b>		
Principal Leopard-M1	87	128
M-60	91	91
M-41B/C	286	112
Totais	464	331
<b>Reconhecimento</b>		
Cascavel	409	415 <sup>2</sup>
<b>VBTT</b>		
Urutu	219	224 <sup>2</sup>
M-113	584	523 <sup>2</sup>
Totais	803	747
<b>Artilharia rebocada</b>		
105mm M-101/102	280	365 <sup>2</sup>
L-118	36	18 <sup>2</sup>
155mm	92	92
M-114	n/d <sup>1</sup>	8
Totais	408	483
<b>Autopropulsado</b>		
105mm M-7/108	120	72
155mm M-109A3	38	37
Totais	158	109
<b>Morteiros</b>		
60mm Commando V	n/d <sup>1</sup>	922
81mm	n/d <sup>1</sup>	28
120mm K6A3	n/d <sup>1</sup>	77
M2	n/d <sup>1</sup>	61
Totais	n/d <sup>1</sup>	1.088
<b>Lançador múltiplo</b>		
127, 180 e 300mm Astros II	16	20
Peças de artilharia	556	1.700
<b>Antitanque</b>		
Míssil Milan	12	12
Eryx	32	18
106mm M40-A1	n/d <sup>1</sup>	171 <sup>2</sup>
84mm Carl Gustav	n/d <sup>1</sup>	127
84mm AT-4	n/d <sup>1</sup>	540
Totais	44	860
Mísseis antiaéreos	n/d <sup>1</sup>	122
DCA (Dispositivo de Canhoneio Antiaéreo)	n/d <sup>1</sup>	158

Fontes: Global Security e IISS.

Notas: 1) Consta no Inventário, quantidade não disponível. 2) Inclui o equipamento dos fuzileiros navais.



Tabela 12 – Brasil: Inventário Aeronáutico

BRASIL: INVENTÁRIO AERONÁUTICO		
Tipo	GS	IISS
Caça/ataque		
F-2000 (Mirage 2000)	n/d <sup>2</sup>	4 <sup>1</sup>
F-103 (Mirage III)	15	n/d <sup>2</sup>
F-5E/F/BR (Tiger)	45	55
EMB ALX Super Tucano AT-29 <sup>3</sup>	n/d <sup>2</sup>	76
Super Tucano AT-27	n/d <sup>2</sup>	24
AT-27	83	n/d <sup>2</sup>
AT-26 (MB-326 Xavante)	68	28
AT-26 Impala (Mk.1/2)	n/d <sup>2</sup>	12
A-1 (AMX A1-A)	33	40
Totais	244	235
Reconhecimento/Vigilância		
RC-103E (Mirage III)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
R-99B (EMB 145 SR)	3	n/d <sup>2</sup>
R-99 <sup>a</sup> (EMB 145 AEW)	5	n/d <sup>2</sup>
RC-95 (EMB-110)	4	4
L-42 (Neiva Regente)	7	n/d <sup>2</sup>
RH-34 (SA-330)	4	n/d <sup>2</sup>
RT-26 (MB-326 Xavante)	n/d <sup>2</sup>	4
Hawker 800XP	4	n/d <sup>2</sup>
RA-1 (AMX)	n/d <sup>2</sup>	4
Totais	27	12
Patrulha Marítima		
P-95 (A/B) (EMB-111 Patrulha)	n/d <sup>2</sup>	19
P-3AM Orion	n/d <sup>2</sup>	9 <sup>4</sup>
Totais	n/d <sup>2</sup>	19
SAR		
C-95 (EMB-110B Bandeirante)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
P-95 (EMB-111 Patrulha)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
SC-95B (EMB 110 Bandeirante)	4	4
UH-1H (UH-1H)	2	n/d <sup>2</sup>
ASW	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
P-95A/B (BEM-111 Patrulha)	21	n/d <sup>2</sup>
P-16 (S-2A/E)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
P-3A/B	9	n/d <sup>2</sup>
SC-130E	n/d <sup>2</sup>	1
Totais	36	5
Tanque		
KC-137 (Boeing 707)	4	3 <sup>5</sup>
C-130 (SC-130E)	2	n/d <sup>2</sup>
C-130 (KC-130H)	2	6
C-130 (C-130H)	10	n/d <sup>2</sup>
Totais	18	9
Transporte		
C-130H	5	13
C-130E	n/d <sup>2</sup>	7
C-115 (C-8 / DHC-5A Buffalo)	24	12

C-91 (HS-748)	12	
C-95A/B/C (EMB 110 Bandeirante)	44	59
C-105 (Amazonas)	n/d <sup>2</sup>	4 <sup>6</sup>
VU-35 (Learjet 35A)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
EC-9 (VU-9) (Embraer EMB-121 Xingu)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	85	137
COMM/VIP		
VC-1A (Airbus A319-133X CJ)	3	1
C-98 (U-27A / C-16)	3	
VC-97 (Embraer EMB-120R Brasília)	5	4
VC-96 (Boeing 737-200)	5	2
C-95 (EMB 110 Bandeirante)	59	
VC/VU-93 (HS-125)	8	11
VC-91 (Hawker Siddeley/Andover)	n/d <sup>2</sup>	
VU-9 (EMB-121 Xingu)	5	8
VH-4 (Bell 20B Jetranger III)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
LIASON	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
C-98 (U-27A / C-16)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
C-97 (Brasília)	n/d <sup>2</sup>	7
C-42 (Neiva Regente)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
U-42 (Neiva Regente)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
C-99A (ERJ-145)	n/d <sup>2</sup>	10
Totais	88	43
Utilitário		
CH-50 / UH-50 (SA-350/HB-350B Esquilo)	35	n/d <sup>2</sup>
U-19 Ipanema	n/d <sup>2</sup>	3
C-98 (Cessna 208) Caravan I		14
L-42 (Neiva Regente)	7	3
U-42 (Regente)	n/d <sup>2</sup>	22
U-7 (BEM-810C) Sêneca	14	13
Totais	56	55
Treinamento		
C-95 (EMB-110)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
AT-26 (MB-326 Xavante)	n/d <sup>2</sup>	42
C-95 (EMB-110)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
EC-95 (EMB-110A/P1 Bandeirante)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
EC-93 (HS-125)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
U-93 (HS-125)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
T-27 (EMB-312 Tucano)	61	41
T-25A/C (Neiva Universal)	72	22
T-23 Uirapuru (Aerotec A-122A)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
A-1 (AMX-T)	10	11
OH-13	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
OH-6 <sup>a</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	143	116
Mísseis		
AAM AIM-9B Sidewinder	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
R-530	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Magic 2	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
MAA-1 Piranha	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Fontes: Global Security e IISS.		

Notas: 1) Existem mais oito encomendados. 2) Consta no Inventário, quantidade não disponível. 3) Compreende as versões A e B. 4) Estão encomendados. 5) Existe mais um estocado. 6) Existem mais oito encomendados.

Tabela 13 – Brasil: Inventário Naval

BRASIL: INVENTÁRIO NAVAL			
Tipo	Nome original <sup>1</sup>	GS	IISS
Submarinos			
SNA		n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
SMB-10		n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Tikuna	Ge T-209/1400	1	1
Tupi	Ge T-209/1400	4	4
Humaitá	UK Oberon	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Goias/Bahia	US Guppy III/II	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais		5	5
Porta-aviões			
São Paulo <sup>3</sup>		1	1
Minas Gerais	UK Colossus	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Destróieres			
Marcílio Dias	US Gearing ASW	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Mato Grosso	US Sumner ASW	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Fragatas			
Greenhaigh	UK Broadsword	3	3
Pará	US Garcia	4	1
Constituição ASW		4	n/d <sup>2</sup>
Niterói ASW		4	6
Niterói GP		2	n/d <sup>2</sup>
Totais		17	10
Corveta			
Inhaúma		4	4
Espírito Santo		n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais		4	4
Patrulha			
Imperial Marinheiro PCO		9	1
Grajaú PCO		10	12
Piratini	US PGM	6	6
Bracuí PCC	UK River	4	4
Tracker PCI		16	4
Aspirante Nascimento PCI		n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Roraima		3	3
Pedro Teixeira		2	2
Parnaíba		n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais		50	32
Minagem			
Aratu	Ge Schutze	6	6
Anfíbio		n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Ceará	US Thomaston LSD	2	2
Duque de Caxias	US de Soto County LST	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Mattoso Maia	US Newport LST	1	1
LCU		3	3

LCM		10	8
LCVP		35	35
Totais		57	55
Força Aeronaval			
AF-1	A-4/TA-4	23	20
AF-1	TA-4MB	3	3
UH-14	AS-332	5	5
UH-13	AS-355	9	9
UH-12	AS-350B	12	n/d <sup>2</sup>
AH-11	Lynx MK-21A / HAS-21	13	n/d <sup>2</sup>
H-6	Bell 206	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
H-6	TH-57	13	13
SH-3	SH-3A/B/D/G/H (ASW)	19	13
UH-2	Wasp HAS-1	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
n/a	Helibrás HB-315 Gavião	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais		97	63

Fontes: Global Security e IISS.

Notas: 1) Designa a matrícula estrangeira original. 2) Consta no Inventário, quantidade não disponível. 3) Aparece no Global Security como sendo o antigo Fr. Foch e no IISS como o Clemenceau.

Tabela 14 – África do Sul: Inventário Terrestre

ÁFRICA DO SUL: INVENTÁRIO TERRESTRE			
Tipo	GS	IISS	Jane's
Tanques (MBT)			
Olifant 1 <sup>a</sup> -B <sup>1</sup>	167	167	124
Eland-60/90	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	118
Rookat-76	176	176	140
Totais	343	343	382
Blindados (VBA/VBTT-APC/IFV)			
Ratel-20/60/90	1.200	1.200	1.352
Buffel, Casspir, Wolf	370	370	2.300
Mamba	440	440	538
Totais	2.010	2.010	4.190
Artilharia Autopropulsada			
G-6 (155 mm)	43	43	43
Artilharia Rebocada			
G-1 25-pdr 88mm	72	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
G-2 5.5-in (140mm)	75	75	70
G-5 155mm	72	72	43
Totais	219	147	113
Morteiros			
81mm	n/d <sup>2</sup>	1.190	n/d <sup>2</sup>
120mm	n/d <sup>2</sup>	36	n/d <sup>2</sup>
Totais	n/d <sup>2</sup>	1.226	n/d <sup>2</sup>
Lançadores Múltiplos de Foguetes			
Bataleur 127mm (40 tube)	25	25	25
Valkiri 22 SP 127mm (24 tube)	26	26	26
Totais	51	51	51
Total de peças de artilharia	313	1.467	207
Mísseis Antitanque			

ZT-3 Swift	52	52	n/d <sup>2</sup>
Milan	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
SS-11	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	52	52	n/d <sup>2</sup>
<b>Canhões Antitanque</b>			
M-67 90mm	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup> ~
FT-5 92mm	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	150
M-40A1 106mm	100	100	100
Totais	100	100	250
Total do Antitanque	152	152	152
<b>Dispositivo de Canhoneio Antiaéreo (DCA)</b>			
GAI 20mm	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Vstervark SP 20mm	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	84
GDF-002 twin 35mm	40	40	48
L/60 40mm	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
36 Zulmac (ZU-23-2) 23mm	36	36	36
Totais	76	76	168
<b>Mísseis Antiaéreos (SAM— Surface-to-Air Missiles)</b>			
Crotale (SAHV-3-IR)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Tigercat	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>

Fontes: Global Security, IISS e Jane's.  
 Notas: 1) Muitos blindados são vistos como sobra de guerra. 2) Consta no Inventário, quantidade não disponível.

Tabela 15 – África do Sul: Inventário Aeronáutico

<b>ÁFRICA DO SUL: INVENTÁRIO AERONÁUTICO</b>			
Tipo	GS	IISS	Jane's
<b>Caças e Ataque ao Solo</b>			
Impala I/II	24	n/d <sup>2</sup>	49
Cheetah C/D	26	18	47
Totais	50	18	96
<b>ELINT (Inteligência Eletrônica)</b>			
Boeing 707/A-320 (ELINT/kr)	3	2	5
<b>Reconhecimento Marítimo</b>			
C-47	6	6	6
CASA-212	4	4	4
Totais	10	10	10
<b>Antissubmarino</b>			
SA-316	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
<b>Aeronaves de Transporte</b>			
Boeing 737 (VIP)	1	1	1
C-130	9	9	12
C-47	5	4	9
CASA-235	1	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
King Air 200	3	n/d <sup>2</sup>	3
King Air 300	1	n/d <sup>2</sup>	1
Cessna 208 Caravan	11	n/d <sup>2</sup>	11
PC-12	1	n/d <sup>2</sup>	1
Citation II	2	2	
Falcon 50	2	2	2

Falcon 900	1	1	1
Totais	37	19	41
<b>Helicópteros</b>			
CSH-2 Rooivalk	12	11	12
SA-316/-319	15	n/d <sup>2</sup>	51
SA-330 Oryx	40	40	50
BK117	8	8	10
ASW/SAR	n/d <sup>2</sup>	4	n/d <sup>2</sup>
Totais	75	61	123
<b>Controle Aéreo/Ligação</b>			
Cessna 185	13	13	
<b>Aviões de Treinamento</b>			
PC-7	57	n/d <sup>2</sup>	58
<b>Helicópteros de Treinamento</b>			
SA-316/-319 / SA-330	12	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Oryx	4	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	16	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
<b>Mísseis Ar-Superfície (Ar-Terra/Mar)</b>			
Raptor	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
ZT-3	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Mokopa ZT-6	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Mupsow	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
<b>Mísseis Ar-Ar</b>			
V-3C Darter	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
V4	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
<b>UAV</b>			
Seeker	3	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>

Fontes: Global Security, IISS e Jane's.  
 Notas: 1) Prevista a aquisição de 14 Gripen, segundo GS e 28 conforme IISS. Dez aviões Hawk encontram-se em testes, com a aquisição de 24 unidades previstas (IISS). 2) Consta no Inventário, quantidade não disponível.

Tabela 16 – África do Sul: Inventário Naval

<b>ÁFRICA DO SUL: INVENTÁRIO NAVAL</b>			
Tipo	GS	IISS	Jane's
<b>Submarinos</b>			
209 Type 1400	3	2	n/d <sup>2</sup>
<b>Corvetas</b>			
MEKO A200 (Valour Class)	4	2 <sup>1</sup>	4
<b>Lança Minas</b>			
City MSC	2	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Lindau Class	n/d <sup>2</sup>	n/d	4
River MHC	4	2 <sup>3</sup>	4
Totais	6	2	8
<b>Patrulha/Costeiro</b>			
T-Craft (22 m) PCI (Patrol Craft)	3	n/d <sup>2</sup>	3
Warrior [ex-Minister]	5	6	5
Namacurra (9 m) Harbour Patrol Boat	28	16	26
Delta 80 (8 m) Fast Landing Craft	8	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>
Totais	44	22	34

Anfíbio			
LCU Classe Lima (7 toneladas)	n/d <sup>2</sup>	6	6
LCU Classe Delta (6 toneladas)	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	2
Totais	n/d <sup>2</sup>	6	8
Suporte/Logística			
Drakensberg [Navio de apoio de combate]	1	1	1
AGHS Protea [Navio Hidrográfico]	1	1	1
Fleur [Diving Tender]	1	1	n/d <sup>2</sup>
SAS Agulhas [Observador antártico]	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	1
Navios de pesquisa	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	3
Totais	3	3	6
Helicópteros			
Super Lynx 300	4	n/d <sup>2</sup>	4
SA-330 Oryx	2	n/d <sup>2</sup>	8
Douglas Turbodaks	n/d <sup>2</sup>	n/d <sup>2</sup>	5
Totais	6	n/d <sup>2</sup>	17

**Fontes:** Global Security, IISS e Jane's.  
**Notas:** 1) Existem mais dois na reserva. 2) Consta no Inventário, quantidade não disponível. 3) Consta mais uma na reserva.

## A DIMENSÃO ECONÔMICO-COMERCIAL: IBAS, A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA COMUM DE COOPERAÇÃO SUL-SUL<sup>1</sup>

*Analúcia Danilevicz Pereira<sup>2</sup>*

**Sumário:** 1. Caracterização do IBAS: política, desempenho e potencial de cooperação; 2. Cooperação estratégica: o IBAS e a nova geografia do comércio internacional; 3. Os desafios do IBAS no contexto de retomada da Cooperação Sul-Sul; 4. Considerações finais; 5. Referências.

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G-3) é um dos mais importantes esforços cooperativos do Sul no pós-guerra fria. Marcado pelo pragmatismo, o IBAS é reconhecido como um bloco internacional multirregional que, além de representar a concertação político-diplomática entre países em desenvolvimento, serve como base para ações mais incisivas da diplomacia brasileira num campo que muito interessa ao país: o comércio exterior. O IBAS impulsionou a criação do G-20, grupo de países em desenvolvimento, grandes produtores e exportadores de alimentos, que se transformou em um dos mais relevantes interlocutores na OMC. Criado às vésperas da reunião ministerial da OMC em Cancun, em 2003, o G-20 é uma coalizão que defende a liberalização do comércio agrícola. A coalizão e a coesão dos seus principais membros, Índia, Brasil, África do Sul e China, no momento de sua formação impediu que, ao contrário do que tinha acontecido na Rodada do Uruguai<sup>3</sup>, as

- <sup>1</sup> Agradeço ao NUPP/ESPM-RS, cujo Programa de Apoio à Pesquisa Docente me permite desenvolver pesquisa sobre Fundamentos Políticos e Condicionantes Econômicos do IBAS: as estratégias de inserção internacional do Brasil, da Índia e da África do Sul, na qual este artigo constitui um dos resultados.
- <sup>2</sup> Professora de Relações Internacionais da ESPM-RS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Publicações – NUPP/ESPM-RS, do Centro de Estudos Brasil-África do Sul – CESUL, e do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – NERINT/ILEA/UFRGS. Doutora em História pela UFRGS (apereira@espm.br). A autora agradece a colaboração de Bruna Santos, estudante de Relações Internacionais/UFRGS, pela coleta de dados e pelo apoio na preparação de tópicos deste texto.
- <sup>3</sup> Muitos países em desenvolvimento tiveram que firmar compromissos com a liberalização de seus regimes de comércio. Intervenções políticas, que eram até aque-